



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Mariana Machado Lima de Freitas

**RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA
DE ENSINO SUPERVISIONADA**
Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclos
do Ensino Básico

Fontes Epistolográficas para o Ensino da História e Geografia de Portugal

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Henrique Rodrigues

Março de 2015

Agradecimentos

A todos os que me acompanharam e acreditaram em mim,
deixo o meu agradecimento.

Ao Professor Doutor Henrique Rodrigues, pelos conselhos, críticas e partilha de conhecimentos. Um agradecimento especial pelo apoio, dedicação, honestidade, disponibilidade e amizade ao longo deste percurso, sobretudo nesta última etapa.

A todos os alunos da PES I que me mostraram o lado bom de ser criança e aos da PES II, por terem sido uma peça fundamental e imprescindível na construção deste relatório e a ambos pela ajuda que me proporcionaram em termos pessoais e profissionais. O meu sincero obrigada por confirmarem a certeza que esta foi a escolha mais acertada.

Aos Professores da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo por todo o ensinamento ao longo de um percurso longo que se construiu em torno do conhecimento e da compreensão. São, sem dúvida, referências que terei ao longo da minha vida.

Aos Docentes e Não Docentes das escolas onde realizei a minha prática pedagógica, pela receção calorosa e pela prontidão que mostraram em ajudar.

Às minhas Colegas de Estágio por me terem acolhido, pela amizade, pela força, pelo apoio, pelo companheirismo e pela confiança.

Aos meus pais por me terem proporcionado esta oportunidade, sem nunca terem exigido nada, acreditando sempre nas minhas escolhas. Obrigada pela confiança que depositaram em mim, por todo o carinho e paciência.

Aos meus irmãos, por serem das pessoas mais importantes da minha vida. À minha irmã um agradecimento muito especial, por me ter acompanhado incondicionalmente em todo o percurso. És uma segunda mãe e aquilo que sou hoje deve-se muito a ti. Ao meu irmão por me ensinar que é preciso relativizar as situações e por nunca ter deixado de acreditar em mim.

À minha avó Gina, minha companheira, minha mãe, minha amiga, por todos os desabafos que partilhamos, pela compreensão, pela paciência, e sobretudo pela força.

Ao meu afilhado por ser o melhor presente que alguma vez recebi. E aos meus sobrinhos por terem entrado na minha vida de forma inesperada e tão deliciosa.

Ao Pedro, por tudo! Pela paciência, força, compreensão, ajuda e a apoio incondicional que demonstraste deste sempre. Pelo incomparável companheirismo e amizade que nos uniu e que continua a ser a ponte para um grande futuro.

À Pipa, por ter partilhado comigo momentos inesquecíveis, por ser a minha grande companheira e por me ter recebido sempre de braços abertos.

A toda a minha família (as minhas avós, primos, tios, Hugo e Joana) e a todos os meus amigos (Filipe M., Filipe O., Cátia e Cecília) por serem uma referência especial na minha vida e que de forma, direta ou indireta, contribuíram para a conclusão de mais uma etapa.

Resumo

O presente relatório, desenvolvido na área disciplinar de História e Geografia de Portugal, surge como produto final do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, proporcionado pela unidade curricular Prática de Ensino Supervisionada II.

Proporcionar aos alunos atividades motivantes e interessantes no âmbito da História e Geografia de Portugal direcionadas para a importância de contactar com fontes históricas e sensibilizá-los para a sua preservação, foi o nosso ponto de partida. Este estudo preconiza uma relação entre o tema “Da União Ibérica à Restauração” e as suas procedências históricas com fontes históricas escritas no século XX.

A natureza deste estudo insere-se na metodologia qualitativa onde é privilegiada a investigação ação, na qual a investigadora e os alunos foram participantes ativos em todo o processo de aprendizagem. Para esta investigação implementamos as nossas atividades numa turma de dezoito alunos do 5.º ano de escolaridade, da Escola Básica Integrada de Fragoso, pertencente ao concelho de Barcelos, distrito de Braga. Ao longo da nossa intervenção realizamos uma atividade em sala de aula com a análise do excerto da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I, sobre o achamento do Brasil. Por sua vez, todas as restantes atividades foram concretizadas no momento “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Este desenvolveu-se ao longo de cinco semanas de atividades de transcrição, exploração e análise de fontes históricas provenientes do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo e memórias escritas familiares. Os alunos participaram no preenchimento de um inquérito e alguns tiveram a oportunidade de ser entrevistados. Todos os resultados obtidos revelam que os alunos consideram as fontes históricas como elementos muito importantes para a construção e compreensão da História e Geografia de Portugal, bem como entendem a importância da sua preservação para que perdurem no futuro.

Assim, procuramos recorrer a atividades motivadoras e inovadoras que até então os alunos nunca tinham tido oportunidade de contacto. Os alunos ao participarem nestas atividades compreendem que a História não retrata o passado, mas faz parte do nosso presente e ajuda-nos a construir o futuro.

Palavras-chave: História, Ensino da História, Fontes Históricas, Memórias e Preservação.

Abstract

This report developed in the area of History and Geography of Portugal emerges as the final product of the Master in Education 1st and 2nd grade of basic education provided by Supervised Teaching Practice II class.

Our starting point was to provide the students motivating and interesting activities within the History and Geography of Portugal directed to the importance of contact with historical sources and make them aware of their preservation. This study proposes a relationship between the theme "The Iberian Union to Restore" and its historical origins with historical written sources in the twentieth century.

The nature of this study is part of the qualitative methodology where the action research is privileged and in which the researcher and the students were active participants throughout the learning process. For this research we implemented our activities in a class of eighteen students of the 5th grade, Basic School in Fragoso, belonging to Barcelos municipality, Braga District. Throughout our intervention we performed an activity in the classroom with the analysis of the extract Pero Vaz de Caminha to the Charter of King Manuel I on the finding of Brazil. All other activities were implemented at the time "History Club - Historical Sources and Memories", which was developed over five weeks of transcription activities, exploration and analysis of historical sources from the Municipal Archives and in written family memories. The students participated completing a survey and some of them had the opportunity of being interviewed. All the results reached show that students consider the historical sources as very important elements for the construction and understanding of the History and Geography of Portugal and also the importance of its preservation to endure in the future.

So we tried to use motivating and innovating activities that until then the students never had. The students to participate in these activities understand that History does not portray the past, but it makes part of our present and help us to build the future.

Keywords: History, History of Education, Historical Sources, Memories and Preservation.

Índice Geral

Introdução.....	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA II.....	5
Capítulo I.....	7
O Contexto Educativo e a Turma.....	9
1. Nota Introdutória.....	9
2. Caracterização do Contexto Educativo.....	9
3. A turma.....	12
Capítulo II.....	15
Reflexão sobre a Experiência de Aprendizagem.....	17
1. Nota Introdutória.....	17
2. Matemática.....	17
3. Ciências Naturais.....	19
4. Português.....	22
5. História e Geografia de Portugal.....	24
6. Área do Trabalho de Investigação.....	25
PARTE II - A INVESTIGAÇÃO.....	27
Capítulo I.....	29
Estado da Arte.....	31
1. Nota Introdutória.....	31
2. A aula de História.....	32
3. O contributo dos documentos históricos para o ensino da História.....	36
4. Importância da preservação da memória escrita.....	40
5. Exploração de fontes privadas em arquivos.....	43
6. Documentos Históricos – Uma estratégia dos currículos de História e Geografia de Portugal.....	48
Capítulo II.....	53
Metodologia, Contextualização do Estudo e Procedimentos.....	54
1. Nota Introdutória.....	55
2. Objetivos do Estudo.....	57
3. Orientação para a Investigação.....	57
4. Questões orientadoras para a investigação.....	59
5. Mapa da Investigação.....	60
Capítulo III.....	69

Apresentação dos Dados.....	71
1. Nota introdutória	71
2. O Inquérito por Questionário.....	73
2.1 Turma da investigação	73
2.2 A extensão do inquérito	86
3. “Da União Ibérica à Restauração” – As Fontes Históricas na sala de aula	91
3.1 Uma aula especial	92
4. Clube de História – Fontes Históricas e Memórias	95
4.1 Primeira Sessão	96
4.2 Segunda Sessão	98
4.3 Terceira Sessão.....	100
4.4 Quarta Sessão.....	102
4.5 Quinta Sessão	110
5. As Entrevistas	123
6. Palestra – Clube de História “Fontes Históricas e Memórias”	130
7. Conclusão	132
Capítulo IV	135
Conclusões Finais	137
1. Nota Introdutória	137
2. Conclusões do estudo	137
3. Limitações e perspectivas de remediação	142
PARTE III - REFLEXÃO GLOBAL SOBRE A PES I E A PES II.....	145
Reflexão Global	147
1. Nota Introdutória	147
2. A última reflexão	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	171

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos progenitores por níveis etários.....	74
Gráfico 2 - Distribuição dos progenitores por setor de atividade.....	75

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Interesse dos alunos pela escola	76
Tabela 2 - Leitura dos alunos	78
Tabela 3 - Noção de tempo	80
Tabela 4 - Noção de Tempo	82
Tabela 5 - Importância dos documentos históricos para a compreensão da História e Geografia de Portugal	84
Tabela 6 - Se eu fosse um historiador... ..	85
Tabela 7 - Noção de tempo dos alunos do 6.º ano	87
Tabela 8 - Noção de espaço dos alunos do 6.º ano	88
Tabela 9 - Importância dos documentos históricos para a compreensão da História e Geografia de Portugal para os alunos do 6.º ano	89
Tabela 10 - Se eu fosse um historiador... ..	91
Tabela 11 - Transcrição do registo de comparação, Saudação	112
Tabela 12 - Transcrição do registo de comparação, Assunto	113
Tabela 13 - Transcrição do registo de comparação, Despedida	115

Índice de Figuras

Figura 1 - Excerto original da Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Achamento do Brasil	93
Figura 2 - Excerto n.º 1 de uma das cartas do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.	100
Figura 3 - Excerto n.º 2 de uma das cartas do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.	101
Figura 4 - Arquivo da Família Oliveira, (aluno nº 13), 10 de fevereiro de 1953.....	102
Figura 5 - Registo da saudação, carta n.º1	103
Figura 6 - Registo do assunto, carta n.º1	103
Figura 7 - Registo da despedida, carta n.º1	104
Figura 8 - Arquivo da Família Cunha, (aluno nº 15), 1 de dezembro de 1967	104
Figura 9 - Registo da saudação, carta n.º2	105
Figura 10 - Registo do assunto, carta n.º2	105
Figura 11 - Registo da despedida, carta n.º2	106

Figura 12 - Arquivo da Família Lima, (aluno nº 3), 19 de dezembro de 1989	107
Figura 13 - Registo da saudação, carta n.º3	107
Figura 14 - Registo do assunto, carta n.º3	108
Figura 15 - Registo da despedida, carta n.º3	108
Figura 16 - Registo de comparação, Saudação	112
Figura 17 - Registo de comparação, Assunto	113
Figura 18 - Registo de comparação, Despedida	115
Figura 19 - Apreciação do Aluno A	117
Figura 20 - Apreciação do Aluno B	118
Figura 21 - Apreciação do Aluno C	119
Figura 22 - Apreciação do Aluno D	120
Figura 23 - Apreciação do Aluno E	121
Figura 24 - Apreciação do Aluno F	121
Figura 25 - Apreciação do Aluno G	122

Lista de Abreviaturas

AGC – Arquivo do Governo Civil

CEB – Ciclos do Ensino Básico

ESVC – Escola Superior de Educação de Viana do Castelo

HGP – História e Geografia de Portugal

ME – Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação e Ciência

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PEE – Projeto Educativo de Escola

PES I – Prática de Ensino Supervisionada I

PES II – Prática de Ensino Supervisionada II

POC – Professores Orientadores Cooperantes

PS – Professores Supervisores

UC – Unidade Curricular

Lista de Anexos

Anexo 1 – Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação: Trabalho de Investigação

Anexo 2 – Inquérito por Questionário: Aplicado à turma da Investigação

Anexo 3 – Inquérito por Questionário: Extensão do Inquérito

Anexo 4 - Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação: Clube de História “Fontes Históricas e Memórias”

Anexo 5 – Guião da Entrevista Semiestruturada

Anexo 6 – Suporte Escrito de Análise das Fontes Históricas

Anexo 7 – Declaração de autorização do nome da Instituição

Notas

1.^a O presente relatório segue a Norma NP 405, por ser portuguesa e abarcar a área de informação e documentação, compatibilizada com a norma IOS 690, onde se encontram definidas regras de referências bibliográficas de todos os tipos de documentos, usada por bibliotecários e arquivistas internacionalmente. Também é a norma com a qual trabalhamos sob a orientação do Prof. Doutor Henrique Rodrigues.

2.^a Os termos de língua estrangeira, considerados empréstimos, apresentam-se em itálico.

3.^a O nome dos alunos são pseudónimos, de forma a garantir o animato destes.

4.^a Os testemunhos dos alunos foram transcritos, com as devidas alterações ao nível ortográfico.

Introdução

O presente relatório finaliza uma etapa iniciada há cinco anos. Várias foram as aprendizagens, sentimentos e dificuldades que ditaram o percurso de um projeto pessoal e profissional. O relatório surge no âmbito da Unidade Curricular (UC) Prática de Ensino Supervisionada II (PES II), integrada no plano curricular do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico. Este documento pretende ser uma reflexão de todo o contexto e trabalho concretizado durante a prática pedagógica.

Uma reflexão deve ser uma prática contínua e consciente de todo o trabalho que concretizamos até este momento, por isso faremos uma pequena retrospectiva. Ao candidatar-me ao ensino superior iniciei um novo caminho na minha vida. Ter a oportunidade de integrar na Licenciatura do curso de Educação Básica fez com que me sentisse verdadeiramente preparada para seguir o que sempre desejei para o meu futuro – ser professora. A entrada num mestrado que habilita à docência no 1.º e no 2.º Ciclo fez com que o caminho percorrido até então fizesse ainda mais sentido. O facto de termos a oportunidade de durante um ano contactar com todos os currículos, conteúdos e didáticas de ensino, que se desejam inovadoras e diferentes, fez com que nos tivéssemos de preparar para um ano que se adivinhava exigente. No momento em que integramos a prática pedagógica tudo ganhou mais sentido e até os conhecimentos que havíamos adquirido surgem de forma mais natural e compreendemos o motivo pelo qual eles são realmente importantes para o nosso estágio.

A prática pedagógica decorreu ao longo de todo o ano letivo 2013/2014 e dividiu-se em dois momentos diferentes a PES I e a PES II. No que concerne à PES I, esta foi desenvolvida no âmbito do 1.º Ciclo do Ensino Básico numa turma com 22 alunos de uma escola da área urbana do concelho de Viana do Castelo. Posteriormente, a PES II surge no currículo como uma passagem enquanto estagiárias pelo 2.º Ciclo do Ensino Básico. A parte II da prática pedagógica foi mais exigente e rigorosa, bem como intensa e cansativa. No entanto, revelou-se especial e motivante enquanto futura profissional na área da educação.

A metodologia aplicada pelos Professores Supervisores durante a PES II exigiu dos mestrandos uma grande organização e planificação antecipada antes de iniciar a

regência em qualquer uma das quatro áreas em que tivemos oportunidade de lecionar. Aliado a este processo tínhamos de realizar um trabalho de investigação em torno de uma das áreas em que iríamos reger com a respetiva turma que nos acolheu. Importa salientar que este trabalho de investigação apresenta uma preparação e uma análise de todo o processo que concretizamos enquanto professores estagiários, por isso não apresenta as mesmas especificidades de uma dissertação, mas não descarta a sua preponderância, no que concerne à metodologia de pesquisa na área da História.

Este relatório, resultante da unidade curricular PES II, retrata o desenvolvimento de uma investigação realizada junto de uma turma do 5.º ano de escolaridade, na área disciplinar de História e Geografia de Portugal (HGP). A escola que nos acolheu situa-se no concelho de Barcelos e designa-se de Escola Básica Integrada de Fragoso, pertencente ao distrito de Braga.

A temática escolhida para esta investigação já há muito que havia sido desejada por nós e pelo Professor Doutor Henrique Rodrigues. Por isso, aquilo que inicialmente parecia apenas um desejo começou a ganhar forma e a desenvolver-se consideravelmente resultando neste relatório que pretende ser devidamente fundamentado, com conclusões rigorosas e válidas sobre o ponto de vista histórico. Durante a fase de observação as aulas foram monitorizadas pelo Professor Orientador Cooperante (COP). Nesse período verificamos que o contacto que os alunos tinham com fontes históricas era diminuto. Neste seguimento, a nossa ideia ganhou forma e começou a alicerçar-se como uma possível investigação.

O presente estudo, apresenta-se estruturado em três partes fundamentais, cada uma destas divide-se em capítulos que, por sua vez, se desmembram em tópicos. Esta divisão metodológica teve o intuito de facilitar a organização, a leitura e a compreensão de ideias.

A primeira parte – Enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada II – pretende esclarecer o enquadramento e caracterização do contexto onde a PES II foi desenvolvida, e conseqüentemente o trabalho de investigação. O capítulo I dedica-se à caracterização do contexto habitacional em que a turma, que participou na investigação, assim como uma análise geral abordando questões de ordem geográfica tendo em consideração a sua localização e a caracterização da freguesia. Seguidamente, o capítulo II dita o relato de uma aula de cada uma das áreas científicas que lecionamos –

Matemática, Ciências Naturais, Português e História e Geografia de Portugal – integrando uma componente reflexiva sobre os recursos e estratégias adotadas na prática da sala de aula. A primeira parte termina com o esclarecimento da área de estudo a investigar onde são apresentadas as razões de tal opção.

A segunda parte expõe, efetivamente, todo o trabalho de investigação que teve como principal objetivo compreender qual a importância que os alunos atribuem à utilização de documentos históricos na compreensão da História. O capítulo I – Estado da Arte – é dedicado à fundamentação do tema da investigação. A elaboração deste capítulo foi baseada nos registos de diversos autores que escreveram sobre conceitos que vão ao encontro dos que são apresentados neste relatório. O capítulo II apresenta a contextualização do estudo, tendo em consideração os procedimentos e a metodologia seguida. Aqui esclarecemos a orientação para este estudo, os seus objetivos e as questões orientadoras que o estruturam, e ainda, apresentamos o mapa de toda a investigação com o intuito de perspetivar o modo como foi realizado. O capítulo III dedica-se à apresentação e análise dos dados recolhidos no contexto educativo. A metodologia organizativa é concretizada da seguinte forma: análise dos dados recolhidos através do inquérito aplicado à turma e às outras, devido à extensão do mesmo; posteriormente, procede-se à análise de dados recolhidos em sala de aula; de seguida, faz-se a interpretação dos dados recolhidos no “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” (extra aula); para terminar, apresentam-se e analisam-se os dados provenientes da aplicação de entrevistas. O capítulo IV que finda a segunda parte serve de conclusão sobre a investigação realizada no âmbito do relatório final da PES II. As conclusões apresentadas são fruto de uma fundamentação bibliográfica e dos dados recolhidos no contexto educativo, com o intuito de apresentar as respostas às questões da investigação. Ainda apresentamos as limitações deste relatório, assim como as possíveis futuras investigações que poderão despontar a partir do mesmo.

A última parte deste relatório, a terceira parte, é inteiramente dedicada a uma reflexão global acerca da Prática de Ensino Supervisionada I e II. Este momento reflexivo sobre todo o percurso percorrido e sobre as experiências de aprendizagem possibilitam-nos identificar potencialidades, fragilidades e as principais aprendizagens adquiridas nesta vivência.

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas que sustentam esta investigação e os anexos que vão sendo mencionados ao longo do relatório.

**PARTE I - ENQUADRAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO
SUPERVISIONADA II**

Capítulo I

O Contexto Educativo e a Turma

“Dar a conhecer a história de uma terra é (...) permitir a uma população distinguir-se, mas simultaneamente aproximar-se daqueles que lhe são vizinhas.”¹

1. Nota Introdutória

Os lugares por onde passamos marcam-nos sempre de alguma forma. Somos integrados numa nova cultura e comunidade que nos abraça e que nos possibilita transformar os nossos alunos através das pequenas pegadas que vamos deixando. Ao longo deste capítulo apresentamos uma pequena caracterização geográfica, económica, social e cultural do meio onde foi desenvolvida a PES II.

Referir estes aspetos no presente relatório parece-nos de extrema importância, uma vez que refletem o modo como os nossos alunos interagem na sociedade tendo as mais diversas repercussões no contexto sala de aula. É neste sentido que entendemos que o estudo destes aspetos ajudam a interpretar determinados comportamentos e atitudes, para que possamos compreendê-los e contorná-los, ao invés de os julgarmos numa primeira instância.

Este capítulo termina com a referência a elementos característicos da turma com a qual implementamos as nossas regências, realçando aspetos relacionados com o género, idade, família e situações económicas, bem como o seu processo de ensino-aprendizagem.

2. Caracterização do Contexto Educativo

Não muito afastada da cidade que nos acolheu durante cinco longos anos, Viana do Castelo, situa-se a freguesia Fragoso que nos recebeu e possibilitou o

¹ BEIRÃO, José J. – *Fragoso – Um couto em terras de Neiva*. Viana do Castelo, Edição de Autor, 2002, p.11

desenvolvimento da prática pedagógica. Fica situada na parte mais Noroeste de Barcelos “sendo a mais extensa do concelho”².

O primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, em 1127, ergueu Fragoso a couto através de uma carta de doação, tornando-a, assim, num local privilegiado para a defesa de eventuais investidas inimigas. Esta alteração de posto da freguesia ocorreu meses depois “das relações tensas entre este e os Travas e alguns meses antes da batalha de São Mamede que pôs frente mãe e filho”³. Esta confirmação surgiu nos reinados de D. Afonso III, D. João V e D. José I. A análise da Carta de Foral concedida a esta freguesia possibilita verificar a evolução político-administrativa, uma vez que a sua situação geográfica faculta que seja uma referência para as freguesias circundantes.

Apesar da Carta de Foral não referir Fragoso como freguesia, mas sim como couto e de termo à própria Ermida de S. Vicente de Fragoso, deu origem à paróquia de Fragoso. Ao longo dos séculos, este couto veio a pertencer à Casa de Bragança.

É uma terra com uma religiosidade demarcada pela “devoção do povo de Fragoso”⁴, que ao longo dos séculos assumiu “as mais variadas formas de expressão”⁵. Fragoso foi um local de passagem dos peregrinos que tinham a pretensão de chegar a Santiago de Compostela, bem como um lugar ímpar para a passagem de personalidades reais como a Rainha Santa Isabel. Desde então, ficou na “memória coletiva da população de Fragoso (...) como tradição: Santa Isabel, nas suas peregrinações a Santiago, passou pela Ermida de São Vicente de Fragoso”⁶. Os elementos religiosos característicos desta freguesia remontam aos primórdios da formação de Portugal, onde a religião era um dos principais motivos para novas conquistas.

Do alto da freguesia podemos observar um posto de vigia de incêndios que durante mais de 200 anos foi um meio de vigilância para mais de 200 freguesias, pertencentes a outros concelhos. O monte é revestido por pequenos afloramentos graníticos e por vasta vegetação que “impede o extasiamento de vistas mais largas”⁷.

² IDEM, p. 7

³ IDEM, p. 8

⁴ IDEM, p. 187

⁵ IDEM, *Ibidem*

⁶ IDEM, p. 182

⁷ IDEM, p. 8

Enquadrada na bacia hidrográfica do rio Neiva e com um clima temperado mediterrânico de feição marítima, esta freguesia apresenta terras baixas e planas com solos muito profundos e ricos em húmus.

Um carácter rural, cujas atividades económicas desta freguesia dividem-se entre a agricultura e a pecuária. Com principal incidência na criação de gado bovino.

Atualmente, com 1394 hectares a freguesia de Fragoso comporta a Escola Básica Integrada de Fragoso, na qual desenvolvemos toda a Prática de Ensino Supervisionada II. A área de influência da referida escola é constituída por um conjunto de seis freguesias pertencentes ao concelho de Barcelos, do distrito de Braga, e que fazem parte do elenco de freguesia do litoral norte de Portugal, nomeadamente Aldreu, Balugães, Durrães, Fragoso, Palme e Tregosa, freguesias do concelho de Barcelos.

A Escola Básica Integrada de Fragoso integra o Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso que se localiza a cerca de 21,5 km do centro de Viana do Castelo e a 30 km do centro do concelho a que pertence. Este agrupamento é formado por nove escolas sendo que, uma delas é a Escola Básica Integrada, quatro são Escolas Básicas do 1.º Ciclo e quatro são Jardins de Infância.

A escola onde desenvolvemos a prática pedagógica encontra-se a funcionar desde o ano letivo 1999/2000. A maior parte dos alunos é oriunda do meio rural, proveniente das freguesias circundantes, cujo transporte é assegurado pela Instituição Escolar em parceria com a Câmara Municipal.

As semanas em que permanecemos neste estabelecimento de ensino possibilitaram que nos apercebêssemos que há uma constante preocupação em incluir os alunos na aprendizagem, criando um ambiente de bem-estar e de participação de todos os intervenientes, para além dos alunos, que possibilitam o desenvolvimento da escola.

No que concerne às suas infraestruturas o estabelecimento tem um edifício central, com vinte e quatro salas de aula. Algumas destas são salas específicas para as áreas disciplinares Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas, Educação Tecnológica e Educação Musical, e ainda, sete salas de apoio. Para além disto, comporta uma sala destinada ao atendimento de Encarregados de Educação, quartos de banho para professores e alunos e várias arrecadações. Existem zonas mais específicas, como a receção, os serviços administrativos, reprografia e papelaria, uma sala de convívio para

alunos e uma outra para professores, bar, cozinha, cantina, biblioteca e várias salas para a exploração dos vários clubes que se encontram em desenvolvimento.

As salas onde decorrem as práticas letivas encontram-se devidamente equipadas, apresentando as condições necessárias para o processo de ensino-aprendizagem. Todas elas dispunham de um quadro de giz e/ou quadro interativo, computador e projetores. Todos os quadros estavam equipados com luz o que facilitava a leitura dos vários registos. Consideramos importante salientar que todas as salas possuíam várias janelas que possibilitavam a entrada da luz natural.

3. A turma

Durante a visita à Escola E. B. I de Fragoso ficamos a conhecer a turma em que a nossa regência ia incidir. O primeiro contacto revelou-se especial, é claro que uma turma que nos acolhe e nos aceita em quatro áreas disciplinares completamente distintas tem de ser diferente das outras. Sem dúvida, que foi para nós uma turma com uma conotação peculiar, todos eram diferentes e especiais à sua maneira.

A turma do 5.º ano de escolaridade era constituída por 11 rapazes e 7 raparigas, que no início do ano letivo 2013/2014 tinham idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos, sendo a média de idades 11 anos. No que respeita ao género esta encontra-se um pouco desequilibrada, embora não decorra nada de anormal nesta composição.

O modo de deslocamento para a instituição escolar é concretizado pela maioria dos alunos de autocarro, sendo que há dois que se deslocam a pé, uma vez que a residência onde habitam se encontra situada a ínfimos metros desta.

Relativamente, ao nível socioeconómico é importante salientar o facto de mais de metade da turma deter escalão A ou B, isto é indicador de que provêm de quadros familiares e socioeconómicos com algumas dificuldades financeiras. Na verdade, todos os alunos são provenientes de freguesias circundantes que evidenciam um meio tipicamente rural. Apenas os pais de um aluno tinham frequentado o ensino superior, obtendo o grau referente à Licenciatura.

No decorrer da implementação apercebemo-nos que todos os alunos vivem com ambos os progenitores e mais de metade tem irmãos. Algo que nos chamou a atenção

encontra-se relacionado com o facto de todos os intervenientes terem frequentado o ensino pré-escolar.

No que concerne ao aproveitamento escolar, três alunos já vivenciaram a experiência de retenção, sendo que um destes alunos já reprovou por duas vezes. Nenhum aluno estava sinalizado com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Contudo, doze alunos frequentavam o apoio pedagógico disponibilizado pela instituição escolar, com maior incidência nas áreas disciplinares de Matemática e Português.

A turma em questão apresentava um comportamento exímio apesar de variar de disciplina para disciplina, bem como da hora do dia em que a aula decorria. No entanto, era visível um esforço de aprendizagem por parte de todos os alunos, mesmo daqueles que revelavam mais dificuldades em assimilar e compreender os conteúdos lecionados. Todo este esforço era evidenciado na realização dos trabalhos de casa que era em geral concretizada por todos os alunos. No entanto, os que estavam em falta eram quase sempre os mesmos.

Saliente-se também que todos os alunos eram pontuais e assíduos. É claro que o facto de serem alunos cujo aproveitamento escolar era de um modo geral positivo, exigiu da nossa parte uma planificação motivadora e significativa. Quando referimos que uma planificação deve ser significativa é no sentido de se desenvolver um modo mais eficaz de envolver os alunos na aprendizagem para que sejam participantes ativos e não meros espectadores.

Chegado o momento final da nossa implementação verificamos junto dos alunos, que participaram na experiência, que grande parte dos discentes subiu as suas notas e melhorou o seu aproveitamento escolar.

Capítulo II

Reflexão sobre a Experiência de Aprendizagem

“ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser.”⁸

1. Nota Introdutória

Ao longo deste capítulo apresentamos quatro planificações, sustentadas no decorrer da prática pedagógica. Cada planificação corresponde a cada uma das áreas onde implementamos, nomeadamente: Matemática, Ciências Naturais, Português e História e Geografia de Portugal.

O critério de seleção destas centrou-se na tipologia de aula, que se previu mais dinâmica e menos expositiva, onde o aluno participa ativamente contribuindo para um ambiente com carácter motivante, onde o seu sucesso e envolvimento foram as principais premissas.

2. Matemática

A área científica Matemática foi a primeira com a qual nos deparamos para planificar, e posteriormente lecionar. A nossa preocupação incidu nas dificuldades que os alunos apresentam nesta área. Na verdade, muitos de nós tivemos, certamente, experiências menos felizes em qualquer uma das áreas, no entanto, é preciso inovar e cativar os alunos para a Matemática. A nossa essência remeteu para a compreensão dos conteúdos e da Matemática em si, partindo do princípio que a memorização é secundária.

No primeiro contacto que tivemos com o Professor Orientador Cooperante (POC) foi-nos dito que o conteúdo matemático em que a nossa prática pedagógica iria incidir designava-se “Os Números Racionais Não Negativos”. Ficamos apreensivos, como iríamos conseguir planificar aulas criativas com um conteúdo que não é de todo

⁸ NÓVOA, António – *Vida de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992, p. 9

apreciado pelos alunos. Porém, nesse momento o desafio tornara-se ainda maior e isso motivou-nos, partimos à procura de tarefas desafiantes e motivadoras, apelando ao sentido de criatividade e inovação, com o intuito de contribuir para “o desenvolvimento do pensamento independente e crítico, tão essencial a várias facetas da vida”⁹.

Após este longo período de planificação selecionamos a aula onde foi introduzida a temática “Divisão de Números Racionais”. O motivo desta escolha incidiu na importância do conteúdo no 2.º ciclo do Ensino Básico, dado que se conclui “neste ciclo o estudo das operações elementares sobre as frações e completa-se a construção dos números”¹⁰. Por isso, é necessário um cuidado redobrado na lecionação da temática para que os alunos não fiquem com lacunas no futuro.

O início da aula foi destinado à escrita do sumário da aula anterior e à correção dos trabalhos de casa. Em todas as aulas desta área disciplinar os primeiros momentos visavam esta rotina. O momento da aula que consideramos mais interessante está relacionado com o modo como este novo conteúdo foi introduzido. Para tal, escrevemos uma banda desenhada que ilustrava a situação de uma menina, a Matilde, que pretendia participar na feira da alimentação da sua escola. À medida que os episódios iam sendo explorados a personagem solicitava a ajuda dos alunos da turma o que fez com que todos se sentissem entusiasmados e empenhados em resolver a tarefa. Após a sua resolução no caderno a aula atingi-a o seu momento alto, pois todos eram convidados a partilhar ideias oralmente e a discuti-las, de modo a que fossem apresentadas diversas perspetivas.

Ao longo de toda a aula os alunos foram confrontados com novos episódios da banda desenhada, em que apareciam novas personagens para que o nível de complexidade das tarefas fosse aumentando gradualmente, tal como a sua diversificação, uma vez que “as tarefas são imprescindíveis como ponto de partida da atividade matemática dos alunos”¹¹. Desta forma, procuramos “proporcionar aos alunos a oportunidade de explorar diversas situações onde os números racionais, (...), surgem

⁹ BOAVIDA, Ana M. [et al.]. *A Experiência Matemática no Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008, p.33

¹⁰ MINISTÉRIO, da Educação – *Programa de Matemática para o Ensino Básico*. Lisboa: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2013, p. 14

¹¹ PIMENTEL, Teresa [et al.]. *Matemática nos Primeiros Anos – Tarefas e Desafios para a Sala de Aula*. Lisboa: Texto Editores, 2010, p. 5

associados a diferentes contextos”¹². É importante referir que todas as tarefas foram resolvidas no quadro de giz com o acompanhamento das respostas das personagens no quadro branco.

Ainda recorrendo à banda desenhada foi possível introduzir a temática “Multiplicação de Números Racionais”, uma vez que é o inverso da divisão e consideramos que para uma melhor compreensão dos alunos era preferível ser incluída nesta aula, para que percebessem todo o processo matemático que este necessita. Nos momentos finais da aula foi proposto aos alunos a consolidação de todos os conhecimentos através da resolução de diversas tarefas matemáticas, para que pudessem ser detetadas dúvidas e/ou dificuldades de modo a esclarecê-las para que os alunos possam progredir devidamente na sua aprendizagem.

Importa salientar que apesar de alguns distúrbios comportamentais serem uma constante em determinados momentos da aula, os alunos conseguiram manter a sua atenção e envolveram-se criativamente na aula. O facto de terem a oportunidade de participar ativamente fez com que quisessem partilhar as suas ideias, trabalhar nelas e discuti-las com os colegas.

Consideramos que a aula de matemática deve ser um local onde as tarefas sejam motivadoras e propiciem o aparecimento de tópicos de discussão pertinentes e interessantes. Deste modo, a participação é crucial para que os alunos intervenham “de forma organizada, livre e não constrangedora, partilhem as suas ideias e raciocínios”¹³.

3. Ciências Naturais

As Ciências Naturais são, sem dúvida, das áreas disciplinares que mais despertam a atenção e curiosidade nos alunos. A sociedade atual encontra-se envolta da Ciência e da Tecnologia, que esta preconizou. Não nos imaginámos a viver num Mundo sem estas duas áreas interligadas, então para os nossos alunos é indiscutível, são verdadeiros nativos digitais. Daí que seja essencial proporcionar uma educação útil “num Mundo necessariamente diferente do atual”¹⁴.

¹² IDEM, p. 38

¹³ BOAVIDA, Ana M. [et al.]. *A Experiência Matemática no Ensino Básico, o. c.*, p.78

¹⁴ MINISTÉRIO, da Educação – *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico 2.º Ciclo*. Vol. I. Lisboa: Departamento da Educação Básica, s.d., p. 175

Em diálogo com o Professor Cooperante soubemos que o conteúdo que íamos lecionar designava-se, “A importância do ar para os seres vivos”. A partir desse momento procuramos planificar aulas com um carácter teórico e experimental, onde pudéssemos motivar os alunos para os termos científicos e estimular o seu interesse pelo conteúdo.

A aula escolhida para integrar o relatório foi destinada à exploração da temática “Constituintes do ar”. No momento em que os alunos entraram na sala sentaram-se em grupos, uma vez que esta disposição havia sido combinada com os mesmos. A aula iniciou-se muito calmamente e os alunos ficaram entusiasmados quando se aperceberam que iam visualizar um excerto do filme da Walt Disney “UP – Altamente!”, como o intuito de rever os conteúdos abordados na aula anterior de forma mais criativa. Terminada a visualização, os alunos responderam a várias questões de forma a chegarem à seguinte conclusão, sem atmosfera os seres vivos não conseguiam viver e toda a sua composição visa a proteção do planeta Terra.

Seguiu-se a apresentação de uma história com o Sr. Carl e o menino Russel, personagens do filme, de forma a dar continuidade ao vídeo apresentado. Ambos tinham muitas dúvidas sobre o ar e sobre os seus constituintes, por isso precisavam que os alunos da turma os auxiliassem na descoberta das respostas para as suas dúvidas. A dada altura, o menino Russel teve a ideia de por mãos à obra e pensou que a melhor solução seria experimentar a existência de determinados gases que constituem o ar.

A partir deste momento a aula passou a ter um carácter mais prático através de atividades experimentais. O facto de a turma estar distribuída por grupos, fez com que cada grupo ficasse responsável por uma experiência e, no final, teriam de explicar aos colegas o que foram descobrindo. Previamente à iniciação da experiência foi entregue, e devidamente explicado, aos alunos o protocolo experimental, para que tudo corresse sob as normas esperadas. Todo o trabalho desenvolvido foi, metodicamente, acompanhado para que todos os passos fossem concretizados de forma correta. Tais como, previsão, experimentação e resposta à questão-problema. Importa salientar que o objetivo incidia na resposta às seguintes questões: “Será o ar constituído por oxigénio?” e “Será o ar constituído por dióxido de carbono?”.

Terminada a experimentação chegou o momento de cada grupo enunciar aos restantes colegas os resultados obtidos. Este momento foi preconizado através de um

diálogo para que pudessem discutir entre si, promovendo a construção do conhecimento. Para além disto, os alunos foram confrontados com as suas previsões e com os resultados que obtiveram. Deste modo, verificaram quais as suas conceções alternativas face à temática, conceções essas, que se encontram relacionadas com conjeturas que o aluno faz da sua vivência quotidiana. Daí que o papel das Ciências seja “a superação das representações que o senso comum e a cultura quotidiana oferecem”¹⁵, de modo a criar um conhecimento científico e rigoroso.

Posteriormente, a atenção da turma foi remetida uma vez mais para a leitura de um novo episódio da história do Sr. Carl e do Russel que apresentava a questão, “Será que todos os gases têm a mesma percentagem?”. Após saberem que o ar é composto por oxigénio e dióxido de carbono o Sr. Carl e o menino Russel queriam saber qual a percentagem destes gases na atmosfera. Os alunos foram convidados a enunciarem as suas ideias do que seria a resposta a esta questão, para que no final formulassem uma conclusão que viria a ser transcrita para o caderno diário.

Para terminar a aula, consideramos que seria interessante apresentar aos alunos uma pequena curiosidade sobre o facto da composição dos gases da atmosfera não ter sido sempre esta. A par disto foi proposta aos alunos que pensassem sobre o que poderia acontecer daqui a muitos séculos à atmosfera terrestre e aos gases que a compõem.

A aula apresentada prendeu a atenção dos alunos e fluiu naturalmente num clima de partilha e construção de conhecimentos, no entanto, o momento em que o carácter da aula foi experimental houve um pouco de distúrbios. Não consideramos que tenha tido repercussões na aprendizagem dos alunos, mas o facto de trabalharem em grupo e de não estarem habituados à concretização de atividades experimentais contribuiu para esse distúrbio. No entanto, é essencial garantir “ a aquisição de conhecimentos científicos e técnicos, mas também o desenvolvimento de atitudes suscetíveis de assegurar, aos cidadãos do futuro, a aplicação e avaliação desses conhecimentos”¹⁶.

¹⁵ MARTINS, Isabel P. [et al.]. *Educação em Ciências e Ensino Experimental: Formação de Professores*. 2.ª ed. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007, p. 30

¹⁶ MINISTÉRIO, da Educação – *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico 2.º Ciclo*, o.c. p. 175

4. Português

O conteúdo que nos foi entregue para lecionar na disciplina de Português, “O texto poético”, foi acolhido com bastante entusiasmo e apreço. Desde o início encaramos que a nossa premissa deveria ser de extrema responsabilidade para com esta área disciplinar, uma vez que é transversal a todas as outras, definindo-se “como componente fundamental da formação escolar. (...) a aprendizagem da língua condiciona e favorece a relação da criança e do jovem com o mundo”¹⁷.

A aula que selecionamos corresponde à primeira aula lecionada. Esta escolha recaiu sobre o facto de considerarmos que foi a aula mais completa no que respeita a atividades de motivação para captar o interesse dos alunos para um conteúdo que é considerado por muitos aquele em que apresentam mais dificuldades.

A parte inicial da aula foi destinada à audição do poema “Pial” da autoria de Fernando Pessoa, que se encontrava gravado por uma locutora de rádio. Com esta atividade pretendíamos que os alunos fossem capazes de enunciar que o tipo de texto escutado seria o Texto Poético. À medida que as respostas foram surgindo criou-se um diálogo com algumas questões para chamar a atenção dos alunos para as características e particularidades presentes num poema. Uma exploração mais intensiva do poema foi projetada e seguiu-se uma nova audição. Importa referir que a leitura de poesia “alimenta o gosto pela sonoridade da língua (...), pelo poder da linguagem (...) e pelo uso da linguagem poética e simbólica”¹⁸.

Apesar de não ser um conteúdo obrigatório na leção desta tipologia de texto achamos por bem apresentar sempre um pouco da biografia de cada poeta que íamos estudar na aula. Claro que a figura de Fernando Pessoa é ímpar na poesia portuguesa, e por isso, optamos por apresentar o seu enquadramento histórico no que à literatura portuguesa diz respeito, bem como fazer referência às obras e poemas mais imponentes do qual foi autor.

¹⁷ MINISTÉRIO, da Educação – *Programa de Português do Ensino Básico*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2009, p.12

¹⁸ SIM-SIM, Inês – *O Ensino da Leitura: A Compreensão de Textos*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007, p. 55 [consultado em 10-11-2014] Disponível na Internet: http://area.dgicd.min-edu.pt/gramatica/ensino_leitura_compreensao_textos.pdf

Terminado este momento exploratório, partimos para um outro momento, mais teórico, onde foram apresentadas as características subjacentes à poesia. A motivação dos alunos foi captada quando foram afixados no quadro cinco envelopes, cada um enunciava uma característica: poesia, poeta, poema, estrofe e verso. À medida que os alunos abriam o envelope e revelavam o seu conteúdo era estabelecido um diálogo como modo de verificar as aprendizagens que já têm sobre o assunto e aquelas que necessitam de uma atenção especial. Em simultâneo, toda a aprendizagem foi seguida de pequenas atividades práticas para verificar a apreensão do que ia sendo lecionado, de modo a otimizar a “organização do trabalho na sala de aula, na execução de tarefas, na divulgação e partilha de resultados”¹⁹.

O segundo momento da aula, destinado à exploração da rima, uma característica tão comum na poesia, tendo sempre em atenção que nem todos os poemas têm rima, como tiveram oportunidade de verificar, mais tarde. Assim, antes de enunciarmos quais os tipos de rima predominantes que podemos encontrar num poema, pensamos que seria importante levar os alunos a deduzir as particularidades que cada um dos tipos de rima apresentam através da análise de vários poemas. Sempre que algum aluno descobria uma regularidade, esta era testada e passávamos a apresentar o tipo de rima: cruzada, emparelhada e interpolada. Para testarem os seus conhecimentos os alunos concretizaram uma tarefa de verdadeiro e falso.

Para terminar a aula, foi apresentada à turma a mascote “Poeta peculiar” que acompanharia a turma em todas as suas oficinas de escritas intituladas “Poemas de poetas criativos”, que ocorreriam em todas as aulas. A proposta para a oficina de escrita nesta aula consistiu na elaboração, a pares, de uma estrofe do poema Píal, que havia sido explorado no início da aula, tendo em atenção o tipo de rima que o poeta Fernando Pessoa utiliza – rima emparelhada. Uma vez percebida a dinâmica puseram mãos ao trabalho. Antes do soar da campainha todos os pares leram à turma a estrofe que escreveram e não pudemos deixar de referenciar que o poema Píal da turma em investigação não podia ter sido mais original e criativo. É fascinante verificar o modo com os alunos se empenham nas oficinas de escritas e a importância que estas apresentam, visto que a escrita “afeta a consciência e a própria cognição, ao fornecer

¹⁹ IDEM, p. 74

um modelo para o discurso, (...) Após a aquisição da escrita, a fala passa a ser moldada pela linguagem escrita, ou seja, a escrita torna-se num modelo para a fala”²⁰.

5. História e Geografia de Portugal

Planificar História e Geografia de Portugal exige uma grande capacidade criativa do Professor. O facto de preservar os acontecimentos históricos e procurar transpor a criatividade para a sala de aula, nem sempre é fácil. Mas com espírito de sacrifício tudo é possível, e foi assim que encaramos este desafio. Queríamos motivar os alunos para a aprendizagem e inculcar o gosto pela História de Portugal não fornecendo apenas informações sobre o passado, mas “sim explicando o presente através do passado”²¹.

A aula que decidimos integrar neste relatório foi a primeira, precisamente por ter sido uma daquelas em que implementamos uma das atividades que sustentam o relatório, bem como por haver períodos de um diálogo participativo no sentido de suscitar uma “chuva de ideias”.

A aula iniciou com a projeção de um “PowerPoint”, nos primeiros diapositivos os alunos foram confrontados com um excerto original da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I. O ânimo e a expectativa eram visíveis nos olhos dos alunos, nunca tinham observado um documento histórico original e com uma caligrafia e português tão distintos. Esta introdução resultou numa aula diferente e participativa e provocou o impacto que nós desejamos, pois os alunos ficaram interessados em saber mais sobre os documentos históricos e a contactar com os mesmos.

Em seguida, procedemos à análise de novos excertos já transcritos. A partir desta análise, partimos para um debate em torno de várias questões sobre o conteúdo apresentado. De modo a apreenderem os conteúdos os alunos registaram no caderno diário as respostas às questões que iam sendo colocadas. Este momento possibilitou um diálogo com os alunos sobre as conceções que iam registando após a análise de cada excerto, assim como a interiorização dos conhecimentos previstos no currículo.

²⁰ NIZA, Ivone; SEGURA, Joaquim; MOTA, Irene – *Guião de Implementação do Programa de Português no Ensino Básico: Escrita*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2011, p. 15

²¹ RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História: Um Conjunto de Experiências*. [Viana do Castelo]: 1986, p. 3

Posteriormente, os alunos foram convidados a viajar pela História até ao reinado de D. Sebastião. Visualizaram um excerto do filme “Non, ou Vã Glória de Mandar”, do realizador português Manuel de Oliveira, para introdução ao conteúdo. Este excerto era representativo da batalha de Alcácer Quibir, onde morreu D. Sebastião. Terminado o filme iniciou-se um diálogo sobre o que observaram com o intuito de realizar uma nova “chuva de ideias”, a qual foi precedida por uma síntese oral. Retomamos ao “PowerPoint” e revelamos um pouco mais sobre a vida desta personalidade referenciando os seus principais feitos e derrotas, nomeadamente a expedição militar ao Norte de África, a Marrocos, que conduziu à sua morte.

A aula avançou no sentido da exploração de outros documentos históricos sobre a morte do Rei D. Sebastião, procedendo sempre à análise através da colocação de questões que possibilitam a compreensão e a sintetização do conhecimento.

Todo o trabalho desenvolvido resultou numa aula especial, em que todos os alunos foram as personagens principais, participando ativamente na construção do pensamento histórico. A sala de aula é um espaço de partilha de conhecimentos e de ideias entre professor e alunos, daí que “saber ouvir e sorrir são os melhores ingredientes para uma boa aula”²².

6. Área do Trabalho de Investigação

A História e Geografia de Portugal sempre foi uma área disciplinar que me cativou. Recordo-me que já na infância descobri os caminhos a que a História nos pode levar, nos pode fazer refletir sobre o passado e o que poderá acontecer no futuro. Todos somos e participamos na construção do presente com o olhar no passado. Quando ingressei no Ensino Secundário sabia perfeitamente que queria que o meu curso fosse Ciências Sociais e Humanas. Tenho de admitir que adorei estes três anos e se o meu gosto pela História já era grande, no fim desses três anos fiquei ainda mais envolta no conhecimento histórico.

“É a História que nos habitua a descobrir a relatividade das coisas, das ideias, das crenças e das doutrinas, e a detetar por que razão, sob aparências diferentes, se voltam

²² IDEM, p. 10

a repetir situações análogas (...) O historiador está sempre a descobrir no passado longínquo e recente (...) a identidade e a variância, a repetição e a inovação”²³.

Depois de integrar no Ensino Superior, e já no segundo ano da Licenciatura de Educação Básica foi-me dada a oportunidade, na unidade curricular História Moderna e Contemporânea de Portugal, de desenvolver um trabalho em torno das memórias escritas no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo. O trabalho foi exaustivo e exigente, porém muito gratificante. Para alguém que aprecia História não há nada como vasculhar em registos do passado sobre as memórias deixadas escritas pela população, e puder contactar diretamente com elas. Manipulando-as e analisando-as no local, cheio de pó e até um pouco degradado devido ao passar dos anos, faz-nos sentir parte integrante de uma História que também é nossa e que a determinada altura nos pertenceu. Sem dúvida que a realização deste trabalho ditou muito o objeto de estudo deste relatório. Recordo-me de falar com o Professor Doutor Henrique Rodrigues e de este me incentivar a associar este trabalho com aquele que viria a realizar na PES II anos mais tarde. A verdade é que esta proposta despertou o meu interesse e me levou a aceitá-la de imediato com todo o gosto.

No momento em que pudemos escolher qual a área disciplinar em que pretendíamos desenvolver o nosso relatório, não tive dúvidas que o meu lugar seria na História e Geografia de Portugal. Quando conheci a turma onde desenvolvi a PES II verifiquei que poderia implementar todas as atividades que tinha pensado. Em diálogo com o meu Professor Orientador surgiu também a ideia de criar um momento extra sala de aula para a implementação das atividades, uma vez que as aulas de HGP estavam preparadas, minuciosamente, para a leção de todos os conteúdos. No entanto, pensamos que sempre que fosse possível implementar alguma atividade dentro da sala de aula faríamos isso mesmo.

Todo este trabalho revelou ser um desafio onde os alunos pudessem ter contacto com as memórias escritas da sua família e outras, ficassem sensibilizados para a sua preservação e compreendessem a importância dos documentos históricos para a compreensão da HGP.

²³ MATTOSO, José – *A Função Social da História no Mundo de Hoje*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1999

PARTE II - A INVESTIGAÇÃO

Capítulo I

Estado da Arte

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.”²⁴

1. Nota Introdutória

Quando elaboramos um trabalho de investigação é necessário ter o cuidado de verificar quais os trabalhos realizados que vão ao encontro das nossas ideias, saber qual é o estado da arte. Este processo implica uma reflexão dos nossos objetivos como ponto de partida para o planeamento de todo um trabalho.

Ao longo deste capítulo analisaremos cinco tópicos fundamentais que nos possibilitaram esclarecer conceitos e metodologias utilizadas na prática pedagógica junto da turma em investigação. O primeiro tópico remete um pouco para a aula de História, evidenciando os recursos que os professores podem utilizar e o modo como os alunos a devem encarar. No seguimento da análise de cada tópico remetemos a nossa atenção para os documentos históricos no que respeita ao seu contributo no ensino da História e à preponderância da sua preservação. Pretendemos sublinhar até que ponto a utilização de documentos históricos em situações alusivas à HGP poderá ter repercussões na aprendizagem dos alunos. Discorreremos, ainda, sobre a exploração de fontes privadas em arquivos, uma vez que a nossa experiência no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo despoletou esta investigação.

Terminamos, o capítulo, com uma breve referência e, consecutiva, análise dos currículos de HGP, de modo a verificar se os documentos históricos são uma estratégia referenciada ou defendida por estes documentos.

²⁴ BLOCH, Marc – *Introdução à História*. Publicações Europa-América, 1993, p. 42

2. A aula de História

Cada um de nós está intimamente relacionado com a História. O passado é História, o presente é a construção de um passado histórico e o futuro será o produto de uma História que construímos.

Quando pensamos no modo como a aula de História deve ser lecionada, devemos centrar-nos, num primeiro momento, no modo como o ensino da História é encarado atualmente. A História que queremos ensinar deve ter um papel de formação para a cidadania, que implique “o conhecimento e apropriação pelos alunos da herança”²⁵, acompanhando em simultâneo a capacidade de adquirir capacidades e destrezas para a visualização histórica dos acontecimentos, “implicando a sua análise crítica e avaliação”.²⁶

O professor quando prepara uma aula de História tem de ter em conta determinados tópicos, nomeadamente, os conteúdos a lecionar, a metodologia, as competências que se pretendem que os alunos adquiram e os recursos mais adequados para concretizar corretamente os três tópicos anteriores. Lecionar História não é somente fazer com que os alunos apreciem a História como disciplina, é muito mais do que isso. Lecionar História exige do professor “o papel de habilitar e preparar o cidadão para uma intervenção nos problemas da sociedade”²⁷.

No 2.º Ciclo do Ensino Básico (EB), os conteúdos a lecionar dizem respeito apenas a situações relativas à Península Ibérica, com especial ênfase ao nosso país. Apenas no 3.º Ciclo do EB os alunos terão a oportunidade de contactar com conteúdos relativos à Europa e ao Mundo, numa perspetiva da História Contemporânea.

Esta divisão de conteúdos nos diferentes ciclos encontra-se relacionada com os estádios de maturação em que os alunos se encontram quando frequentam a escola, tomando como base o estudo de Piaget. Quando frequentam o 2.º Ciclo do EB os alunos encontram-se no estádio das operações concretas, onde há um desenvolvimento do pensamento lógico associado a uma distinção entre a fantasia e a realidade. A criança

²⁵ FELGUEIRAS, Margarida – *O Ensino da História: que História ensinar?*. Revista Portuguesa de Educação. Braga: Universidade do Minho, Vol. 1, 1988, p. 118 [consultado em 25-11-2014]. Disponível na internet: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56803/2/87827.pdf>

²⁶ IDEM, *Ibidem*

²⁷ RODRIGUES, Henrique – *O papel formativo da História*. [Viana do Castelo, 1986], p. 8

apresenta uma capacidade crescente “de compreender os pontos de vista dos outros, ajuda-as a comunicar mais eficientemente e a ser mais flexíveis nos seus julgamentos morais”²⁸.

Lecionar requer de um professor a adoção de uma metodologia que se pretende benéfica para a aprendizagem do aluno. Uma aula exclusivamente expositiva torna o aluno uma personagem secundária, recetora de uma mensagem sem significado onde o professor é o único agente ativo. Espera-se, assim, que numa mesma aula haja momentos expositivos, mas sobretudo participativos em que o aluno é a base de todo o conhecimento e é com ele que se constrói um pensamento crítico face à História, da qual é parte integrante.

O facto de considerarmos o aluno como a personagem principal de todo este processo é necessário ter em atenção um aspeto fulcral de qualquer disciplina, a linguagem. Numa aula de HGP deve haver o cuidado de se utilizar uma linguagem correta, dado que “um bom ensino da História só é possível com o uso eficiente, preciso e conciso da linguagem”²⁹.

Planear uma aula deve ser um momento encarado com seriedade onde a criatividade e o rigor científico andem lado a lado. O modo como os conteúdos são apresentados aos alunos contribuem para um maior ou menor interesse por parte destes pela disciplina, por isso, é que esta escolha deve ser rigorosa e adequada à faixa etária. O segredo para uma boa aula está nos atos de “saber ouvir e sorrir”³⁰. Para tal, tem de haver uma motivação por parte do professor quando leciona mostrando aos alunos que está atento, com especial atenção para os alunos com mais dificuldades. Para que isto seja possível, deve haver um movimento constante de circulação na sala de aula, de modo a que a mensagem seja transmitida com maior intensidade, daí que a colocação de voz seja fundamental, uma vez que “aumentar ou diminuir o tom de voz quebra a monotonia e capta a atenção dos alunos”³¹.

Como não podia deixar de ser o primeiro recurso ao qual fazemos referência são os documentos históricos, uma vez que são um ponto de partida para a contextualização

²⁸ PAPALIA, Diana E.; OLDS, Sally Wendoks; FELDMAN, Ruth Duskin – *O Mundo da Criança*. 8ª ed., Amadora: McGraw-Hill de Portugal, Lda, 2011, p. 420

²⁹ RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História*, o.c., p. 5

³⁰ IDEM, p. 10

³¹ IDEM, *Ibidem*

de um determinado acontecimento e são fundamentais para a construção do pensamento histórico através do confronto de mentalidades. Os documentos podem ser apresentados em múltiplas facetas, o importante é que sejam adequados ao nível etário que se está a lecionar. Quando se recorre a documentos na sala de aula devemos ter em conta que a sua apresentação deve ser feita na aula anterior, de modo a que os alunos tenham um conhecimento prévio do conteúdo a ser lecionado. Deste modo, a sua exploração permite a “aquisição e explicação dos acontecimentos e a iniciação à leitura crítica”³². Importa salientar que a análise deste recurso na sala de aula deve ser complementada com o recurso ao manual, visto que apresentam, de um modo geral, documentos com rigor científico e que são uma mais-valia para a aprendizagem do aluno.

Simultaneamente, devemos trazer para a sala de aula Memórias, ou seja, documentos que não são mais do que apontamentos, do quotidiano, concretizados num determinado momento da História. Contudo, é necessário ter em atenção o tipo de informação a retirar desses documentos, dado que podem apresentar informações que não são na sua totalidade verídicas. Apelando a este tipo de reflexão o aluno já está a ser incentivado a empregar o seu espírito crítico.

A era digital está à vista de todos nós e os nossos alunos são parte integrante dela, daí que o recurso a materiais audiovisuais sejam um meio eficaz de captar a sua atenção. Estes materiais podem ir desde diapositivos, música a filmes. A utilização de diapositivos apresenta “um elevado valor pedagógico”³³. Atualmente, as escolas estão bem equipadas, grande parte das salas de aula têm projetor que possibilita a ligação direta ao computador, o que facilita a sua utilização. O recurso a diapositivos permite ao professor evitar perdas de tempo, por exemplo, como quando o professor tinha que escrever todos os conteúdos no quadro. Hoje em dia esse tempo pode ser rentabilizado em momentos de diálogo e de análise crítica com a turma. Estes materiais possibilitam conjugar o texto com a imagem, a cor com a transparência, o dinâmico e o estático, sempre com boa qualidade a qualquer hora do dia. Consequentemente, contribui para uma aula que se pretende organizada e coerente, em que os conteúdos são revelados de acordo com uma ordem lógica dos acontecimentos. Para além disto, os alunos

³² IDEM, p. 11

³³ IDEM, p.12

podem desenvolver diversos comportamentos quando as aulas são acompanhadas com diapositivos “observação, identificação, classificar, relatar, reformular, explicar, prever, calcular, interpretar”³⁴.

A música e o filme também apresentam repercussões interessantes no processo de ensino-aprendizagem. O recurso à música pode ter um carácter exploratório na introdução de um novo conteúdo em que o aluno através de questões é incentivado a tirar conclusões sobre o que o autor da letra pretende transmitir em termos históricos. Por sua vez, a utilização de filmes, menos frequente, apresenta-se como uma vantagem. No entanto, preconiza uma planificação rigorosa para que a compreensão e a discussão dos conteúdos, por parte da turma, seja um objeto de avaliação de acordo com os comportamentos, ou seja, “compreensão, aplicação e participação”³⁵. A escolha de uma película cinematográfica deve ser criteriosamente selecionada de acordo com a faixa etária dos alunos, para que sejam retiradas as elações que se pretendem, para não ferir suscetibilidades. Assim, a estratégia mais adequada quando se recorre a filmes é parar a transmissão em determinados momentos para incentivar o diálogo e o pensamento histórico dos alunos face aquilo que observaram, partilhando com os seus colegas.

Há um outro recurso muito rico que caiu em esquecimento – os cartazes. Esta atividade é bastante rica quando bem orientada, uma vez que resulta em produtos interessantes e didáticos. Quando se pede aos alunos um trabalho deste género, onde a pesquisa e a manualidade andam lado a lado o seu entusiasmo é notório. É interessante e criativo realizar cartazes sobre uma determinada unidade temática para ser exposto na escola. Deste modo, para além de os alunos se sentirem parte integrante de todo o processo de ensino-aprendizagem, também vêm o seu trabalho valorizado perante toda a comunidade escolar.

Importa salientar que a instituição de ensino onde lecionamos é crucial, uma vez que tudo se torna mais fácil quando temos acesso a vários recursos. No entanto, a criatividade deve estar subjacente a qualquer professor de modo a tornar a aula mais ativa e participativa.

Em jeito de resumo verificamos que há uma multiplicidade de recursos que podem contribuir para um aula dinâmica e criativa. Não podemos deixar de referenciar

³⁴ IDEM, *Ibidem*

³⁵ IDEM, p. 16

a importância que os documentos históricos têm na aprendizagem da História devendo ser utilizados frequentemente suscitando o diálogo e o pensamento crítico dos alunos, pois “têm de falar (participar), têm de pensar, pois tudo isto é vida, criatividade”³⁶.

3. O contributo dos documentos históricos para o ensino da História

Quando ouvimos falar de História vem-nos à memória os documentos históricos. Estes são o resultado de um trabalho exaustivo de um historiador face a acontecimentos históricos, a partir do qual constrói as suas interpretações. Cada conclusão de um historiador deve ser devidamente justificada, para que não se tirem conclusões do passado com base em conjeturas arbitrárias.

A fonte histórica apresenta para qualquer historiador um carácter científico, mas é passível de ser utilizada pelo professor no contexto escolar, integrando-a no processo de ensino-aprendizagem. O professor na sala de aula assume para além da função da transmissão do saber, uma função mediadora, que pretende transmitir a representação da História³⁷.

A definição do conceito de documento histórico não é consensual. Segundo Marrou, os documentos são memórias repletas da vivência do homem, fruto do passado³⁸. A evolução histórica integra no seu estudo os documentos históricos que privilegiam a História Tradicional, considerando tudo o que Homem concretiza na sua vida. Assim, o documento é “fruto da época e do meio em que foi realizado”³⁹, ou seja, é representativo de uma sociedade numa determinada época. A fonte histórica é vista como um vestígio de naturezas distintas deixadas pelas sociedades do passado⁴⁰.

Sempre que o historiador analisa um documento procura vestígios do passado e de que forma contribuíram para a História. Neste sentido, a História atua perante as

³⁶ IDEM, p. 10

³⁷ XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador*. Antíteses. Vol. 3, n.º 6. Paraná: Universidade Estadual Londrina, 2010, p. 1098 [consultado em 17-01-2015] Disponível na Internet: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/5062/7069>

³⁸ MARROU, Henri-Irénée – *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Editora Aster, 1976, p. 69

³⁹ MOREIRA, Maria – *As Fontes Históricas propostas no Manual e a Construção do Conhecimento histórico*. Braga: Universidade do Minho, 2004, p. 42 [consultado em 17-01-2015] Disponível na Internet: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2631/1/tese.pdf>

⁴⁰ XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico, a canção como mediador, o.c.*, p. 1099

evidências tentando encontrar respostas e, eventualmente, perguntas sobre o passado. O historiador deve estar isento de qualquer sentimento para com a pessoa que escreve o documento, bem como para com a mentalidade retratada. O que alguém escreveu deve ser respeitado e considerado um constituinte importante da História.

“O papel do historiador é descobrir, identificar e discriminar essas relíquias”⁴¹. Relíquias essas que dão sentido ao passado, a um passado real fruto da História de um país que explica a presença do Homem no mundo.

Centremo-nos um pouco na utilização de documentos históricos no processo de ensino-aprendizagem, tornando as “fontes em ferramentas pedagógicas”⁴². A aula de História não deve estar limitada a uma metodologia de transmissão de conhecimentos, colocando de parte a participação ativa dos alunos e acreditando que desta forma o seu sucesso escolar está assegurado. Vários estudos têm confirmado que o sucesso dos alunos acontece quando estes são as personagens principais na aprendizagem da sala de aula. Aprendizagem essa que deve ser transversal à interpretação de fontes históricas, através das quais o aluno é convidado a apreciar dados, formular hipóteses e a elaborar conclusões.

As ideias que os alunos têm face à noção de evidência histórica vão-se modificando ao longo do tempo, de acordo com as suas faixas etárias. Daí que seja essencial transmitir, desde muito cedo, as ferramentas cognitivas essenciais para que o aluno seja capaz de compreender os conceitos de forma gradual e progressiva. Segundo Cooper “é impossível aprender História sem aprender o processo pelo qual os historiadores constroem a História”⁴³.

O estudo da História deve ser concretizado através de uma aprendizagem ativa, em que os alunos aprendam a resolver os problemas, tornando o pensamento o ponto central que os auxiliará na compreensão do conteúdo. Associado a toda a aprendizagem histórica deve-se agregar o uso de fontes históricas que evidenciem a realidade retratada numa determinada época histórica. Esta metodologia proporciona ao aluno a construção de uma “visão histórica dos acontecimentos, implicando a sua análise crítica

⁴¹ MOREIRA, Maria – *As Fontes Históricas* propostas no Manual, o.c., p. 46

⁴² XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico*, a canção como mediador, o.c., p. 1098

⁴³ COOPER, Hilary – *The Teaching of History*. Londres: David Fulton, 1992, p. 11

e avaliação”⁴⁴ e ainda o auxilia a construir as suas conclusões históricas, tal como um historiador.

A introdução de documentos históricos no ensino da História constitui um elemento fulcral no desenvolvimento do conhecimento histórico. Interpretar um documento depende do nível de contextualização, daí que o papel do professor seja essencial de modo a orientar o pensamento do aluno.

Toda a aprendizagem que se concretiza em HGP deve ter um significado para o aluno, o sentido que dá ao documento é dependente da sua realidade. Para além disto, o “desenvolvimento do raciocínio histórico processa-se com oscilações e não de uma forma invariante”⁴⁵, o mesmo aluno pode ter um pensamento elaborado durante a análise de um acontecimento histórico ou um pensamento simplista quando está sujeito à análise de um outro.

Quando o aluno consegue compreender que as suas vivências são um excelente ponto de partida para o desenvolvimento da compreensão histórica, será mais intuitivo retirar conclusões dos documentos históricos contribuindo para um conhecimento significativo do passado. É necessário que os alunos compreendam que a História não é linear, é concretizada de mudanças e ruturas e que as fontes históricas são um recurso que auxiliam na construção da imaginação histórica⁴⁶. Estudar com documentos de uma determinada época dá ao aluno uma visão mais próxima da realidade.

A análise de um documento na sala de aula não deve ser uma tarefa mecânica. Todo este processo deve preceder de uma contextualização adequada à realidade e ao aluno de modo gradual, pois “é com o tempo que se apreende o tempo. E ninguém, mas ninguém, poderá apreender o contexto histórico total”⁴⁷. Para além disto, cada fonte deve ser escolhida criteriosamente de acordo com a qualidade e a quantidade. O objetivo não é sobrecarregar os alunos com informação que não seja essencial, pretende-se, sim, uma análise de documentos de qualidade na medida certa.

⁴⁴ FELGUEIRAS, Margarida – *O Ensino da História, o.c.*, p. 118. [consultado em 15-01-2015].

⁴⁵ BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6.º ano de escolaridade*. Revista Portuguesa de Educação, Vol. 14. Braga, 2001, p. 241. [consultado em 25-11-2014]. Disponível na internet: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/563/1/14IsabelBarca.pdf>

⁴⁶ XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico, a canção como mediador, o.c.*, p. 1101

⁴⁷ BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *Aprender a pensar em História, o.c.*, p. 254

Sempre que se preconiza a análise de um documento devemos planear questões orientadoras, como uma espécie de guião, da compreensão da informação que este nos fornece. O documento pode ser utilizado como “mote de diálogo”⁴⁸, por isso, o questionamento é fundamental para a progressão do pensamento histórico, caso o diálogo não seja concretizado corretamente podemos alcançar respostas sem sentido e que são desfasadas do objetivo da História. Seguindo o pensamento de Marc Bloch, as questões sobre um documento devem ser realmente importantes, pois “os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los”⁴⁹.

Ao serem confrontados com questões, os alunos são incentivados a exercitar o pensamento crítico e a depreender qual a resposta mais adequada sobre o que está a estudar. Deste modo, cada aluno é incentivado a construir as suas próprias ideias, uma vez que é “uma das razões mais nobres para emergir no estudo da História e uma das melhores formas da História poder contribuir para a cidadania democrática”⁵⁰. Interessa que sejam os alunos a dar sentido aos documentos históricos, enquanto ferramenta pedagógica, e não o professor, através da formulação de pequenas induções e inferências entre o passado e o presente.

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem o professor deve criar situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos interpretar documentos históricos sobre a panóplia de conteúdos, de modo a que consiga “formular hipóteses de interpretação de factos históricos, inferir conceitos históricos a partir da interpretação e análise cruzada de fontes com linguagem diversas”⁵¹.

O professor pode partir do manual escolar para iniciar a análise dos documentos que este acolhe, desde que sejam acompanhados de um guião, sempre com o objetivo de tornar a História mais significativa para os alunos. Simultaneamente, é primordial a análise de documentos históricos extra ao manual, de modo a enriquecer a aprendizagem do aluno, bem como ter contacto com diferentes correntes de opiniões

⁴⁸ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. Viana do Castelo: Fundação da Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste, 2013, p. 50

⁴⁹ BLOCH, Mark – *Introdução à História*, o.c., p.60

⁵⁰ BARTON, Keith – *O que podem os jovens fazer com a História? Contributo do ensino da História para a cidadania*. IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2003

⁵¹ MOREIRA, Maria – *As Fontes Históricas propostas no Manual*, o.c., p. 52

que podem ser um meio de clarificar diferentes interpretações face a uma determinada época ou sociedade.

A utilização de fontes históricas na sala de aula tem repercussões na metodologia do professor. Quando se prepara uma turma para o estudo através de um documento é necessário por de lado a metodologia expositiva e ter a disponibilidade para observar qual o sentido que o aluno atribui a um determinado conceito⁵². Assim, é primordial construir uma aula que “assente num processo de inferência sobre o passado, a partir das suas fontes”⁵³.

O intuito da utilização da História para ajudar o aluno a construir as suas próprias ideias, contribui para a construção de “uma visão global e organizada de uma sociedade complexa, plural e em permanente mudança”⁵⁴, em que sejam capazes de atribuir significados específicos aos conceitos sobre esta disciplina.

4. Importância da preservação da memória escrita

O mundo tecnológico tal como o conhecemos, nem sempre foi assim. Ao longo dos tempos o Homem foi aplicando diversas técnicas para relatar o modo como concretizava o seu quotidiano. Viajando até aos primórdios da História, o Homem desenhava em grutas ou cavernas as suas vivências, ilustrando o que consideravam mais importante. No decorrer dos séculos foi aperfeiçoando os seus relatos através da escrita. Não pensemos que atualmente a escrita foi esquecida. É claro que não, mas pusemos de lado a caneta e o papel e escrevemos em suportes tecnológicos que nos permitem obter uma resposta imediata.

Ao registrar os acontecimentos o Homem começou a desenvolver meios de preservação da sua memória. Memória esta que pode ser o resultado da História de um povo que envolve tradição e cultura, transformando-se numa memória coletiva, mas

⁵² IDEM, p. 256

⁵³ IDEM, *Ibidem*

⁵⁴ MINISTÉRIO, Educação da – *Currículo Nacional – Competências Essenciais*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, s.d., p.87

também pode ser a consequência de um conjunto de memórias individuais que não é mais que uma história vivida⁵⁵.

Os documentos históricos são uma representação do passado histórico, daí que se enfatize a importância da sua preservação. Mas o que é preservar? De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa o significado de preservar encontra-se relacionado com a “garantia da continuidade ou sobrevivência de; conservar; pôr ao abrigo; defender; proteger; resguardar”⁵⁶.

A preservação de um documento implica necessariamente segurança, dado que se pretende conservar sem causar qualquer deterioração. A essência e as características do objeto têm de ser mantidas, só assim conseguimos retirar informação histórica sem distorcer a realidade. Desta forma, ao preservar um documento histórico estamos a “garantir o direito de acesso à informação”⁵⁷.

O lugar físico que se entende ser o mais adequado como destino dos registos documentais é o arquivo. Neste local podemos encontrar uma panóplia de documentos produzidos por instituições públicas e privadas ou por um indivíduo enquanto sujeito pessoal e membro de uma sociedade. Contudo, a presença ou ausência de uma fonte histórica depende de causas humanas que de alguma forma escaparam à análise, mas toda a informação que contempla respeita ao mais íntimo da vida do passado que possibilita a passagem da memória das coisas através das gerações⁵⁸.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação são uma influência crescente na preservação da memória escrita. A passagem do suporte escrito para o meio digital possibilita a recuperação eficaz da informação nele contida, bem como a conservação dos documentos originais⁵⁹. Considera-se que o meio mais eficaz de preservação recorrendo às novas tecnologias é a digitalização, dado que corresponde a “uma cópia digital de um documento original existente em outro tipo de suporte”⁶⁰. O historiador

⁵⁵ SOUSA, Roseline; OLIVEIRA, Bernardina; SOUSA, Marckson – *Reflexões Sobre a Digitalização de Documentos e Utilização de Documentos Digitais na Preservação da Memória Histórica* – Conference on Technology, Culture and Memory – CTCM Strategies for preservation and Information access. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2011, p. 2. [consultado em 13-01-2015].

Disponível na internet: http://www.liber.ufpe.br/ctcm/anais/anais_ctcm/40_reflexoes_digitaliza.pdf

⁵⁶ EDITORA, Dicionários – *Dicionário Língua Portuguesa* – Porto: Porto Editora, 2014

⁵⁷ SOUSA, Roseline; OLIVEIRA, Bernardina; SOUSA, Marckson – *Reflexões Sobre a*, o.c. p. 4

⁵⁸ BLOCH, Marc – *Introdução à História*, o.c., p. 66

⁵⁹ IDEM, p. 5

⁶⁰ IDEM, *Ibidem*

ao manusear o documento digital para o estudo da História evita a degradação do documento original. Quando se utiliza a digitalização é necessário ter a consciência de que este suporte contém, também, informações cruciais sobre o passado que devem ser conservadas, sobretudo assegurando a “autenticidade, principalmente tratando-se de documentos históricos”⁶¹.

É importante salientar que apesar de muitos historiadores considerarem que a digitalização é o modo mais adequado de preservar documentos históricos este método pode representar certos perigos. Queremos com isto dizer que este processo submete o documento a capturas que o podem degradar. Para além disto, tal como qualquer outro método de preservação também este apresenta fragilidades pelo facto da tecnologia ser obsoleta. Contudo, as inúmeras vantagens superam os pontos fracos, especialmente pelo facto de o homem poder estudar um documento histórico quantas vezes seja necessário sem causar quaisquer danos. Utilizar documentos digitalizados proporciona um acesso ininterrupto, vinte e quatro horas por dias e sete dias da semana.

O mundo digital possibilita o desenvolvimento das Bibliotecas Digitais que concretizam uma garantia de preservação e de autenticidade. As pesquisas nestas bibliotecas podem proporcionar aos historiadores e leitores o acesso a coleções raras e únicas. Para além do que facilita o acesso a qualquer indivíduo o contacto com documentos históricos.

Aumentar a longevidade do documento histórico é o principal objetivo da preservação. Os documentos históricos quando permanecem durante um tempo prolongado em condições inadequadas de conservação podem sofrer ameaças biológicas e naturais, por isso a digitalização é um excelente meio para alcançar este objetivo. Mediante isto, este meio de preservação deve objetivar uma estratégia a longo prazo para que os documentos digitalizados não sofram qualquer fragilidade da tecnologia em constante mudança⁶².

Para findar este tópico gostaríamos de salientar que numa perspetiva pedagógica, e sob ponto de vista histórico, é essencial transpor para os alunos estes valores de preservação da memória escrita. “A preservação é um dos grandes desafios

⁶¹ IDEM, p. 6

⁶² IDEM, p. 9

do século XXI”⁶³, esta premissa, enquanto atores ativos, na educação dos alunos levamos a considerar que se a mensagem for transmitida desde cedo é possível fazer com que os alunos se sintam parte integrante deste processo de recuperação. Se o aluno souber que os diversos registos que possui em casa podem ser fruto de um passado histórico comum ao de outros portugueses, contribui para uma maior consciencialização da importância da conservação dos documentos. Sendo o nosso país um possuidor de uma grandiosa História é indispensável preservar toda e qualquer fonte que nos recorde um passado histórico que nos faz compreender o presente e nos ensina a construir o futuro.

5. Exploração de fontes privadas em arquivos

Antes de nos debruçarmos sobre o modo como podemos explorar as fontes privadas dos arquivos e sobre as informações que podemos encontrar em cada uma delas, refletimos um pouco acerca do papel que os arquivos tiveram nos últimos séculos. Os arquivos municipais alcançam importância no século XVIII, com a criação da Academia Real da História Portuguesa. O interesse de identificar e conservar os documentos produzidos já era uma preocupação. Séculos mais tarde, no século XIX, aquando da Revolução Liberal, estas instituições detinham um poder centralizado que visava a reorganização das áreas de jurisdição dos poderes administrativos locais, com o intuito de assegurar melhores comunicações entre o poder central e os municípios. Desde essa época, o património arquivístico dos municípios era guardado nestes locais. Contudo, vários arquivos não se preocuparam em conservar adequadamente os seus documentos o que fez com que grande parte da sua documentação se perdesse praticamente por inteiro. No último século verificou-se uma preocupação em normalizar e formalizar o acesso à informação a partir da qual se constrói um fio condutor com a História⁶⁴.

⁶³ ARELLANO, Miguel – *Preservação de documentos digitais* – Revista Ciência da Informação. Brasília, 2004, p. 15 [consultado em 13-01-2015].

Disponível na internet: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>

⁶⁴ RIBEIRO, Cândida F. – *O acesso à informação nos Arquivos – Parte I*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 83

Não podíamos deixar de fazer uma pequena referência ao Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, dado que os documentos históricos que os alunos exploraram foram resultado da exploração de fontes retiradas deste local, fruto de um trabalho realizado na licenciatura de Educação Básica na unidade curricular História Moderna e Contemporânea de Portugal⁶⁵. Neste local podemos encontrar informações de grande valia sobre a História política, social e económica de Portugal. Juntamente com o Arquivo Distrital preservam os documentos através dos meios necessários e adequados à sua conservação. Na primeira década do século XXI o Arquivo do Governo Civil incorporava serviços que visavam a emissão de passaportes, entre os quais os livros de registo, dos termos de identidade e de fiança. Atualmente, o arquivo preconiza uma rede importante de tratamento técnico das fontes que alberga, com o intuito de fornecer aos cidadãos a possibilidade de aceder à informação, com particular interesse para investigações, nomeadamente no âmbito da História de Portugal.

Este espaço contempla Memória de um passado repleto de lembranças, que retrata a vida de uma sociedade com o intuito de não a deixar cair em esquecimento⁶⁶. Através destes registos recolhemos preciosos materiais para a compreensão da História, com o intuito de organizar o conhecimento sobre o Homem no tempo e no espaço.

Neste sentido, torna-se pertinente dissertar um pouco sobre a exploração de fontes privadas em arquivos. Antes de iniciar qualquer tipo de investigação é necessário saber o que pretendemos estudar e de que forma. De seguida, é fundamental acertar burocracias de autorização, que visam a proteção de cada documento, bem como a salvaguarda da identidade do destinatário e do remetente.

A metodologia de investigação selecionada por cada investigador pode e deve passar por uma estratégia de preservação dos documentos históricos. Tal como referimos no tópico anterior, um método adequado de conversação das fontes que são alvo de qualquer metodologia pode ser concretizada através da digitalização. Queremos

⁶⁵ As cartas que exploramos na investigação correspondem ao período de 1914-1918. Foram exploradas, digitalizadas e transcritas por todos os intervenientes do projeto, pelo que registamos os nomes de todos: Dr.ª Cátia Mano, Dr.ª Cristina Torres, Professor Doutor Henrique Rodrigues, Dr.ª Joana Pinto, Dr.ª Lara Matos, Dr.ª Mafalda Pereira, Dr.ª Mariana Alves, Dr.ª Mariana Freitas e Dr.ª Rosário Alão

⁶⁶ BARROS, José – *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*, 2009, p. 37 [consultado em 15-01-2015] Disponível na Internet:

http://www.revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf

com isto dizer que sempre que encontrarmos uma determinada fonte esta deve ser digitalizada e o estudo será concretizado em torno do suporte digital para não submeter o original a nenhum tipo de degradação, pois apresentam o “estatuto de autênticos arquivos da memória da diáspora”⁶⁷.

Quando levantamos do AGC de Viana do Castelo algumas das fontes privadas que sustentam o presente relatório encontramos uma série de documentação arquivada em pastas e organizada pelos anos em que foram escritas. O trabalho que concretizamos no arquivo consistiu na análise de cada pasta procurando a existência de cartas. Sempre que encontrávamos uma carta esta sofria um processo de digitalização, com o intuito de ser transcrita e analisada posteriormente. Todas as semanas, ao longo de um semestre, o arquivo foi a nossa segunda casa, foi neste local que recolhemos as relíquias de um passado contemporâneo e que nos permitiu dar continuidade na prática pedagógica.

As fontes privadas, no contexto desta investigação, são cartas ou outros suportes documentais de emigrantes que nos proporcionam o ingresso nas relações familiares e nos momentos sociais que estabelecem através do ato da escrita⁶⁸. Estas Memórias funcionam como “documento histórico único (...) que (...) permite uma abordagem à escrita privada”⁶⁹, daqueles que se comunicam em virtude da distância que os separa pelo extenso e denso Oceano Atlântico. Na sua maioria, as fontes privadas eram endereçadas à família, especialmente à esposa, com o intuito de provar que a ausência do marido era algo que podia ser colmatado no momento em que toda a família se reunisse com ele na terra nova, por isso era apelidada de “carta de chamada”⁷⁰. Podemos encontrar cartas destinadas a amigos e vizinhos, mas em menor número.

Por vezes, pode parecer que esta tipologia de escrita familiar não tem qualquer interesse, mas ao contrário do que se pensa apresenta um valor incalculável no universo da emigração portuguesa no início do século XX⁷¹. A leitura de uma escrita transporta-nos para o centro das relações familiares onde somos surpreendidos por uma série de

⁶⁷ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade, o.c.*, p. 64

⁶⁸ IDEM, p. 368

⁶⁹ IDEM, *Ibidem*

⁷⁰ IDEM, p. 65

⁷¹ Ver, a este propósito, a brilhante síntese de ALBUQUERQUE, Ana Sílvia – *Escritas da Mobilidade em Contextos Familiares, Análise de Correspondência de emigração no primeiro quartel de novecentos*. In RODRIGUES, Henrique – *Escritas Privadas, o.c.*, pp.125-132.

sentimentos, pedidos e discussões que nos levam a considerar que são pessoas reais que as escrevem, pessoas que sofrem pelo distanciamento dos seus entes queridos. Para além disto, conseguimos apercebermo-nos do quadro familiar, no que respeita à sociedade, cultura e financiamentos.

Cada fonte é o resultado de um ritmo de comunicação diferenciado, ora causado pela resposta imediata do remetente ou pela insistência em alcançar qualquer tipo de resposta. As saudades são o sentimento mais evidenciado nesta troca de correspondência, a presença física das pessoas que se amam tornava dolorosa a vida em terras de Vera Cruz. No momento em que o remetente recebia a carta anunciava a toda a família o desejo do destinatário e como este se encontrava fora do país, a mulher assumia um papel independente e era o principal sujeito na preparação da viagem de união da família⁷². A mulher encarnou o papel de líder doméstica enquanto o marido se encontra fora, dado que toda a responsabilidade estava a seu cargo.

Ao ler uma carta de emigração apercebemo-nos de uma alfabetização reduzida. Contudo, eram indivíduos que vivenciaram a escolaridade, tanto o remetente como o destinatário, uma vez que ambos conseguiam ler e escrever. Deparamo-nos com uma escrita simples, gramaticalmente e frasicamente incorretas. Esta tipologia de escrita é o resultado de uma prática inexistente que não passava de correspondências informais entre familiares, a vida de um emigrante era repleta de dias de trabalho intenso e moroso. Por vezes, encontramos cartas que apresentavam caligrafias quase impercetíveis e que apenas continham uma pequena mensagem, pois não se sabiam expressar corretamente.

Todas as fontes formam uma corrente de papel que comprova uma “correspondência permanente para alimentar uma ligação com o lar e a terra de origem”⁷³. À medida que pediam aos familiares para se juntarem a eles enviam conselhos sobre a travessia do Atlântico, transmitindo as próprias vivências e algumas recomendações para resolver certas dificuldades que poderiam sentir, bem como enunciando que a mulher deveria comportar-se como uma senhora.

Em síntese, estes documentos epistolares presenteiam-nos com as mais variadas perspetivas familiares condicionadas pela procura de uma vida melhor no outro lado do

⁷² RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade*, o.c. p. 68

⁷³ IDEM, p. 69

Atlântico. O homem enquanto chefe de família viaja primeiro, mas sente uma saudade profunda da sua família e a carta é o único meio de súplica para a união de todos os que mais ama. Todo o universo familiar é descrito nestas cartas, por isso a análise das fontes privadas são um meio privilegiado para compreender os movimentos migratórios no início do século anterior. “As cartas são as verdadeiras pontes de sociabilidade e de aproximação das famílias”⁷⁴, sendo, por isso, relíquias históricas que devem ser preservadas.

Previamente ao término deste tópico, gostaríamos de salientar a importância do “arquivo do eu”. Até este momento, dissertamos acerca das fontes históricas com que nos podemos deparar num arquivo público, como o AGC de Viana do Castelo. No entanto, não podemos deixar de parte o “arquivo do eu” que é aquele que compreende todas as recordações que guardamos e que são consequência de uma vivência passada. À semelhança do que acontece num arquivo público, todas as correspondências que pertencem aos nossos familiares ou amigos devem ser preservadas. A importância desta preservação é o resultado de uma parte do trabalho realizado com a turma que sustenta esta investigação, dado que as fontes privadas da sua família foram alvo de estudo e análise. Salientamos, assim, a importância da construção de um arquivo familiar que contempla todas as correspondências, imagens e outros elementos que possam ser representativos de uma época histórica. Desta forma, estamos a construir uma História nossa, uma História real, baseada na vivência das pessoas e das suas mentalidades.

A entrada para um arquivo é um ingresso num novo mundo, repleto de documentos das mais variadas épocas históricas. Para um historiador ou apreciador da História este local é onde pudemos encontrar o mundo histórico escrito naquilo que são os registros por excelência da História – os documentos históricos. As fontes que encontramos no arquivo público e no “arquivo do eu” de cada aluno possibilitaram a elaboração desta investigação. Sem dúvida, que as correspondências têm bastante “potencial (...) no quotidiano dos processos de aprendizagem”⁷⁵. A documentação de um arquivo apresenta uma excelente estratégia de discussão de várias questões do

⁷⁴ IDEM, p. 121

⁷⁵ IDEM, p. 41

quotidiano no âmbito da sala de aula⁷⁶, que funciona como uma aproximação dos alunos à História, através do incentivo a um pensamento crítico e fundamentado.

6. Documentos Históricos – Uma estratégia dos currículos de História e Geografia de Portugal

Serão os documentos históricos uma ferramenta preconizada nos currículos de História e Geografia de Portugal? Esta questão inquietou-nos, e por isso, pareceu-nos importante verificar se os documentos curriculares em vigor fazem alguma referência ao uso de documentos históricos na sala de aula. Numa primeira análise focamo-nos no programa curricular de HGP – volume I e II – e, seguidamente, nas Metas de Aprendizagem que são atualmente o documento por excelência pelo qual os professores se devem orientar.

Ao folhear as primeiras páginas do programa de HGP é possível verificar a criação de conexões entre os conteúdos lecionados na disciplina curricular do 1.º ciclo – Estudo do Meio – com a disciplina de HGP, iniciada no 5.º ano de escolaridade. Demonstram o cuidado de especificar que a faixa etária dos alunos é diferente, por isso o 2.º ciclo deve incentivar ao raciocínio que se encontra “ao nível das operações concretas, apoiado em experiências vividas afetivamente”⁷⁷.

A disciplina de HGP é responsável pela lecionação de duas áreas, a História e a Geografia. Deve, por isso, ter a atenção, extra, no que respeita ao carácter científico que cada uma abrange, assim como à sua própria identidade respeitando “a lógica própria de cada uma delas”⁷⁸. Os alunos devem ser incentivados a conhecer o seu presente e o seu passado, de modo a que se interessem pelo meio envolvente e pela atividade humana que contribui para a construção desses espaços temporais.

Curricularmente, HGP apresenta uma carga horária semanal de duas aulas de 90 minutos e 45 minutos, respetivamente. Todos os temas e subtemas apresentados no programa devem ser divididos pelas aulas de acordo com o processo de ensino-aprendizagem que o professor seleciona para as suas turmas. Podendo, ainda, consultar,

⁷⁶ IDEM, p. 54

⁷⁷ MINISTÉRIO, Educação da – *Organização e Programas: Ensino Básico 2º Ciclo*, o.c., p. 77

⁷⁸ IDEM, *Ibidem*

para cada tema e respetivos subtemas uma série de elementos essenciais para a aprendizagem em HGP: conteúdos, conceitos/noções básicas, objetivos gerais, interpretação/clarificação de conteúdos e de conceitos/noções básicas e técnicas/atividades que auxiliam o professor para a orientação metodológica.

Terminada a leitura da introdução verificamos a referência a uma série de conceitos que os alunos devem adquirir à medida que cada tema é lecionado. Em determinado momento podemos ler que se pretende que os alunos tenham conhecimento dos “modos de vida existentes em diferentes épocas”⁷⁹. Contudo, não especifica qual a metodologia mais adequada para o fazer. Porém, destaca o modo de vida das populações como um forte complemento didático e pedagógico.

No capítulo referente à orientação metodológica podemos observar que há uma preocupação em que a aprendizagem seja “significativa para os interesses e experiências dos alunos”⁸⁰, recorrendo a analogias onde a experiência pessoal do aluno seja valorizada. Este encontra-se organizado em vários subcapítulos, entre os quais “Documentação escrita e iconográfica”⁸¹. Ao analisarmos este subcapítulo apercebemo-nos que ambas as tipologias de documentação devem ser um recurso transversal a todos os temas de HGP. Espera-se que a sua exploração contribua para “o desenvolvimento do espírito crítico, do gosto pelo estudo e pela pesquisa”⁸², com o intuito de preparar os alunos para a cidadania. No entanto, é necessário ter em atenção o modo como os documentos são apresentados no processo de ensino-aprendizagem, pois devem ser uma adaptação didática, tendo em consideração a “seleção de excertos, atualização ortográfica e sintática”⁸³, sem nunca desvirtuar a fonte de onde a informação foi retirada.

Ao analisar o primeiro volume do programa de HGP percebemos que as propostas são interessantes, uma vez que incitam aos recursos de documentação na aprendizagem dos alunos. O facto de os considerarem como “recurso fundamental em todos os subtemas” faz com que a sua utilização seja uma mais-valia na aprendizagem

⁷⁹ IDEM, p. 79

⁸⁰ IDEM, p. 93

⁸¹ IDEM, p. 94

⁸² IDEM, p. 95

⁸³ IDEM, *Ibidem*

na HGP. Pretendemos contribuir para a História através de documentação que nos incite a verificar o seu carácter científico e humano.

Terminada esta análise concentramos a nossa atenção no segundo volume do programa de HGP. Este volume prevê uma organização diferente da do anterior, constituído por um “Plano de organização do ensino-aprendizagem” e por um conjunto de “sugestões bibliográficas”. Saliente-se que estes dois pontos pretendem que o programa tenha uma abordagem aberta para o professor que leciona a disciplina, não querendo nunca limitar a sua liberdade face à metodologia nas diversas situações pedagógicas. Assim, funciona como um conjunto de sugestões que poderão ser úteis e usadas de forma flexível ao longo de todo o programa de HGP.

À medida que analisamos as sugestões metodológicas e consequentes técnicas/atividades propostas apercebemo-nos que propõe em vários subtemas a análise de documentos. Vejamos:

“Subtema: Portugal no século XIII:

- Leitura de documentos e textos adaptados referentes à importância dos pontos fluviais e marítimos para as comunicações da época.
- Análise e comentário de documentos adaptados e textos relativos a este período (aspectos da vida social e cultural).

Subtema: Portugal nos séculos XV e XVI:

- Análise e comentários de documentos adaptados (relatos de viagens, descrições dos primeiros contactos dos portugueses com povos de diferentes culturas, descrições da Lisboa Quinhentista).

Subtema: Portugal no século XVIII

- Análise e comentário de textos e/ou documentos adaptados representativos de aspetos das sociedades portuguesas e brasileira neste período.

Subtema: 1820 e o Triunfo dos Liberais

- Análise e comentário de documentos adaptados e relativos a este período.
- Leitura de extratos adaptados da Constituição de 1822.
- Exposição e narração pelo professor e/ou alunos de acontecimentos ocorridos neste período, recorrendo, sempre que possível a episódios significativos relacionados com a região em que os alunos vivem.

Subtema: Portugal na segunda metade do século XIX

- Análise e comentário de documentos adaptados (especialmente obras literárias) e textos relativos a aspetos da sociedade portuguesa neste período.

Subtema: A Revolução Republicana

- Análise e comentário de textos e/ou documentos adaptados relativos a este período, nomeadamente notícias de jornais da época.

Subtema: Os anos de Ditadura

- Análise e comentário de textos e/ou documentos adaptados relativos a este período, nomeadamente notícias de jornais da época, correspondência, depoimentos escritos fornecidos pelo professor ou recolhidos pelos alunos, individualmente ou em grupo.”⁸⁴

Analisando este conjunto de técnicas/atividades aqui apresentados apercebemo-nos que em diversos subtemas há referência à utilização de documentos históricos. Documentos esses, que podem ser resultado de memórias escritas da população numa determinada época sobre um determinado acontecimento. Podemos afirmar que as propostas são interessantes.

Seguidamente, focamos a nossa análise no documento “Metas Curriculares”. Este documento surge como um complemento ao Programa de HGP, com o intuito de identificar “a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos”⁸⁵, para o 2.º ciclo, de modo a que haja uma articulação harmoniosa entre os conteúdos lecionados. Como forma de esclarecer quais os princípios orientadores que os professores devem ter em atenção na concretização pedagógico-didáticas das metas curriculares surge o “Documento de Apoio às Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal”. Este documento faz referência a determinados princípios que são primordiais nesta investigação. Ora vejamos:

- “Reconhecer a existência de fontes históricas com perspetivas diferentes a propósito de um mesmo acontecimento, situação ou contexto.
- Interpretar documentos de índole diversa.”⁸⁶

O facto de o programa de HGP nos remeter para um documento mais antigo foi necessário um documento inovador como as Metas Curriculares, com o intuito de contribuir numa mudança na HGP. Apesar de as fontes históricas serem referenciadas

⁸⁴ IDEM, p. 11-33

⁸⁵ MINISTÉRIO, Educação da – *Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2013, p. 1

⁸⁶ MINISTÉRIO, Educação da – *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal – 2.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2013, p. 4

no primeiro documento como um recurso transversal a todos os conteúdos, já demonstra a sua importância nessa disciplina. Coadjuvante à sua referência das Metas Curriculares torna o uso das fontes históricas essencial para a aprendizagem do aluno, uma vez que possibilita a prática de aulas diversificadas em que o aluno é um participante ativo em todo o processo, desde a leitura do documento até ao momento da resolução das tarefas⁸⁷.

⁸⁷ BARCA, Isabel. – *Educação Histórica: Uma nova área de investigação*. Revista da Faculdade de Letras do Porto, Vol. 2. Porto, 2001, p. 20. [consultado em 18-01-2015] Disponível na internet: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2305.pdf>

Capítulo II

Metodologia, Contextualização do Estudo e Procedimentos

“Desde os alvares da humanidade que o homem
procura conhecer o mundo em que vive
e compreender a natureza dos fenómenos que o
rodeiam.”⁸⁸

1. Nota Introdutória

A elaboração e planeamento de um trabalho de investigação exige um processo criterioso e rigoroso, de modo a que toda a implementação e recolha de dados funcionem de forma clara e objetiva.

Concretizar uma investigação requer de qualquer investigador lucidez e capacidade de previsão associado a um processo demorado. Previamente ao processo de implementação das ideias é necessário verificar de que forma é que essas mesmas ideias poderão ter repercussões no ensino da História⁸⁹. Ter ideias novas e originais preconiza uma conceção de mudança no ensino, de modo a que este se torne atrativo para os seus verdadeiros destinatários.

A um determinado momento, tivemos de nos centrar na adoção da metodologia que nos pareceu ser mais adequada para o presente estudo. No ensino prevê-se que a metodologia mais apropriada é aquela que atribui mais importância aos processos em detrimento dos resultados – a metodologia qualitativa. Esta metodologia procura “analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos”⁹⁰. Denote-se que atualmente alguns investigadores optam pela utilização de uma metodologia mista, cruzamento da metodologia qualitativa com a metodologia quantitativa, com o intuito de otimizar as investigações.

⁸⁸ SOUSA, Alberto – *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte, 2.ª ed, 2009, p. 11

⁸⁹ Sobre metodologia no âmbito da investigação histórica, deixamos a boa referência proferida por NUNES, Ana Sílvia Albuquerque. *Municipalismo e sociedade do Porto, de Pombal às invasões francesas*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2009. A historiadora ainda nos presenteia com abordagens sociais no quadro das elites da administração, dando voz aos cidadãos, de onde emerge o cargo de escrivão. Cf. p. 16-18 e p. 179-218.

⁹⁰ BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari – *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 48

A presente investigação assenta numa orientação teórica, em que “o investigador é o instrumento principal”⁹¹. É através dele que todo o processo de recolha de dados é concretizado, mas isto só é possível “porque se preocupam com o contexto”⁹². Para o investigador é fundamental perceber de que modo as suas atividades são interpretadas pelos alunos e quais as expectativas que esses têm acerca do mundo social em que habitam. Desta forma, o diálogo é crucial durante uma metodologia desta tipologia, para que os investigadores abordem os sujeitos de forma neutra.

Nesta investigação, o investigador interveio como sujeito participante e ativo em todas as sessões, daí que a investigação obedeça a uma estratégia metodológica de estudo de investigação-ação. Queremos com isto transmitir que a investigação-ação “consiste na recolha de informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças sociais”⁹³ em que o investigador se envolve ativamente na investigação. De acordo, com uma estratégia metodológica de estudo empírica.

No que concerne ao planeamento do estudo e aos instrumentos de recolha de dados pareceu-nos mais adequado optar pela observação naturalista que posteriormente se tornou participante e na tomada de notas de campo. Por sua vez, também procedemos à aplicação de inquéritos por questionários, registos escritos, áudio e de imagem, e para terminar, entrevistas. Através destes métodos poderemos perspetivar sobre o modo como os dados são “pistas úteis para a compreensão do mundo dos sujeitos”⁹⁴ em relação à História.

Ao longo deste capítulo apresentamos a metodologia e os procedimentos utilizados neste relatório de investigação. Desta forma, mostramos os objetivos do estudo, o seu surgimento e as questões através das quais se encaminhou sem esquecer a descrição de todo o trabalho desenvolvido, realçando o modo como os dados foram recolhidos para posterior análise.

⁹¹ IDEM, p. 47

⁹² IDEM, p. 48

⁹³ IDEM, p. 292

⁹⁴ IDEM, p. 200

2. Objetivos do Estudo

O presente estudo visa sensibilizar os alunos para a importância das fontes escritas históricas e memórias na construção e compreensão do conhecimento histórico e para a preservação das mesmas, na turma cooperante com esta investigação.

3. Orientação para a Investigação

O início da presente investigação incidiu na distribuição dos mestrados pelas áreas de investigação, previamente ao começo da prática pedagógica. Após ter conhecimento que viríamos a realizar um relatório na área disciplinar de História e Geografia de Portugal, reunimo-nos com o Professor Doutor Henrique Rodrigues e partilhamos o interesse de aliar a História às fontes históricas e memórias. Após várias conversações entre o Professor Orientador e o Professor Cooperante foi possível seguir em frente com esta temática. Importa salientar que esta preconiza a ligação a um trabalho realizado na licenciatura em Educação Básica, na Escola Superior de Educação, no 2.º ano no âmbito da unidade curricular de História Moderna e Contemporânea de Portugal.

A prática pedagógica, possibilitada pela PES II, encontrava-se dividida em dois momentos distintos. Num primeiro momento estivemos no estabelecimento de ensino apenas a observar ao longo de três semanas. Durante este período pudemos estabelecer contacto com os Professores Cooperantes das quatro áreas disciplinares que íamos lecionar e conhecer os alunos que constituíam a turma em que iríamos implementar a nossa prática pedagógica. Estes momentos foram úteis, pois possibilitaram-nos ter um conhecimento mais aprofundado sobre o que é o ensino, bem como sobre o modo como os docentes implementam as diversas atividades. Importa salientar, que durante este período de tempo tivemos de decidir qual a temática a abordar na investigação no sentido de sustentar este relatório.

O segundo momento, referente à PES II, encontra-se relacionado com a verdadeira prática pedagógica em que intervínhamos em pleno, lecionando as quatro áreas disciplinares. Importa salientar que este processo visou a leção de uma área

disciplinar ao longo de três semanas, sendo que a disciplina em que o relatório seria sustentado foi a última a ser lecionada.

Devemos admitir que a escolha do tema já nos era muito familiar e o interesse por este era inevitável. No entanto, decidir por uma temática sabendo que não podemos voltar atrás não é um processo simples e repercute várias dúvidas e incertezas. Mas é verdade que não devemos considerar as nossas “escolhas como certas ou erradas”⁹⁵. Tomar decisões é fundamental em qualquer investigação, apesar de a “escolha de um tema de investigação é a mais inquietante”⁹⁶, daí que seja primordial escolher um tema com uma extensão e grau de dificuldade razoável, para que possa ser concluído dentro do prazo previsto. Assim, é essencial que se “defina com exatidão aquilo que se pretende descobrir com a investigação”⁹⁷.

Consideramos que o momento mais difícil para avançar com o tema encontrou-se relacionado precisamente com o tema que o Professor Cooperante nos tinha atribuído para lecionar “Da União Ibérica à Restauração”. Esta indecisão esteve relacionada com o facto da ligação entre este tema e o do trabalho que pretendíamos conjugar não fosse ao encontro do currículo previsto para o 5.º ano de escolaridade. Como já tínhamos selecionado a lista de fontes históricas, resultantes do trabalho concretizado na Licenciatura, encontradas no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, tínhamos como objetivo a exploração e a partilha com os alunos das histórias destas famílias. Em diálogo com o Professor Doutor Henrique Rodrigues, foi possível traçar um plano de pesquisa, passando por fases de contacto com as fontes históricas, recolha de informação e tratamento. Esta aprendizagem em contexto de arquivo proporcionou um momento de reflexão sobre a importância das fontes históricas e memórias para a compreensão da História e Geografia de Portugal, bem como para a sua preservação. Consideramos que a melhor forma de concretizar tudo isto seria optar por fazer comparações entre os conhecimentos que os alunos iam adquirindo nas aulas com as descrições que iam sendo retratadas nas cartas. A verdade é que apesar de estes registos se distanciarem cerca de cinco séculos (1500 a 2010), retratam uma realidade comum, a procura de melhores condições de vida numa terra nova, recorrendo à

⁹⁵ IDEM, p. 85

⁹⁶ IDEM, *Ibidem*

⁹⁷ SOUSA, Alberto B. – *Investigação em Educação, o.c.*, p. 44

emigração. Paralelamente a tudo isto, os alunos foram convidados a trazer para o espaço escolar memórias escritas da sua família, que serviriam também de comparação. Nunca nos arrependemos das nossas escolhas e é claro que tudo se tornou mais palpável quando iniciamos o processo de planificação e procuramos relacionar tudo com a importância das fontes históricas.

Uma investigação exige a tomada de escolhas, mas é indispensável estar preparado para modificar as expectativas ou o plano, caso contrário podemos “passar demasiado tempo procurando algo que pode não existir - «o estudo certo»”⁹⁸. Por isso, devemos conhecer bem os sujeitos que participam na investigação para que a moldemos em função das suas expectativas e interesses.

4. Questões orientadoras para a investigação

No que concerne ao estudo que temos em mãos partimos das seguintes problemáticas:

1. Qual o contributo das fontes para o ensino da História?
2. Que impacto tem nos alunos o contacto com fontes históricas?
3. Que atitude têm os alunos relativamente aos documentos sobre a História da família?
4. Como devemos sensibilizar para a preservação da memória escrita?
5. Como explorar as fontes privadas da História em arquivos?

Para que fosse possível dar resposta às questões levantadas, procuramos proporcionar aos alunos momentos de análise e exploração de excertos de fontes históricas relacionadas com a temática preconizada no currículo, conjugada com a análise de fontes históricas representativas do início do século XX, resultantes do nosso trabalho, e ainda comparar com memórias familiares da turma.

É claro que o tempo é escasso e por isso esta investigação não se circunscreveu apenas à sala de aula, mas também à ocupação de tempo extra aula. O facto dos

⁹⁸ BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari – *Investigação Qualitativa em Educação, o.c.*, p. 87

conteúdos a lecionar serem extensos não possibilitava a análise devida de todas as fontes históricas com as quais pretendíamos que os alunos tivessem contacto. Então, decidimos correr o risco e realizar um momento extra aula em que os discentes tinham a oportunidade de escolher se pretendiam participar ou não, uma vez que podiam não ter disponibilidade.

Este momento foi intitulado “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” e só foi possível concretizar com o apoio do Professor Doutor Henrique Rodrigues e do Professor Cooperante que facilitaram a autorização por parte da Direção da Escola. O referido clube teve várias sessões em que foram analisadas numa primeira instância as fontes históricas resultantes do nosso trabalho, e mais tarde as memórias familiares dos alunos. Felizmente, a participação dos alunos foi plena e todos os encarregados de educação autorizaram (Anexo 1) a recolha de dados que foram alvo de análise durante a investigação. E ainda, disponibilizaram as suas fontes históricas de arquivos pessoais e familiares para análise, salvaguardando a confidencialidade do remetente e do destinatário. Importa salientar, que todas as atividades desenvolvidas foram autorizadas pela Direção de Turma e pela Direção da Escola.

5. Mapa da Investigação

Para realizar uma investigação é necessário selecionar instrumentos de recolhas de dados que sejam úteis e que vão ao encontro dos nossos objetivos, metas e atividades a realizar no decorrer da investigação. Toda e qualquer investigação necessita de um planeamento que descreva “detalhadamente cada etapa e (...) as datas para a sua realização”⁹⁹.

Ao desenhar o mapa desta investigação consideramos que como ponto de partida seria implementado um primeiro inquérito por questionário (Anexo 2), uma vez que se trata de “um procedimento técnico que várias ciências sociais, (...), tendem a privilegiar na prática da investigação empírica”¹⁰⁰. A elaboração deste instrumento requereu uma análise de um conjunto de inquéritos, de modo a criar um instrumento

⁹⁹ SOUSA, Alberto B. – *Investigação em Educação, o.c.*, p. 77

¹⁰⁰ ALMEIDA, João F.; PINTO, José M. – *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 400

que fosse devidamente adequado aos temas que sustentam a investigação. Pretendíamos a elaboração de um instrumento rígido onde estivessem evidenciados “os objetivos de conhecimento que o inquirido se propõe com um tipo de linguagem acessível aos inquiridos”¹⁰¹. O apoio do Professor Orientador foi imprescindível, uma vez que nos aconselhou que a estrutura do inquérito deveria estar dividida de acordo com as temáticas que pretendíamos estudar e ter um maior conhecimento. Assim, o inquérito aplicado seguiu a seguinte estrutura:

- *Parte I*

Os alunos preencheram aspetos pessoais relacionados com a sua família, atendendo à estrutura familiar e ao quadro sociofamiliar que vivenciavam. Pretendia-se nesta primeira parte perceber o modo como os alunos encaram a escola e qual o seu percurso escolar até ao ano de escolaridade em que se encontravam, tendo em atenção os seus hábitos de estudo e de leitura, bem como o uso das novas tecnologias, uma vez que estamos perante uma geração de nativos digitais.

- *Parte II*

Nesta parte pretendia-se centrar a atenção dos alunos para questões relacionadas com a área disciplinar de História e Geografia de Portugal, nomeadamente o seu apreço face a esta e a noção que detêm de tempo e de espaço.

- *Parte III*

A terceira e última parte deste inquérito foi direcionada para o tema deste estudo. As questões colocadas tinham o objetivo de perceber qual a perceção que os alunos têm sobre as fontes históricas em relação à compreensão da História e Geografia de Portugal, bem como se a sua família possuía memórias escritas.

¹⁰¹ IDEM, p. 401

Por conveniência decidimos que os quesitos deste questionário teriam repostas fechadas “sim/não” ou de escolha múltipla, tendo apenas uma questão de resposta aberta.

Mas por que motivo se escolheu esta tipologia de questionário? O facto de pretendermos respostas orientadas e de preenchimento rápido fez com que o inquérito tivesse de obedecer a estes aspetos. Na verdade, um estudo cujo instrumento de recolha de dados possibilite respostas abertas, poderá ter resultados mais ambíguos, sem rigor nem validade. Se optássemos por questões que possibilitassem respostas abertas seria mais difícil comparar os resultados.

O inquérito respeitou a identidade dos participantes, cujos nomes surgem em quadro de anonimato. Todavia, a ficha estava identificada, porque se pretendia recolher dados para o estudo, bem como conhecer melhor os intervenientes. Tivemos sempre o cuidado de preservar a privacidade de cada aluno, recorrendo a pseudónimos.

A elaboração de um inquérito para uma investigação requer um longo processo, uma vez que concluída a primeira versão, esta tem de ser avaliada e validada, o que faz com que sofra várias alterações até se alcançar a versão final. Houve uma grande preocupação do Professor Orientador para a construção de um questionário que possibilitasse alcançar os objetivos a que nos propusemos. A validação deste instrumento sofreu o aval do Professor Cooperante e da Diretora de Turma que aprovaram com sucesso e possibilitaram a aplicação do mesmo à turma.

Na primeira parte do inquérito os alunos preencheram campos relativos à sua identificação pessoal, nomeadamente o nome, data de nascimento, naturalidade e residência. Estes aspetos ser-nos-iam bastantes úteis para um conhecimento mais aprofundado dos alunos alvo central do estudo desta investigação. No campo referente ao quadro sociofamiliar e socioprofissional pretendíamos perceber com quem o aluno habita e quais as idades dos membros da sua família, assim como as suas habilitações literárias e profissões que desempenham ou já desempenharam.

Como já relatamos, os dados referentes aos campos anteriormente indicados não são alvo de estudo nesta investigação. Contudo, foram cruciais para o conhecimento dos nossos alunos, uma vez que a investigação ocorreu a par da PES II e estes alunos foram muito mais do que simples intervenientes da recolha de dados. Sem eles não era possível realizar esta etapa final de um mestrado em ensino, conhecê-los

melhor possibilitou um maior contributo para uma aprendizagem mais próxima e significativa, uma vez que todos somos indivíduos singulares e ímpares.

A elaboração do campo “Vida Escolar” foi crucial para perceber qual o sentimento que o aluno detém em relação à escola. Colocar diretamente a questão “Gostas da escola?” possibilita verificar qual o apreço que o aluno tem pela instituição de ensino, bem como perceber quais as razões que justificam a sua resposta inicial. Todos os itens colocados neste campo têm o intuito de conhecer um pouco mais a vida escolar dos alunos e o modo como estes a encaram, designadamente se frequentaram o ensino Pré-escolar, se tiveram ou têm apoio pedagógico e se costumam falar da escola em casa. A partir destes dados é possível tirar conclusões sobre o sucesso escolar dos alunos, uma vez que o ambiente que nos circunda tem uma grande influência.

O campo que se segue encontra-se relacionado com os hábitos de estudo e de leitura dos alunos. As questões aqui colocadas pretendem verificar se os alunos têm hábitos regulares de estudo para além daquele que é padronizado pelos currículos.

Como não podia deixar de ser a segunda parte do inquérito incide sobre a disciplina de História e Geografia de Portugal, uma vez que é a área disciplinar que suporta toda esta investigação. Pretendíamos saber qual o sentimento dos alunos face a esta disciplina para que pudéssemos motivá-los para a aprendizagem e para a construção do conhecimento. Era importante conhecermos quais os temas que os inquiridos mais apreciam, bem como qual a sua noção dos conceitos de tempo e espaço, que são de extrema importância para a HGP.

Para terminar, a última parte do inquérito centra-se na temática que sustenta a investigação. Optamos por perceber qual a conceção que os alunos têm acerca de um documento histórico e perceber de que modo o consideram importante para a compreensão da História. Procuramos, ainda, verificar se algum aluno tinha na posse da sua família documentos históricos. A última questão colocada suscitava à criatividade dos alunos na qual podiam ser criativos e pensar na História de forma diferente e em situações que os motivavam particularmente.

É importante salientar que para alargar a amostra do estudo foi necessário implementar o inquérito com algumas alterações a outras turmas (Anexo 3). A solução possível resultou em aplicá-lo a todas as turmas integrantes do 6.º ano de escolaridade, uma vez que as turmas do 5.º ano de escolaridade já se encontravam sobrecarregadas.

Neste sentido, no inquérito aplicado a estes alunos foi retirada a primeira parte do mesmo, uma vez que seria prescindível para a concretização do estudo. Pretendíamos sim, verificar o apreço que estes alunos têm em relação à área disciplinar de História e Geografia de Portugal, e ainda, qual a importância ou não que os documentos históricos podem ter para o seu estudo.

Terminado o preenchimento de todos inquéritos, os dados recolhidos foram devidamente organizados e analisados em tabelas e gráficos, de modo a facilitar a sua leitura.

Neste seguimento, começamos a pensar num modo que fosse viável para relacionar o tema da investigação com as cinco aulas previstas para lecionar em HGP. Nem sempre foi fácil articular tudo, uma vez que a temática não ia de forma explícita ao encontro dos conteúdos programáticos. Com o auxílio do Professor Doutor Henriques Rodrigues conseguimos pensar de forma criativa e decidimos que seria interessante analisar em contexto de sala de aula um documento histórico escrito nos séculos que os alunos haviam estudado e que estivesse relacionado com a temática que nos fora atribuída pelo Professor Cooperante – “Da União Ibérica à Restauração”. O facto de querermos conjugar outras fontes históricas, que foram resultado de um longo trabalho realizado no segundo ano da licenciatura em Educação Básica, onde foram compiladas várias cartas familiares provenientes de vários pontos do planeta, com especial incidência para as colónias portuguesas. Deste modo, achamos que seria interessante analisar os diversos aspetos que estas cartas nos possibilitam investigar e fazer uma espécie de comparação entre a sociedade dos séculos XV, XVI e a sociedade do século XX. Para além de tudo isto, um dos nossos grandes objetivos incidia em analisar documentos familiares dos nossos alunos para que pudessem entrar nessa comparação, bem como sensibilizá-los para importância destas memórias na compreensão da História e, conseqüentemente, realçar o interesse da sua preservação.

Na verdade, conciliar tudo isto exigiu muita organização e reflexão. O facto de utilizar cartas referentes a um século que não é estudado no 5.º ano de escolaridade fez com que achássemos que não seria conveniente desenvolver atividades na sala de aula, até porque o tempo era escasso e não possibilitava essa intervenção. Assim, pensamos que seria interessante desenvolver com os alunos um Clube de História que ficou intitulado “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Em cinco aulas, três

semanas de trabalho, o futuro avizinhava-se complicado, pois os momentos de desenvolvimento das atividades iam ser escassos.

À medida que íamos avançando no processo verificamos que o nosso trabalho começava a ganhar uma estrutura adequada e que ia ao encontro das nossas expectativas. Para que estas fossem alcançadas consideramos que era chegado o momento de definir algumas questões que nos orientassem ao longo do trabalho e que são alvo de análise e resposta no decorrer desta investigação. Denotamos que o que importa não é uma multiplicidade de questões, mas sim a qualidade que estas apresentam.

Lecionar e concretizar uma investigação em simultâneo resulta num processo bastante complexo. Sempre que nos encontramos a reger temos de pensar em simultâneo na recolha de dados e na aprendizagem dos alunos, dado que é o fator mais importante de todo o processo de ensino. Por sua vez, temos de pensar sempre em ajustar o que planificamos. Ao longo deste ano aprendemos que planificar não é um processo sólido e muito menos estanque a qualquer alteração, muito pelo contrário planificar é apenas uma orientação. Por vezes, chegávamos à aula e tínhamos de adaptar as nossas propostas às intervenções dos alunos. É esse o motivo pelo qual o ensino se torna ambíguo, uma vez que é um processo complexo e entusiasmante. Para além disto, lecionar História torna o ensino ainda mais complexo, pois “sem ela não se pode compreender o mundo em que vivemos”¹⁰².

Quando decidimos que as nossas atividades tinham de ser realizadas num momento extra sala de aula, pelos motivos que já foram referidos, pensamos de imediato em criar um espaço motivante e entusiasmante para os alunos, onde pudessem sentir-se parte integrante de todo o processo e não meros espectadores. Foi, então, que surgiu o já citado, “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Participando no clube os alunos teriam a experiência de perceber o quão são importantes a escrita popular, dado que nos permitem compreender “como as comunidades ou indivíduos constroem representações do mundo que é seu”¹⁰³.

Antes de iniciar as sessões reunimos com o Professor Cooperante e com a Diretora de Turma para dar a conhecer a nossa proposta. Felizmente, aceitaram com

¹⁰² MATTOSO, José – *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, o.c., p. 14

¹⁰³ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*, o.c., p. 61

prontidão e consideraram que os objetivos propostos eram interessantes e preponderantes para a aprendizagem na área disciplinar História e Geografia de Portugal. Finalmente, ouvimos o “sim” e pensamos que era a hora de pormos mãos à obra. No entanto, faltava a autorização dos EE para que possibilitassem a participação dos seus educandos no “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Em equipa, construámos uma autorização (Anexo 4) que foi devidamente analisada, uma vez mais, pelo Professor Cooperante e pela Diretora de Turma. Após a sua aprovação, as autorizações foram entregues aos alunos que nos devolveram com uma adesão de 100%. O facto de os EE terem autorizado só nos motivou ainda mais para avançar com este trabalho.

As sessões do clube eram realizadas uma vez por semana, às quintas-feiras, num período de quarenta e cinco minutos. O “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” decorreu ao longo de cinco semanas e em cada sessão era proposto aos alunos uma nova atividade. A primeira semana foi destinada ao preenchimento do inquérito, uma vez que durante as aulas não havia essa oportunidade, pois os currículos são extensos e as aulas eram momentos imprescindíveis para a construção das aprendizagens.

Nas duas sessões que se seguiram, os alunos tiveram um contacto mais próximo com as fontes históricas provenientes do trabalho que realizámos. À medida que iam avançando no trabalho pretendia-se que os discentes analisassem determinados elementos característicos de uma carta, nomeadamente:

- local e data de emissão;
- saudação;
- assunto;
- despedida¹⁰⁴.

Na quarta semana os alunos tiveram a oportunidade de contactar com cartas dos seus familiares, fazendo a sua análise tal como realizaram anteriormente, fazendo

¹⁰⁴ Seguimos as metodologias apresentadas por ALBUQUERQUE, Ana Sílvia – *Escritas da Mobilidade em Contextos Familiares, Análise de Correspondência de emigração no primeiro quartel de novecentos*. In RODRIGUES, Henrique – *Escritas Privadas*, o.c., pp.125-132.

igualmente a transcrição de cada uma dessas cartas. O que foi bastante interessante, uma vez que foi a primeira vez que tiveram contacto com esta tipologia de trabalho.

A última sessão do clube foi destinada à comparação de todos os elementos analisados em cada uma das cartas para sinalizar quais os aspetos idênticos e distintos. No final desta sessão os alunos concretizaram um pequeno comentário sobre o trabalho que realizaram onde evidenciaram as suas principais aprendizagens e o seu sentimento face ao contacto com fontes históricas e a importância da sua preservação. Ao longo destas sessões os alunos perceberam que o uso da carta funcionava como “recurso privilegiado do sentimento, da saudade e da autenticidade do escrito”¹⁰⁵.

O registo de cada testemunho dos alunos foi gravado em vídeo de modo a arquivar a experiência vivenciada pelos alunos.

Depois de terminadas as aulas de HGP e concluídas as sessões do clube utilizamos a mesma metodologia quando realizamos as entrevistas finais que foram muito úteis para retirar conclusões e responder às questões que este estudo pretende evidenciar. As entrevistas foram realizadas apenas a alguns alunos que participaram no “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”, dado que o tempo foi um grande entrave e nem todos os alunos puderam estar presentes no momento em que estas decorreram, por falta de disponibilidade.

Esta entrevista assume um carácter semiestruturado (Anexo 5), uma vez que pretendíamos “obter dados comparáveis entre os vários sujeitos”¹⁰⁶. O nosso intuito incidia na realização de uma boa entrevista que revelasse “as perspetivas dos respondentes”¹⁰⁷, ou seja, sentirem-se à vontade para verbalizarem os seus pontos de vista.

A entrevista teve como objetivo principal verificar de que forma os alunos alteraram as suas conceções sobre o conceito de documento histórico, a sua importância para o ensino da História e a preponderância da sua preservação. Para tal, selecionamos as seguintes questões:

1. O que é um documento histórico?

¹⁰⁵ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra, o.c.*, p. 61

¹⁰⁶ BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari – *Investigação Qualitativa em Educação, o.c.*, p. 135

¹⁰⁷ IDEM, p. 136

2. Um documento histórico tem como destinatário único o rei?
3. Ao longo das sessões do Clube de História o que sentiram quando contactavam com os documentos?
4. Serão os documentos familiares importantes para a compreensão da História e Geografia de Portugal?
5. Consideram importante preservar os documentos históricos familiares e as suas memórias?
6. Gostaram de participar no “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”?

As respostas a estas questões ajudam-nos a concluir a forma como os alunos reagiram às estratégias e às atividades implementadas ao longo da participação no Clube de História. Isto é, se o facto de termos recorrido à análise de fontes históricas alterou as conceções que os alunos têm face à importância das fontes históricas para a História, atendendo ao desenvolvimento do pensamento crítico. E ainda, estas respostas serviram para perspetivar se os alunos gostaram ou não do processo de análise dos documentos e de que forma é que a sua participação nestas sessões lhes despertou, ou não, uma maior apreço pela História e Geografia de Portugal. “Os entrevistadores têm de ser detetives, (..) numa tentativa de compreender a perspetiva pessoal do sujeito”¹⁰⁸, só assim é possível formular conclusões acerca das conceções que os alunos têm face ao tema da investigação.

Em conclusão, a escolha dos referidos instrumentos de dados pareceu-nos ser a mais adequada para esta investigação. Se por um lado, o inquérito por questionário proporcionou um contacto mais próximo com a realidade pessoal do aluno, por outro possibilitou interpretar as suas ideias face à temática em investigação, funcionando como ponto de partida. Enquanto as entrevistas funcionaram como um indicador de mudança do pensamento histórico. Por sua vez, o “Clube de História - Fontes Históricas e Memórias” foi um local por excelência onde a aprendizagem e compreensão histórica andaram, lado a lado, na análise de todas as fontes.

¹⁰⁸ IDEM, p. 139

Capítulo III

Apresentação dos Dados

“O aluno deve perceber de que forma a História é escrita e qual o valor simbólico destes artefactos”¹⁰⁹

1. Nota introdutória

Definido o tema da investigação chegou o momento de dar início ao tratamento e análise dos dados. Importa notar que várias foram as reuniões em que discutimos os instrumentos mais adequados de recolha de dados. Neste sentido, o ponto de partida consistiu na aplicação de um inquérito à turma.

Os dados foram recolhidos na primeira sessão do Clube de História, uma vez que na área disciplinar de História e Geografia de Portugal o tempo de contacto com os estudantes era escasso e os conteúdos a lecionar estavam devidamente distribuídos sem margem ou folga para outras atividades. Assim, em conversação com o Professor Cooperante e o Diretor de Turma concordamos que a aplicação do inquérito num momento extra sala de aula seria o mais adequado para o cumprimento do currículo.

A elaboração deste instrumento requereu um cuidado extremo, na medida em que foi necessário a análise de documentos semelhantes, com o intuito de o criar de forma válida e correta cientificamente. Para tal, várias foram as reuniões realizadas com o Professor Doutor Henrique Rodrigues, de modo a que todos os alunos que se encontravam a desenvolver a investigação em História e Geografia de Portugal construíssem um inquérito no mesmo local e momento. A adoção desta metodologia mostrou-se bastante vantajosa para nós, uma vez que possibilitou a troca de opiniões e de ideias. Posteriormente, tivemos o cuidado de validar o instrumento construído, para verificar a sua fiabilidade e se encontrava adequado à faixa etária da turma em investigação. Importa referir a insistência do Professor Orientador, durante a elaboração

¹⁰⁹ XAVIER, Érica – *Ensino e História: O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico*. Paraná: Universidade Estadual Londrina, 2004 p. 647, [consultado em 05-01-2015] Disponível na Internet: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino_e_historia_o_uso_das_fontes_historicas_ como_ferramentas_na_producao_de_conhecimento_historico.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino_e_historia_o_uso_das_fontes_historicas_como_ferramentas_na_producao_de_conhecimento_historico.pdf)

do inquérito, denotando, sempre, a importância e a pertinência deste procedimento, dado que sustentaria grande parte da recolha de dados.

À medida que os alunos iam respondendo aos vários itens explícitos revelaram pequenas dúvidas, decorrentes da novidade deste tipo de “fichas”, uma vez que nunca tinham contactado com nenhum documento desta tipologia. Importa salientar que este inquérito, uma vez adaptado, foi aplicado a todas as turmas do 6.º ano de escolaridade de forma a aumentar a amostra. Para que qualquer investigação responda aos requisitos de rigor e validade é necessário envolver uma amostra significativa. O aconselhamento do Professor Doutor Henrique Rodrigues foi preponderante para a tomada desta decisão. Pensamos que seria pertinente estender o inquérito a outras turmas do estabelecimento de ensino. Num primeiro momento ponderamos em todas as turmas do 5.º ano de escolaridade, uma vez que a prática pedagógica decorreu com alunos desse ano. No entanto, não foi possível prosseguir com esta opção, uma vez que os alunos estariam a ser sobrecarregados com inquéritos de outros colegas que desenvolveram a sua prática pedagógica na escola. Após vários momentos de reflexão consideramos que o inquérito (Anexo 3) deveria ser adaptado a alunos do 6.º ano de escolaridade, uma vez que são parte integrante do 2.º Ciclo do Ensino Básico e o tema deste estudo poderia perfeitamente ser adaptado a este ano.

Terminada a primeira fase demos início a um conjunto de entrevistas, com o intuito de debelar e esclarecer pontos menos fortes, reforçando os quadros de abordagem.

Ainda neste capítulo serão abordados todos os dados recolhidos ao longo da prática pedagógica com recurso a vários instrumentos, bem como as atividades que foram desenvolvidas extra sala de aula, no âmbito do “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Referenciamos, também, um momento dedicado aos Encarregados de Educação (EE) dos alunos, aos quais apresentamos todo o trabalho desenvolvido com os seus educandos no âmbito do Clube de História, com o intuito de aproximar a família da escola, para proporcionar conhecimento do processo educativo e fomentar a participação ativa nas aprendizagens.

No presente capítulo é apresentada uma análise pormenorizada dos resultados, com o intuito de sublinhar os (pré) conceitos dos alunos anteriores à participação no Clube e numa fase posterior. No momento em que implementamos o inquérito, vários

alunos não conseguiam perspetivar a importância dos documentos para o ensino da História, nem sabiam ao certo o que era um documento histórico. Mas, durante as sessões do Clube de História e após as entrevistas verificamos que os alunos alteraram as suas conceções tendo em consideração que o documento histórico é uma premissa para a interpretação da História que narra os acontecimentos passados.

A História, segundo Marc Bloch, é um esforço para um melhor conhecimento, é “uma coisa em movimento”¹¹⁰ que tem como seu objeto principal os Homens.

2. O Inquérito por Questionário

2.1 Turma da investigação

O primeiro instrumento para a recolha de dados desta investigação foi um inquérito por questionário (Anexo 1). Este documento encontrava-se dividido em três partes, sendo que a primeira parte apresentava um carácter mais pessoal, com o intuito de conhecer os alunos participantes neste estudo. Por sua vez, a segunda parte era direcionada para a disciplina de HGP. Aqui tinham de expressar a sua consideração face a esta disciplina, sendo que devidamente justificada. A terceira e última parte dizia respeito ao tema que é objeto de investigação neste estudo.

Os dados provenientes da primeira parte do inquérito foram essenciais para a caracterização da turma, apresentada na primeira parte deste relatório. As informações disponibilizadas pelos alunos neste campo possibilitaram-nos ficar a conhecer a turma que sustenta esta investigação, nomeadamente os dados pessoais incluindo a sua naturalidade e residência; o quadro sociofamiliar e o quadro socioprofissional, que contextualizam os familiares com quem habitam e quais profissões que estes exercem; a vida escolar, tendo em vista uma compreensão sobre qual as perspetivas que o aluno tem relativamente à escola e quais as repercussões que essas podem ter no sucesso escolar; e, por último, os hábitos de leitura e do uso de novas tecnologias.

Assim, faremos uma análise mais aprofundada sobre a aplicação e os dados provenientes deste instrumento. Deste modo, importa referir que a primeira parte do

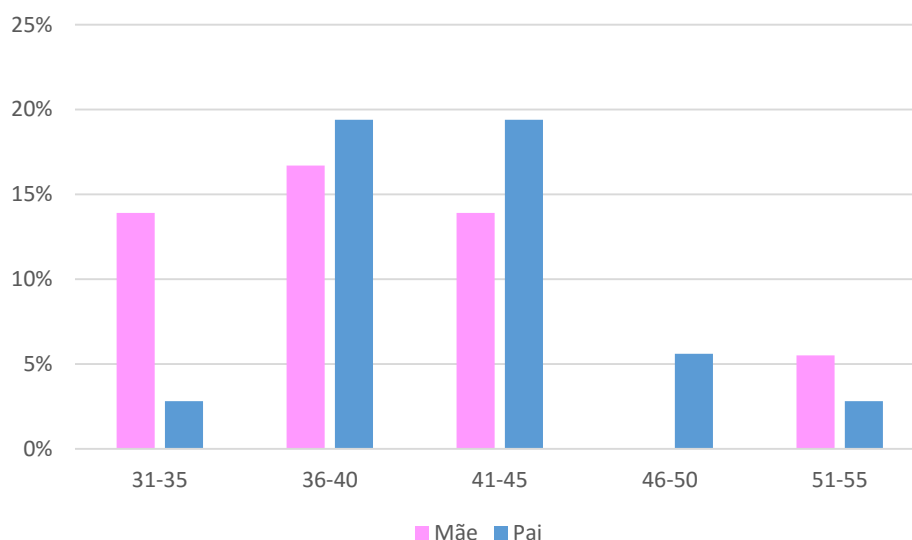
¹¹⁰ BLOCH, Marc – *Introdução à História*, o.c., p. 18

inquérito apresenta uma especificidade no que concerne a um conhecimento mais profundo sobre a turma e, conseqüentemente, sobre os alunos com os quais realizamos a prática pedagógica.

Neste sentido, preocupamo-nos em saber um pouco mais sobre o quadro social e familiar dos nossos alunos, uma vez que a família é o pilar primordial da vida de uma criança. Podemos verificar que todos os inquiridos vivem com os progenitores e apenas quatro famílias são compostas por filhos únicos.

No que se refere às idades dos progenitores dos alunos estas vão desde os trinta anos até aos cinquenta e cinco anos de idade. Observemos, então, o gráfico seguinte:

Gráfico 1 - Distribuição dos progenitores por níveis etários

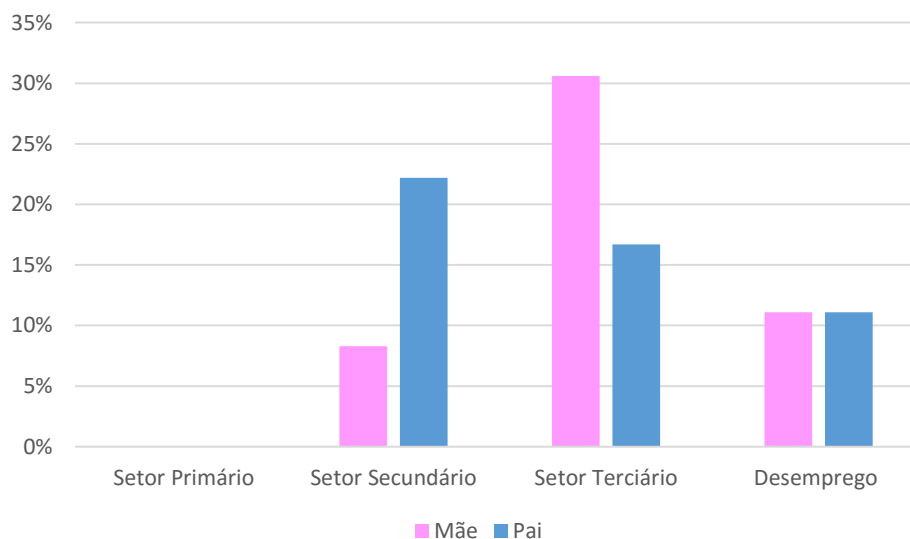


FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Entre as mães é possível verificar que grande parte das progenitoras dos alunos se situa na faixa etária dos 36-40 anos, sendo que não há nenhuma mãe com idades compreendidas entre o intervalo de idades 46-50 anos. No que respeita aos progenitores é possível que concluir que há catorze pais que se encontram nas faixas etárias 36-40 e 41-45 anos, enquanto o intervalo de idades 51-55 contempla apenas dois pais dos alunos. Com estas informações é possível concluir que ambos os progenitores dos inquiridos têm uma faixa etária adequada para alunos do 5.º ano de escolaridade, apesar de os progenitores do sexo feminino serem mais novos do que os do sexo masculino.

Por sua vez, as profissões dos pais dos inquiridos abarcam os diversos setores de atividade como podemos observar no gráfico abaixo. Devemos considerar que o sexo feminino diz respeito às mães e o sexo masculino aos pais.

Gráfico 2 - Distribuição dos progenitores por setor de atividade



FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Entre o sexo feminino predominam os contratos de trabalho no sector terciário com cerca de 30,6%, comparativamente ao sexo masculino o sector em que trabalham com maior incidência é no sector secundário, 22,2%. As respostas que os alunos nos forneceram permitiram-nos concluir que mais de metade dos seus progenitores possui habilitações literárias referentes ao sexto e ao nono ano de escolaridade, sendo que apenas um casal tem a habilitação de licenciado. Apesar de ser uma zona rural nenhum progenitor trabalha no sector primário. É possível verificar através da análise do gráfico que a percentagem de progenitores desempregados é a mesma, 11,1%. A dificuldade desta situação encontra-se relacionada com o facto de haver casais que se encontram ambos numa situação de desemprego.

Quando os alunos foram questionados sobre se gostavam da escola, 94,4% responderam que sim, tendo obtido apenas uma resposta negativa, dada por uma rapariga.

Entre os que responderam afirmativamente, os alunos tinham de selecionar algumas hipóteses de resposta que justificassem a sua escolha, como mostra a tabela

seguinte. No que respeita, à aluna que enunciou que não gostava da escola esta justificou o seu motivo especificando que preferia ficar em casa com a sua família.

Tabela 1 - Interesse dos alunos pela escola

Opções	Fem.	Mas.	Total	%
1- Gosto de estar com os meus colegas.	1	2	3	16,7
2- Gosto dos professores	0	0	0	0
3- Gosto de estudar e de aprender	0	0	0	0
4- Outro	0	0	0	0
Respostas combinadas¹¹¹				
1 e 2	1	5	6	33,3
1 e 3	2	1	3	16,7
1 e 4	2	0	2	11,1
2 e 3	0	3	3	16,7
2 e 4	0	0	0	0
3 e 4	1	0	1	5,6
Total	7	11	18	100

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Para o sexo feminino, à exceção de uma que apenas selecionou uma opção, todas as selecionaram duas hipóteses indicando que têm apreço pela escola, pois gostam de estar com os colegas e com os professores, demonstram o gosto pelo estudo e pela aprendizagem. Por sua vez, os alunos do sexo masculino revelam gosto pela escola resultante do gosto de estar com os colegas e com os professores.

Na questão relacionada com a frequência do ensino pré-escolar, verificamos que 88,8% dos alunos frequentou o ensino pré-escolar, sendo que 33,3% são raparigas e 55,5% são rapazes, face a 11,2% que não frequentaram ficando em casa de familiares, correspondendo a um aluno do sexo feminino e outro do sexo masculino.

Na sequência destas questões pareceu-nos pertinente verificar se o percurso escolar dos alunos já tinha vivenciado a experiência da retenção. Pelas respostas dos alunos concluímos que apenas três alunos já tinham sido retidos – um no 2.º ano, outro

¹¹¹ As respostas combinadas resultam do facto de o aluno ter selecionado mais do que uma opção.

no 3.º e um aluno reprovou em dois anos consecutivos, nomeadamente no 4.º e 5.º ano de escolaridade. Destes alunos uma é rapariga e os restantes são rapazes.

A par desta questão foi colocada uma outra relacionada com o apoio pedagógico no ano anterior e no presente ano letivo. Através da análise do questionário pudemos constatar que cerca de 66,7% dos inquiridos já tiveram apoio pedagógico no seu percurso escolar, face a 33,3% que não tiveram. No 4.º ano de escolaridade os alunos evidenciaram que o apoio pedagógico era mais direcionado para as áreas disciplinares de Português e Matemática, consideradas por estes como sendo as que apresentam mais dificuldades de aprendizagem. De igual forma, o apoio pedagógico no 5.º ano continua a apresentar uma maior incidência nas áreas disciplinares anteriormente referenciadas. A estas juntam-se Ciências Naturais e Inglês como disciplinas em que apresentam determinados obstáculos para o sucesso escolar.

Quando os alunos foram questionados sobre os seus hábitos de estudo cerca de 66,7% referiram que apenas estudavam na véspera dos testes, comparativamente apenas 16,7% estudam diariamente. Apesar de ser uma turma com resultados positivos ao nível das quatro áreas disciplinares em que regemos, é possível verificar que determinados aspetos que são esquecidos na realização de um teste encontram-se relacionados com o facto de mais de metade da turma estudar na véspera dos testes.

É importante salientar que 72,2% estudam acompanhados por membros da própria família, com especial incidência nos progenitores e irmãos. Apenas um aluno frequenta um centro de estudo para o auxiliar nos estudos. É possível concluir que, de uma forma ou de outra, mais de metade dos inquiridos recebe algum apoio nos seus estudos fora da escola.

A questão seguinte tinha com o objetivo de verificar o local de estudo da turma. Como resposta a esta questão mais de metade dos inquiridos referiram que estudavam em casa, tendo como local de eleição o quarto. No entanto, é importante referir que cerca de 22,2% dos alunos estudam nas cozinhas de sua casa o que pode ter influências diretas no sucesso escolar.

Quando questionados sobre a possibilidade de conversar em casa sobre a escola, obtivemos respostas interessantes. Antes de mais, é importante referenciar que esta questão pareceu-nos pertinente, pois merece uma reflexão, uma vez que interliga dois mundos muito especiais nesta tenra idade – a escola e a família. Todos os alunos

responderam que costumavam falar em casa da escola. Cerca de 61,1% evidenciaram que todos os dias falavam da escola, contrariamente foi possível verificar que apenas dois alunos falam da escola quando recebem um teste.

Uma outra questão que consideramos interessante encontrava-se relacionada com a leitura de livros/jornais que não o manual. Como resposta a esta questão foi possível concluir que 88,9% dos inquiridos responderam “sim”. A questão seguinte tinha como objetivo conhecer qual o local de eleição para esta leitura e verificamos que é em casa. Neste seguimento, era primordial saber qual o tipo de livros que os inquiridos liam e pudemos observar as suas opções na tabela seguinte. Salientamos que esta resposta teve um carácter aberto.

Tabela 2 - Leitura dos alunos

	Opções	Fem.	Mas.	Total	%
Jornais	A bola	0	2	2	11,1
	Forjanense	1	1	2	11,1
	Jornal de Notícias	0	1	1	5,6
	O jogo	0	2	2	11,1
Literatura de ficção e Banda Desenhada	Gerónimo Stilton	1	1	2	11,1
	Menstruação	2	0	2	11,1
	Puberdade	2	0	2	11,1
	Tias Sister	1	0	1	5,6
	Tio Patinhas	1	0	1	5,6
	Um diário de uma totó	1	0	1	5,6
Revistas	Anna	1	0	1	5,6
	Maria	1	0	1	5,6
Total		11	7	18	100

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Com as informações fornecidas pelos alunos é possível concluir que há uma diferença de géneros na tipologia de leitura que leem. Os alunos do sexo feminino optam por escolhas que recaem em temas sobre a mulher, enquanto os alunos do sexo masculino preferem temas relacionados com notícias, sobretudo sobre o futebol. Salientamos o facto de as raparigas terem preferências por livros infantis, como é o caso

do Tio Patinhas. As respostas obtidas permitem-nos verificar que os alunos concretizam leituras em torno de temas que lhes suscitem maior curiosidade. Apenas dois alunos leem jornais sobre a atualidade do país e do local onde habitam. Denota-se que os alunos do sexo feminino centram a sua leitura em temas relacionados com a fase da adolescência, bem como nas revistas cor-de-rosa que as suas mães leem.

Como já referimos anteriormente, a segunda parte do inquérito era direcionada para a apreciação dos discentes face à área disciplinar de HGP. Assim, como primeira questão quisemos saber se os alunos gostavam desta área disciplinar. Com uma larga vantagem 94,5 % dos alunos responderam que “sim”, enquanto apenas um aluno do sexo feminino respondeu que “não”. De um modo geral, os alunos enunciaram que o gosto pela História e Geografia de Portugal era motivado pela descoberta de temas de interesse nacional, valorização do que aconteceu no passado e pelo gosto de contactar com fontes antigas. Importa referenciar que 94,5% dos alunos escolheu a última opção referenciada, talvez pela temática que estamos a desenvolver nesta investigação.

Na questão seguinte - “Qual é a tua noção de tempo?” – verificamos que alguns dos alunos optaram por escolher duas hipóteses de resposta por considerarem que uma só definição não faria sentido. Contudo, antes de passarmos para análise das respostas que obtivemos importa dissertar um pouco sobre esta questão, tendo em consideração os estudos realizados. O tempo em História é “uma questão teórica fundamental”¹¹² que percorre toda História tal como a conhecemos. O ser humano é controlado pelo tempo que urge nas suas rotinas, mas este tempo não é exclusivo do momento em que vivemos ele detém em si noções de presente, passado e futuro¹¹³. Os acontecimentos temporais são um contínuo ao qual a História se encontra em paralelo, contudo a utilização da terminologia de tempo e de História enquanto sinónimos fará com que a variável tempo possa nunca alcançar um esclarecimento acerca do seu conceito¹¹⁴. Para além disto, o

¹¹² GLEZER, Raquel – *A noção do tempo e o Ensino da História*. LPH – Revista de História. Vol. 2, n.º 1, 1991, p. 1 [consultado em 20-01-2015] Disponível na Internet: http://www.cefetsp.br/edu/eso/fausto/tempo_historia.pdf

¹¹³ POBLET, Maria – *A dimensão espaço-temporal em Fernand Brandel: Aportes Teóricos para a Geografia*. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 2011, p. 45 [consultado em 24-01-2015] Disponível na Internet: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8P3N8A/marimar_dis_final.pdf?sequence=1

¹¹⁴ GLEZER, Raquel – *Tempo & História – Variável Constante*. IEA/USP Estudos Avançados, 1991, p. 3 [consultado em 20-01-2015] Disponível na Internet: http://www.cefetsp.br/edu/eso/fausto/tempo_historia.pdf

tempo histórico está presente em todo o trabalho de um historiador desde que cria, seleciona, estuda e formula as suas conclusões e interpretações. A colocação deste quesito, no inquérito, teve como objetivo a compreensão que os alunos detêm acerca do tempo em História. Vejamos a partir da tabela seguinte as repostas selecionadas pelos alunos.

Tabela 3 - Noção de tempo

Opções	Fem.	Mas.	Total	%
1- Tempo que pessoa demora a fazer uma determinada atividade.	0	0	0	0,00
2- Tempo que corresponde às horas, dias, meses, anos e séculos.	3	2	5	27,78
3- Tempo que varia consoante a atividade realizada.	3	2	5	27,78
4- Tempo que corresponde às regras de uma sociedade.	0	0	0	0,00
5- Tempo que corresponde à cronologia.	0	1	1	5,56
6- Tempo que corresponde à passagem e medição do tempo.	0	0	0	0,00
Total				61,11

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Analisando a tabela 3 é possível verificar as respostas de onze alunos que, tendo em atenção apenas uma hipótese, consideram que a noção de tempo corresponde às horas, dias, meses, anos e séculos e varia consoante a atividade realizada. No entanto, cerca de 38,89% dos alunos selecionaram mais do que uma resposta, assim julgaram que é necessário sempre conjugar a segunda opção com uma outra, por ser muito importante para a compreensão do que é o tempo. As opções 1, 4 e 6 não foram selecionadas, o que pode estar relacionado com o estágio de desenvolvimento de inteligência e com o fato de os alunos desta faixa etária terem a capacidade de localizar os acontecimentos históricos no período a que dizem respeito, bem como ordená-los de acordo com a sua sequência temporal¹¹⁵. A aplicação do conceito de medição do tempo

¹¹⁵ SOLÉ, Maria G. – A história no 1.º Ciclo do Ensino Básico: a Conceção do Tempo e a Compreensão Histórica das Crianças e os Contextos para o seu Desenvolvimento. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 29 [consultado em 08-01-2015] Disponível na internet: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10153/1/TESE.pdf>

só é adquirida anos mais tarde quando já evidenciam capacidades de compreensão temporal idêntica à dos adultos¹¹⁶.

Falar de tempo em História submete-nos para um outro conceito – o espaço. Daí que nos pareceu importante colocar a seguinte questão – “Qual é a tua noção de espaço?”. A elaboração desta questão tornou-se pertinente pelo facto de em História se contextualizar no tempo e no espaço¹¹⁷. Estas duas conceções não podem ser encaradas como entidades autónomas, uma vez que se fundem na mesma realidade. A associação do espaço ao tempo faz como que o espaço não esteja “limitado apenas pelas suas margens físicas”¹¹⁸. Um acontecimento histórico só faz sentido a partir do momento em que é conhecida a sua temporalidade e o espaço onde decorreu. Só desta forma, é que a sua análise vai resultar de uma série de conjunturas que poderão ter influenciado o facto que se estuda. Associado a estas premissas, surge a interdisciplinaridade que se estabelece entre a História e a Geografia. Estas duas áreas disciplinares surgem no segundo ciclo como uma só disciplina o que faz com que estes conceitos se devam relacionar, procurando conjugar uma série de estratégias que visem a compreensão e exploração dos acontecimentos históricos associados a um espaço que é inteiramente geográfico¹¹⁹. Sendo esta investigação baseada no estudo de fontes históricas é essencial referir que análise de uma fonte, como o caso das cartas de emigração, implica sempre a análise de dois espaços o do remetente e o do destinatário e do tempo em que foi redigida. Em síntese “a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço”¹²⁰.

Desta forma, pretendíamos compreender qual a conceção dos alunos face à noção de espaço, com o intuito de perceber de que modo os alunos entendem que a

¹¹⁶ IDEM, p. 30

¹¹⁷ POBLET, Maria – *A dimensão espaço-temporal em Fernand Brandel, o.c.*, p. 45

¹¹⁸ NÓVOA, António – *Tempos da escola no espaço Portugal – Brasil – Moçambique: Dez digressões sobre um Programa de Investigação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001. p. 135 [consultado em 20-01-2015] Disponível na Internet: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/novoa.pdf>

¹¹⁹ FERREIRA, Carlos – *Espaço e Tempo: Implicações no Ensino de História*. ANPUH – XIII Simpósio Nacional de História, Londres, 2005, p. 2 [consultado em 25-01-2015] Disponível na Internet: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0177.pdf>

¹²⁰ BARROS, José – *História, Espaço e Tempo – interações necessárias*. Belo Horizonte, Varia História, vol. 22, n.º 36, 2006, p. 462 [consultado em 17-01-2015] Disponível na Internet: http://www.academia.edu/10884949/Hist%C3%B3ria_espa%C3%A7o_e_tempo_intera%C3%A7%C3%B5es_necess%C3%A1rias

noção de espaço pode e deve ser encarada em HGP. Analisemos então a tabela que se segue.

Tabela 4 - Noção de Tempo

Opções	Fem.	Mas.	Total	%
1- Movimento do Homem no espaço geográfico.	2	2	4	22,2
2- Compreende mudança, pois o espaço vai-se alterando com o tempo.	3	2	5	27,8
3- Modificações naturais que ocorrem no espaço geográfico.	1	1	2	11,1
4- Compreende a conceção de tempo.	0	0	0	0,00
Total	6	5	11	61,11

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

As escolhas apresentadas na tabela 4 correspondem à seleção, por parte dos alunos, de uma só opção. Desta forma, a principal incidência verificou-se na segunda opção que indica que o espaço compreende mudança, pois o espaço vai-se alterando com o tempo. Porém, os alunos que consideraram mais do que uma hipótese, apenas 38,89% consideraram que as definições mais indicadas para compreender a noção de espaço se encontram relacionadas com o movimento do Homem no espaço geográfico e com as modificações naturais que ocorrem nesse mesmo espaço. Torna-se pertinente salientar que o facto de nenhum aluno ter selecionado a opção que enuncia que a noção de espaço compreende a conceção de tempo pode ser justificada pelo facto de os alunos apresentarem grandes dificuldades em compreender os conceitos de tempo¹²¹. Deste modo, se não compreendem este conceito não faz sentido relacioná-lo com o de espaço, contudo de acordo com Piaget “o espaço é instantâneo sobre o curso do tempo e o tempo é o espaço em movimento”¹²².

No que concerne aos temas mais apreciados pelos alunos em História e Geografia de Portugal no 4.º ano foi possível constatar que 55,6% dos inquiridos têm como preferência o tema “Portugal na Europa e no Mundo”, enquanto apenas um aluno do sexo masculino demonstra o seu interesse pelo tema “O Passado do Meio Local”. Por sua vez, no que concerne ao tema mais estimado no 5.º ano de escolaridade há uma grande diferença de género entre as principais escolhas. Cerca de 10,28% das raparigas

¹²¹ SOLÉ, Maria G. – A história no 1.º Ciclo do Ensino Básico, o.c., p. 32

¹²² Cit. por SOLÉ, Glória - SOLÉ, Maria G. – A história no 1.º Ciclo do Ensino Básico, o.c., p. 29

inquiridas selecionaram o tema “Portugal nos séculos XV e XVI”, enquanto 9,82% dos rapazes preferem o tema “Portugal: da União Ibérica à Restauração da Independência”.

A terceira, e última, parte do inquérito era direcionada para a temática que sustenta este estudo. Como já fora referido anteriormente, pretendia-se verificar qual o entendimento dos alunos face às fontes históricas e a sua importância para a compreensão da História, assim como se a sua família tinha em sua posse memórias escritas de uma determinada época histórica.

A primeira questão colocada está diretamente relacionada com a temática em estudo nesta investigação. A questão – “O que é para ti um documento histórico?” - foi elaborada na tentativa de perceber qual a conceção que os alunos detêm acerca destas fontes que são cruciais na construção da História. Vejamos, então, o que os alunos responderam.

Grande parte dos inquiridos que selecionaram apenas uma hipótese de resposta continuam a considerar que um documento histórico se refere apenas a uma carta de um rei. Esta associação vai muito ao encontro do que os alunos visualizam no seu manual escolar. No entanto, verificamos que os 27,8% que julgam que um documento histórico pode ser, também, uma carta/postal antigo já possibilita um entendimento de que a História está diretamente relacionada com o modo como alguém a escreve, sendo um cidadão nobre ou um cidadão do povo. Com a mesma percentagem 27,8% há alunos que consideram que ambas as opções analisadas podem ser encaradas como documentos históricos e na verdade revelam uma interpretação interessante da História.

Quando os alunos foram questionados sobre a importância dos documentos históricos para a compreensão da História e Geografia de Portugal a resposta “sim” alcançou os 100%. Neste sentido, pensamos que era primordial perceber qual o motivo pelo qual todos os inquiridos estavam de acordo. A elaboração deste quesito teve uma particularidade interessante uma vez que nos possibilitou perspetivar quais as conceções que os alunos têm acerca do papel dos documentos históricos na História, sendo estes a expressividade coletiva de um determinado espaço e tempo em que se obtém respostas sobre o passado¹²³. Vejamos a tabela que se segue.

¹²³ MOREIRA, Maria G. – As Fontes Históricas propostas no Manual, o.c., p. 43

Tabela 5 - Importância dos documentos históricos para a compreensão da História e Geografia de Portugal

Opções	Fem.	Mas.	Total	%
1- Conheço o passado da humanidade	3	8	11	15,1
2- Conheço as descrições de uma determinada época.	4	7	11	15,1
3- Conheço personagens históricas importantes	6	9	15	20,6
4- Conheço o quotidiano dos Homens da História.	3	8	11	15,1
5- Consigo encontrar semelhanças entre o passado e o presente.	5	9	14	19,2
6- Consigo pensar no futuro de forma diferente	6	5	11	15,1
Total	27	46	73	100

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Os dados aqui recolhidos, sabendo que os alunos selecionaram mais do que uma opção de resposta permitem-nos enunciar que para 20,5% dos alunos os documentos históricos possibilitam o conhecimento de personalidades históricas importantes, uma vez que grande parte dos documentos por eles estudados têm como destinatários pessoas da realeza, com especial incidência para o rei. O resultado com o qual ficamos admirados encontra-se relacionado com o facto de 19,2% dos inquiridos indicar que através dos documentos históricos conseguem encontrar semelhanças entre o passado e o presente. Este indicador foi uma mais-valia para este estudo, uma vez que através da análise das cartas pudemos ver que há muitas semelhanças, não só pelo facto de serem cartas familiares, mas também pelo motivo que retratam famílias que já viveram a experiência da emigração e pretendem que os entes queridos se juntem a eles num novo mundo que lhes possibilitará novas condições de vida. Nesta investigação, pretende-se comparar as fontes históricas para que se possa entender e comparar o seu conteúdo “enquanto registro ou testemunhos dos fatos históricos”¹²⁴.

A questão seguinte estava relacionada com o contacto com documentos históricos. Como resposta a esta questão houve alguma confusão, uma vez que todos os inquiridos já contactaram com estas fontes na escola em manuais escolares. No entanto, determinados alunos responderam que já tinham tido contacto em espaços extra escola, nomeadamente em Arquivos e em casa. Os suportes selecionados foram

¹²⁴ XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico, a canção como mediador, o.c.*, p. 1100 [Consult. 20 jan. 2015]

direcionados para os manuais escolares, sendo que apenas uma rapariga escolheu o pergaminho, esta mesma aluna foi quem disse que tinha contactado com documentos históricos no Arquivo. Apesar de todos os alunos já terem em algum momento das suas vidas contactado com documentos históricos, a grande maioria apresentou várias dúvidas sobre o seu conceito e sua utilidade na História.

Quando se depararam com a questão - “Os teus avós têm documentos de quando eram novos?”- 39% dos alunos responderam que os avós tinham em sua posse documentos. Sendo que a tipologia assentava em cartas e jornais. Por sua vez, à questão - “Tens documentos históricos em casa?” - apenas 22,2% dos inquiridos responderam que “sim”, sendo que a tipologia tal como aconteceu na questão anterior incidia em cartas, postais e recortes de jornais/revistas. A colocação de ambas as questões têm uma importância significativa para este estudo, visto que se nenhum aluno tivesse em posse familiar nenhum tipo de documento teríamos de repensar as nossas atividades. O facto de verificarmos que os familiares têm em casa documentos históricos preconizou um avanço do trabalho conforme o planeado.

Apesar de o inquérito ter um carácter de respostas fechadas, achamos que seria pertinente colocar uma questão com um carácter um pouco mais aberto em que os alunos teriam de imaginar se um dia fossem historiadores e pensar no que gostavam de descobrir, qual o século que tinham apreço em estudar, e ainda, se pudessem ler uma carta qual o assunto que queriam ver retratado. As respostas apresentadas pelos inquiridos foram bastantes interessantes, assim apresentamos aquelas que consideramos ter um carácter mais pertinente para a presente investigação.

Tabela 6 - Se eu fosse um historiador...

Opções	Registos dos alunos
Gostava de descobrir...	<ul style="list-style-type: none"> • quem fundou a minha freguesia • elementos sobre o ano de 2003
Gostava de estudar o século...	<ul style="list-style-type: none"> • X • XX
Gostava de ler uma carta que falasse sobre...	<ul style="list-style-type: none"> • a guerra e o dinheiro • que falasse sobre pessoas da minha família

	<ul style="list-style-type: none"> • a declaração da Independência de Portugal • os reis • o 25 de Abril
--	---

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

2.2 A extensão do inquérito

Tal como referimos anteriormente, a extensão do inquérito foi aplicada a alunos que frequentavam o 6.º ano de escolaridade, dado a impossibilidade de ser aplicado aos alunos do 5.º ano devido à sobrecarga de investigações a que estavam sujeitos. Desta forma, ao longo deste tópico analisaremos as respostas fornecidas pelos quesitos no âmbito da disciplina de História e Geografia de Portugal e no tema que sustenta esta investigação.

Aquando da aplicação do inquérito julgamos que seria pertinente fazer algumas alterações, com especial incidência para a primeira parte do inquérito, que não foi colocada, pois não era da nossa conveniência conhecer os inquiridos a nível pessoal. Este instrumento de recolha de dados foi colocado às quatro turmas que integram o 6.º ano de escolaridade, num total de 67 inquiridos.

A primeira questão – “Gostas da disciplina de História e Geografia de Portugal?” – cerca de 52,2% dos inquiridos responderam que não gostavam da escola, sendo que numa das turmas inquiridas todos os alunos apontaram a resposta “não”. Comparativamente aos alunos que gostam da área disciplinar ficamos pelos 48,8% a favor da resposta “sim”.

Quando confrontados com o motivo pelo qual não gostam de História e Geografia de Portugal, vários foram os motivos apontados. A razão que despertou a nossa atenção encontra-se relacionada com o facto de os alunos considerarem que a História não os faz pensar, poucos são aqueles que consideram que esta disciplina lhes possibilita uma relação mais próxima com as fontes históricas.

As questões seguintes estão relacionadas com as noções que os alunos têm relativamente aos conceitos de tempo e espaço. Após uma análise cuidada obtivemos os resultados que podem ser estudados através da tabela seguinte.

Tabela 7 - Noção de tempo dos alunos do 6.º ano

Opções	T. 1	T. 2	T. 3	T.4	Total	%
1- Tempo que pessoa demora a fazer uma determinada atividade.	0	0	0	0	0	0,00
2- Tempo que corresponde às horas, dias, meses, anos e séculos.	4	2	0	7	13	59,1
3- Tempo que varia consoante a atividade realizada.	0	1	1	1	3	13,6
4- Tempo que corresponde às regras de uma sociedade	2	1	0	0	3	13,6
5- Tempo que corresponde à cronologia	0	1	0	0	1	4,5
6- Tempo que corresponde à passagem e medição do tempo	0	0	1	1	2	9,1
Total	6	5	2	9	22	100

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Através da análise desta tabela é possível concluir cerca de 59,1% dos inquiridos consideram que o conceito de tempo se encontra apenas relacionado com o tempo que corresponde às horas, dias, meses, anos e séculos. Importa salientar que as repostas analisadas correspondem à seleção de uma opção pelos inquiridos. À semelhança do que aconteceu durante a análise de dados do inquérito aplicado à turma do 5.º ano de escolaridade foi possível concluir que nas respostas combinadas esta opção encontra-se sempre presente, no entanto, consideram que é necessário uma outra opção para que a noção de tempo fique devidamente esclarecida. Quando analisamos a tabela é interessante verificar que apesar de o inquérito ter sido colocado a quatro turmas diferentes, sem terem conhecimento da sua realização, haja opções que nenhum aluno tenha selecionado, exemplo disso é a primeira opção.

No que concerne à questão sobre a noção de espaço apresentamos os resultados obtidos na tabela que se segue.

Tabela 8 - Noção de espaço dos alunos do 6.º ano

Opções	T. 1	T. 2	T. 3	T.4	Total	%
1- Movimento do Homem no espaço geográfico.	3	4	1	4	12	40
2- Compreende mudança, pois o espaço vai-se alterando com o tempo.	2	1	1	2	6	20
3- Modificações naturais que ocorrem no espaço geográfico.	2	4	0	4	10	33,3
4- Compreende a conceção de tempo.	1	0	0	1	2	6,7
Total	8	9	2	11	30	100

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

À semelhança do que acontece na tabela anterior, neste estão contempladas a seleção de apenas uma opção pelos quesitos. Como forma de definir o conceito de espaço os alunos do 6.º ano de escolaridade consideraram que a opção 1 era a mais adequada. Contudo, cerca de 20,9% dos alunos inquiridos consideraram que o conceito de espaço só pode ser definido conjugando as opções 2 e 3 que indicam que o espaço compreende mudança, pois o espaço vai-se alterando com o tempo, bem como detém modificações naturais que ocorrem no espaço geográfico. Ao analisarmos as respostas a esta questão é visível que os alunos alargaram o seu campo de respostas e todas as opções foram de um modo ou de outro selecionadas.

Quando chegou o momento de os alunos escolherem qual o tema que tinham apreciado mais desde o 4.º ano de escolaridade até ao ano que estão a frequentar, as dúvidas não foram muitas. Pudemos, então, concluir que 35,8% dos alunos têm como preferência o tema “Portugal na Europa e no Mundo” no 4.º ano de escolaridade, sendo que o tema menos apreciado pelos alunos designa-se “Os aglomerados populacionais” com apenas 7,5%. No que concerne aos temas mais apreciados pelos alunos no 5.º ano de escolaridade os resultados obtidos mostraram que os alunos não estão de acordo, por isso os resultados são mais semelhantes. No entanto, o tema que foi considerado pelos inquiridos como sendo o mais apreciado foi “Primeiras Comunidades Humanas na Península Ibérica”, com cerca 22,4%, comparativamente o tema “Os Muçulmanos na Península Ibérica” que foi considerado como o tema menos apreciado sendo que apenas três alunos o selecionaram. Para terminar, no 6.º ano de escolaridade cerca de 46,3% dos inquiridos escolheram o tema “O 25 de abril de 1974 e o Regime Democrático” como

o tema mais apreciado. Comparativamente os temas “Portugal na segunda metade do século XIX” e “Da Revolução Republicana de 1910 à Ditadura Militar de 1926” não tiveram quaisquer votos a seu favor.

Tal como aconteceu no inquérito aplicado à turma onde desenvolvemos este estudo, a terceira parte remetia para a temática que está a ser abordada na presente investigação. A primeira questão colocada perguntava aos alunos o que era um documento histórico. Mais de metade dos inquiridos, cerca de 79,1% consideram que um documento histórico era uma carta/postal antigo. É importante referir que enquanto analisávamos os dados deparamo-nos com um aluno que escolheu a opção igreja (monumento, templo), o que revela a sua proximidade à herança católica muito presente ainda no quotidiano das famílias desta região rural.

A questão seguinte – “Consideras que os documentos, que escolheste anteriormente, são importantes para a compreensão da História?” – tinha o objetivo de perceber de que modo os alunos encaram o papel das fontes históricas no ensino da História e na compreensão da mesma. Podemos concluir que 79,1% dos alunos responderem que efetivamente consideram que os documentos são importantes, por isso tornou-se primordial perceber qual o motivo pelo qual consideraram esta resposta, bem como perceber o porquê de os seus colegas terem respondido a esta questão com um “não”. Desta forma, passemos a observar a tabela seguinte:

Tabela 9 - Importância dos documentos históricos para a compreensão da História e Geografia de Portugal para os alunos do 6.º ano

Opções	T. 1	T. 2	T. 3	T.4	Total	%
1- Conheço o passado da humanidade	14	13	6	9	42	18,5
2- Conheço as descrições de uma determinada época.	13	10	6	4	33	14,5
3- Conheço personagens históricas importantes	13	11	12	13	49	21,6
4- Conheço o quotidiano dos Homens da História.	10	6	4	8	28	12,3
5- Consigo encontrar semelhanças entre o passado e o presente.	12	13	7	9	41	18,1
6- Consigo pensar no futuro de forma diferente	7	10	5	12	34	15
Total	69	63	40	55	227	100

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

Para os alunos os documentos históricos são importantes na compreensão histórica, visto que conseguem pensar no futuro de forma diferente, como revelam os resultados com 15%. Contudo, os inquiridos consideram que os documentos históricos possibilitam, mas em pequena escala, o conhecimento do quotidiano dos Homens da História. No entanto, cerca de 21,6% dos alunos consideram que estas fontes lhes permitem conhecer personagens históricas importantes.

À semelhança dos resultados obtidos com a turma que sustenta este estudo, na questão colocada sobre o contacto com documentos históricos alguns alunos pensaram de imediato que não estava relacionado com a escola nem com os manuais escolares. Por isso, cerca de 29,8% dos inquiridos referiram que nunca tinham contactado com documentos históricos, contrariamente 70,2% dos alunos responderam que já tiveram contacto indicando que o fizeram, essencialmente, na escola através do manual escolar. Algo que voltamos a verificar, apesar de ser um número bastante reduzido, há um aluno que já teve a oportunidade de visitar um Arquivo e ter contacto com estes documentos em papéis antigos e pergaminhos.

Algo que nos surpreendeu bastante encontra-se relacionado com o facto de a percentagem de alunos cujos avós têm fontes históricas familiares em casa estar a par dos alunos que não têm, 47,8% para 52,2%, respetivamente. Podemos concluir que estes alunos têm um contacto direto com esses documentos, uma vez que têm conhecimentos destes e têm a noção que se trata de um documento com valor histórico. Indicaram ainda que grande parte destas fontes são cartas e postais antigos. Quando questionados sobre a possibilidade de terem em casa esta tipologia de documentos houve uma descida considerável nos inquiridos que enunciaram “sim”, cerca de 19,4%. Porém, os suportes prevaleceram, visto que são maioritariamente cartas e postais antigos.

A última questão do inquérito colocada era exatamente igual à que fora colocada no inquérito aplicado à turma do 5.º ano de escolaridade. Neste sentido, apresentamos aqui algumas das respostas que consideramos mais pertinentes e relevantes para o presente estudo.

Tabela 10 - Se eu fosse um historiador...

Opções	Registos dos alunos
Gostava de descobrir...	<ul style="list-style-type: none"> • cartas antigas • documentos históricos • se tive na minha família pessoas importantes
Gostava de estudar o século...	<ul style="list-style-type: none"> • XV • XIX • XX
Gostava de ler uma carta que falasse sobre...	<ul style="list-style-type: none"> • o aparecimento da História • a revolução portuguesa e a população portuguesa • os meus antepassados

FONTE: Elaboração própria a partir do inquérito por questionário

3. “Da União Ibérica à Restauração” – As Fontes Históricas na sala de aula

A recolha de dados para a presente investigação não se limitou apenas à realização do inquérito, antes decorreu ao longo da regência na área disciplinar de História e Geografia de Portugal. Apesar de termos o cuidado de incluir em todas as aulas documentos históricos em que era concretizada a sua análise e exploração tendo em atenção aspetos preponderantes, como a data, o autor e o título do mesmo. Porém, houve uma aula que contribuiu, de forma mais significativa, para objeto de estudo desta investigação.

Todos os momentos descritos resultaram de diálogos, cujos registos foram realizados pelo trio pedagógico.

3.1 Uma aula especial

A primeira aula lecionada tendo como tema, “Da União Ibérica à Restauração”, teve uma importância extrema para este estudo, uma vez que como modo de motivação para a temática recorreremos a uma fonte histórica. Apresentamos aos alunos um excerto da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I.

O recurso a fontes históricas na sala de aula possibilitam demonstrar ao aluno que a História é feita de vestígios deixados pelos homens do passado. Esta ferramenta auxilia “o professor na difícil tarefa de estimulação do imaginário do aluno na aprendizagem da História”¹²⁵, através da qual o aluno atribui novos significados aos conceitos históricos. Potencializar o gosto por esta disciplina passa sobretudo pela exploração de fontes históricas e é neste momento que estes documentos se tornam um verdadeiro desafio para o professor. Por isso, é necessário encará-las como marcas do passado, descritores de situações vividas repletas de um saber e de significado único¹²⁶. Em síntese, os documentos históricos contribuem para “o desenvolvimento de uma consciência histórica, que favoreça a construção de uma grade de leitura de mundo reflexiva, voltada para a superação dos desafios e problemas contemporâneos”¹²⁷.

Como forma de captar a atenção dos alunos o excerto selecionado foi projetado através de um “PowerPoint”, sendo que o primeiro diapositivo continha o título “Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel I sobre o achamento do Brasil”.

Investigadora: Quem é o remetente e o destinatário desta carta?

Alunos: O remetente é Pero Vaz de Caminha e o destinatário é o Rei D. Manuel I.

A partir desta análise seguiu-se uma “chuva de ideias” sobre o possível assunto que esta carta poderia abordar. Posto isto, foi concretizada uma pequena exploração do

¹²⁵ XAVIER, Érica – *Ensino e História, o.c.*, p, 641

¹²⁶ CAIMI, Flávia – *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?*, Revista Anos 90. Porto Alegre, Vol. 25, n.º 28, 2008, p. 147 [consultado em 21-01-2015] Disponível na Internet: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751>

¹²⁷ TAVARES, Luísa – *As fontes escritas como recurso didático: uma experiência do PIBID História UFRJ*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013, p. 2 [consultado em 21-01-2015] Disponível na Internet: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364939086_ARQUIVO_ASFONTESESCRITASCOMO_RECURSODIDATICO_LuisaTavares.pdf

documento escrito na época por Pero Vaz de Caminha, alertando os alunos para a ciência que estuda os documentos antigos – a Paleografia.



Figura 1 - Excerto original da Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Achamento do Brasil

Tendo em conta que os alunos nunca haviam contactado com nada do género a reação foi deveras engraçada.

Alunos: A escrita parece chinês.

Investigadora: Nesta época o português era diferente do atual, chamamos-lhe português arcaico.

Alunos: Não vamos conseguir ler.

Investigadora: É claro que vão. Vamos começar a ler a carta de Pero Vaz de Caminha.

Quando iniciamos a leitura da carta os alunos ficaram espantados pela escrita portuguesa da época ser tão distinta da atual. A leitura de vários excertos foi uma mais-valia para a aprendizagem dos alunos, uma vez que possibilitou a colocação de questões relacionadas com o tema referenciado na carta, como forma de se perceber e compreender a sociedade que se encontrava a ser descrita.

Um momento que consideramos especial encontra-se relacionado com a análise do excerto aquando Pero Vaz de Caminha tem o primeiro contacto com os indígenas:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andavam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros (...). Trazia (...) uma espécie de cabeleira de penas de aves amarelas (...) E andava pegada aos cabelos, pena por pena.”¹²⁸

À medida que a análise ia decorrendo os alunos foram convidados a visualizar um pequeno vídeo que ilustra a vivência da tribo Xingu, habitantes do Brasil. A escolha desta tribo recaiu sobre o facto de os seus costumes habitacionais e de vestuário serem muito idênticos ao relato que Pero Vaz de Caminha escreve sobre o primeiro contacto que os portugueses tiveram com os indígenas. Conjugando uma fonte histórica com a visualização do vídeo possibilitou aos alunos uma percepção mais aproximada da realidade, face a um acontecimento passado que ainda nos dias de hoje se pode verificar, com certas diferenças embora estas sejam escassas.

Alunos: Esta tribo existe atualmente?

Investigadora: Sim, existe. É uma das escassas tribos que resistiu às mudanças no tempo. Reparem nas penas que trazem na cabeça.

Alunos: São iguais às que Pero Vaz de Caminha descreveu.

A análise da carta preconizou uma análise mais intensiva de determinados elementos específicos e que são características da estrutura da carta, nomeadamente o remetente, o destinatário, a data, o local, o assunto, a saudação e a despedida. Estes dois últimos aspetos foram particularmente interessantes para os alunos, uma vez que perceberam que todas as cartas obedecem a estas características sendo distintas consoante a pessoa a quem se dirigem. Neste caso, Pero Vaz de Caminha teve uma linguagem mais cuidada, uma vez que a sua carta se dirigia à personalidade com maior poder num país – o rei.

No final da aula constatamos que através da análise deste excerto que o contacto e exploração de documentos históricos não faz parte do quotidiano escolar. Porém,

¹²⁸ CAETANO, Maria Paula; ÁGUAS, Neves – *A Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, p. 65-66

centramo-nos no entusiasmo e motivação demonstrada para dar asas a esta investigação, uma vez que a exploração das fontes históricas são um ponto de partida para a moldagem do “pensamento sobre a História, seria o barro para o artesão, que forja entre seus dedos uma representação daquilo em que ele próprio está envolvido”¹²⁹.

4. Clube de História – Fontes Históricas e Memórias

O momento “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”, como já fora referido anteriormente, foi desenvolvido num período extra sala de aula, sendo opcional para os alunos mas com uma adesão a 100%. O clube teve cinco sessões ao longo de cinco semanas que decorriam à quinta-feira ao início da tarde, com uma duração média de quarenta e cinco minutos.

A primeira sessão foi dedicada, exclusivamente, ao preenchimento do inquérito por questionário. As sessões que se seguiram foram dedicadas à exploração de fontes históricas do século XX, provenientes de um trabalho realizado no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, no ano letivo 2010/2011. Trabalho que este que foi concretizado por um grupo de trabalho constituído por dez elementos¹³⁰ ao longo de um semestre, neste local que foi a nossa segunda casa.

Para terminar, nas duas últimas sessões os alunos contactaram com memórias escritas da sua família, bem como concretizaram uma comparação entre os elementos das cartas que pretendíamos investigar:

- Local de emissão;
- Saudação;
- Assunto;
- Despedida.

¹²⁹ XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico, a canção como mediador*, o.c., p. 1100

¹³⁰ Constituição do grupo de trabalho: Dr.ª Cátia Mano, Dr.ª Cristiana Torres, Professor Doutor Henrique Rodrigues, Dr.ª Joana Pinto, Dr.ª Lara Matos, Dr.ª Mafalda Pereira, Dr.ª Mariana Alves, Dr.ª Mariana Freitas, Dr.ª Patrícia Ferreira e Dr.ª Rosário Alão

A seleção destes quatro elementos encontra-se relacionada com o facto de as cartas de emigração seguirem o modelo organizativo de um epistolar clássico, são iniciadas pela identificação do local e da data, seguidas da saudação e para terminar o fecho era escrito em forma de despedida¹³¹.

O motivo pelo qual selecionamos as fontes históricas referentes ao século XX visava, para além da análise de documentos e a sua preponderância para a compreensão do ensino da História, a comparação entre os movimentos migratórios que estudaram durante a época dos Descobrimentos com os do século XX. A emigração é uma característica portuguesa e o facto de as cartas nos remeterem para o século passado com uma descrição pormenorizada, em tudo está relacionada com a situação da população dos séculos XV e XVI, dado que tinham um objetivo em comum, melhorar as suas condições de vida. Importa salientar, que apesar da panóplia de cartas analisadas no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, selecionamos por conveniência aquelas que consideramos ser mais adequadas e preponderantes para o presente relatório, pensando sempre nos alunos que contemplavam a turma em investigação. Salientamos, também, o facto de todos os nomes apresentados nas transcrições das cartas serem fictícios de modo a preservar a privacidade de cada família.

Assim, o contacto dos alunos com o processo escrito “facilita bastante entre gerações deveras afastadas, aquelas transferências de pensamento que constituem, (...), a continuidade de uma civilização”¹³².

4.1 Primeira Sessão

Na primeira sessão do “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” realizamos o inquérito que já fora anteriormente analisado. O facto de ser um pouco longo, foi planificado para ser preenchido ao longo dos 45 minutos previstos.

Depois de os alunos estarem confortavelmente instalados explicamos o motivo pelo qual estávamos a aplicar um inquérito e qual o seu objetivo. Por sua vez, os alunos foram devidamente elucidados sobre o que iria decorrer ao longo das sessões do clube,

¹³¹ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. o.c., p. 64

¹³² BLOCH, Marc – *Introdução à História*, o.c., p. 41

que consistia na análise de fontes históricas provenientes do início do século XX, resultantes de um trabalho realizado no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo. Posto isto, foi-lhes entregue o inquérito. Todos participaram ativamente e colocaram diversas questões sobre o modo como deveriam proceder a um correto preenchimento do que era pedido.

No final da sessão foi estabelecido um momento de diálogo sobre a eventualidade de possuírem em casa memórias escritas da sua família.

Alunos: Que tipo de memórias escritas?

Investigadora: Preferencialmente cartas dos avós, bisavós ou de outros familiares que viveram no século XX.

Alunos: Se são assim tão antigas, certamente que não devem estar em bom estado.

Investigadora: Pelo contrário. Quando uma carta tem um significado especial é guardada com carinho para que seja preservada.

Alunos: Vamos ler as cartas?

Investigadora: Exatamente. Vamos ler e transcrever a carta, de modo a perceber qual a data e local de emissão, o assunto retratado e a saudação e despedida apresentadas.

Em poucos minutos conseguimos transmitir duas mensagens muito importantes aos alunos, a primeira no que diz respeito à importância das memórias escritas para o desenvolvimento do trabalho ao longo das sessões. A segunda encontra-se relacionada com a importância da preservação dessas memórias para que possam ser objeto de estudo ao longo dos tempos, ou apenas para recordar acontecimentos familiares durante um convívio familiar. As memórias familiares são o resultado do afastamento de casa e é através da escrita que os historiadores têm acesso “ao universo das relações familiares e das redes de sociabilidades existentes entre as duas margens do Atlântico”¹³³.

Para que isto fosse concretizável entregamos aos alunos uma autorização que consistia num pedido aos EE para fotocopiar as memórias escritas da família para o desenvolvimento das atividades no âmbito do nosso Clube de História.

¹³³ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. o.c., p. 61

4.2 Segunda Sessão

Durante esta sessão os alunos tiveram o primeiro contacto com as fontes históricas. A metodologia sobre a qual esta sessão iria decorrer foi pensada em reunião com o Professor Doutor Henrique Rodrigues em que se considerou que a melhor opção seria cada aluno tivesse um contacto individual com uma carta procedendo à leitura e análise da mesma. Pretendíamos que cada aluno se apercebesse que as cartas são uma fonte singular de informação das vivências individuais e coletivas de uma comunidade¹³⁴.

Depois de todos os alunos estarem confortavelmente instalados procedemos à apresentação das fontes históricas, salientando uma vez mais que se tratavam de documentos do início do século XX que ilustravam a situação de emigração da população portuguesa para o Brasil. Estas cartas, entre muitos outros documentos, são “uma imagem do tradicional baú de emigrante”¹³⁵. Consequentemente, tivemos o cuidado de salientar que o facto da situação retratada em cada uma das cartas se encontra relacionada com o tema que estão a lecionar em História, uma vez que os Descobrimentos impulsionaram a emigração dos portugueses pelo mundo fora, sobretudo para Terras de Vera Cruz. Desta forma, analisar as correspondências possibilita “acedermos à intimidade de quem partiu e de quem ficou na paróquia, descodificando um micro cosmos de onde emergem novas imagens da emigração”¹³⁶.

Terminado este momento inicial pusemos mãos ao trabalho e entregamos numa primeira instância o suporte escrito (Anexo 6) que funcionava como um guia à medida que os alunos procediam à análise da fonte histórica. Não podíamos começar o trabalho, sem dar a devida atenção a este esclarecimento.

Posteriormente, entregamos a cada aluno a fonte histórica que passaria a ser o seu instrumento de trabalho. Importa salientar que a seleção de cada carta seguiu um rigoroso processo, visto que consideramos apenas as cartas em que o assunto nos remetesse para emigração, bem como nos desse informações sobre o modo como os portugueses procediam nestas situações, numa tentativa de percebermos as suas

¹³⁴ IDEM, p. 130

¹³⁵ IDEM, p. 132

¹³⁶ IDEM, p. 61

vivências e costumes. De acordo com estes critérios as cartas escolhidas compreendem os anos de 1914-1915 e 1917-1918. É importante referir que os alunos não tiveram contacto direto com a escrita original da carta, o documento que lhes foi entregue continha a transcrição da carta. Consideramos que esta seria a melhor opção, pois a falta de tempo era uma questão que nos condicionava bastante e preferimos poupar tempo nesta altura para poder colocar, mais tarde, os alunos a transcrever as cartas referentes às memórias escritas das suas famílias.

À medida que os alunos avançavam na análise as dúvidas começaram a surgir.

Alunos: Eles tratavam-se muito bem.

Alunos: Os maridos pedem às suas mulheres para viajar para a nova terra. O que quer isto dizer?

Investigadora: Muitas famílias foram afastadas devido à procura de melhores condições de vida, levando a um grande movimento emigratório, sobretudo para o Brasil. Por isso, queriam reunir toda a família na nova terra, pois tinham esperança que essa terra fosse um começo de uma vida melhor.

Alunos: Mas muitos pediam para vender os pertences...

Investigadora: Com o dinheiro dos pertences as mulheres e os filhos conseguiam angariar dinheiro suficiente para comprar o bilhete da viagem.

Ao longo do trabalho os alunos ficaram surpreendidos com o assunto tratado nas cartas e o modo como o remetente tratava o destinatário. Este tratamento cuidado reflete a relação de parentesco através dos “vínculos com os pais e as pessoas amadas”¹³⁷. Foram descobrindo o sentido e o significado que cada carta transmite ao leitor. A carta representava um símbolo de união entre a família que colmata uma saudade imensa a par da separação física¹³⁸.

Ainda que de uma forma simples, aperceberam-se que os documentos históricos relatam momentos imponentes da História e Geografia de Portugal.

¹³⁷ IDEM, p. 62

¹³⁸ IDEM, p. 63

4.3 Terceira Sessão

A terceira sessão do “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” foi dedicado à continuação da exploração das cartas analisadas na sessão anterior. Os alunos, individualmente, continuaram a trabalhar.

À medida que os alunos iam terminando a análise das cartas, projetamos no quadro interativo algumas das cartas que estavam a ser transcritas, aquelas que encontramos durante a exploração no AGC de Viana do Castelo. Os alunos visualizaram a carta original antes de ser transcrita, o que lhes possibilitou a oportunidade de verificar diferentes tipos de caligrafia que se encontram presentes em cada uma das cartas analisadas. Vejamos um exemplo:

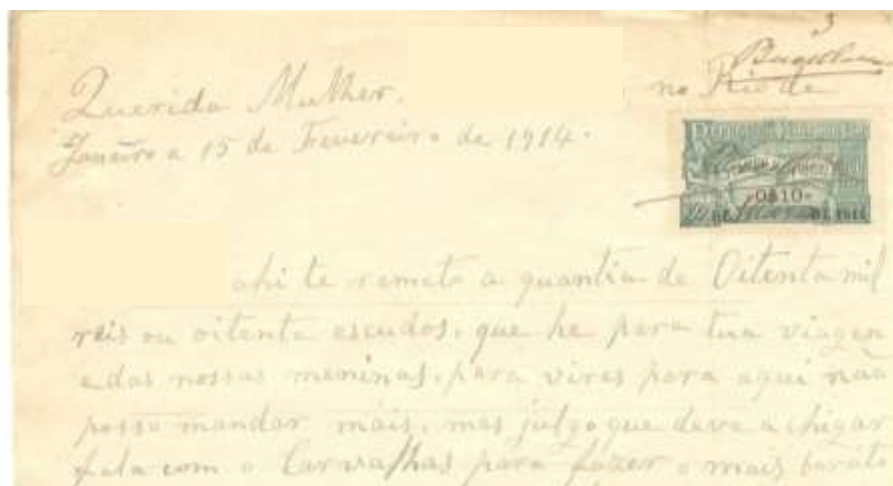


Figura 2 - Excerto n.º 1 de uma das cartas do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Alunos: O autor desta carta tem uma letra bonita.

Investigadora: À semelhança do que acontece atualmente, cada pessoa tem caligrafia diferente.

Alunos: Quando lemos a carta apercebemo-nos que o português é diferente do atual.

Investigadora: A língua portuguesa no início do século XX era um pouco diferente daquela que falamos e escrevemos hoje. Mas, não nos podemos esquecer, que muitas dessas cartas foram escritas por pessoas com poucas habilitações literárias, o que faz com que o português nem sempre seja fluído e sintaticamente correto.

É surpreendente a forma como os alunos conseguem retirar as suas próprias conclusões à medida que vão lendo a carta. Este é um exemplo do modo como os documentos históricos podem embelezar a partilha de um conhecimento histórico que se pretende crítico e partilhado. É claro que nem todas as cartas apresentam uma caligrafia tão perceptível. Ora vejamos:

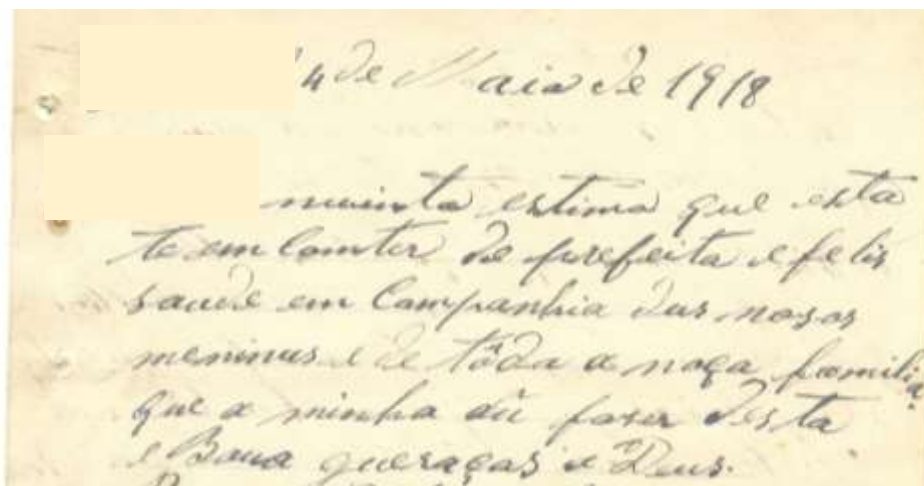


Figura 3 - Excerto n.º 2 de uma das cartas do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Alunos: A caligrafia desta carta já não se percebe tão bem... Como é que conseguiram transcrever estas cartas?

Investigadora: Quando a caligrafia não é tão perceptível devemos decifrar as letras que conseguimos ler e só depois as restantes. Quando não percebemos uma letra tentamos retirar o seu significado através da leitura de várias palavras em que essa letra esteja escrita e depois descobrimos a palavra pelo seu sentido.

Alunos: Deve demorar algum tempo para transcrever uma carta.

Investigadora: O tempo de transcrição de uma carta depende da extensão da carta e da caligrafia presente, claro. Mas, vejamos na próxima sessão o tempo que demoram a transcrever as memórias escritas da vossa família.

Para além deste diálogo sobre a caligrafia do remetente, os alunos foram alertados para o facto de que a escrita na época “nem sempre era uma tarefa fácil porque exige conhecimento, aprendizagem, competências e disponibilidade de tempo

e aquisição de materiais próprios”¹³⁹. Assim, todos os remetentes e destinatários eram indivíduos alfabetizados, uma realidade raríssima no início do século XX.

No final desta sessão todos os alunos haviam terminado a análise das suas cartas e o facto de saberem que na próxima semana iriam ter a oportunidade de transcrever fontes históricas entusiasmou-os imenso para dar continuidade às atividades do Clube de História.

4.4 Quarta Sessão

A presente sessão teve uma particularidade muito especial para nós e para os alunos. Tinha chegado o momento de ter o primeiro contacto com as memórias escritas dos seus familiares. Memórias estas, que enchem a História e a enriquecem formando um só elo entre esta disciplina e a sociologia¹⁴⁰.

Apesar de conseguirmos reunir, apenas, três cartas familiares, decidimos que seria interessante que os alunos trabalhassem em grupo. Para tal, dividimos a turma em três grupos de trabalho e entregamos a cada grupo uma carta.

O primeiro grupo ficou responsável pela análise de uma carta do ano de 1953, em que o destinatário era de Lisboa. Começaram por transcrever a carta. O momento de transcrição foi decorrendo dentro da normalidade, uma vez que apesar de apresentarem algumas dúvidas face a uma ou outra palavra conseguiram decifrar e tirar pelo sentido da frase. Quando terminaram este processo dedicaram-se à análise de determinados aspetos apresentados na carta.

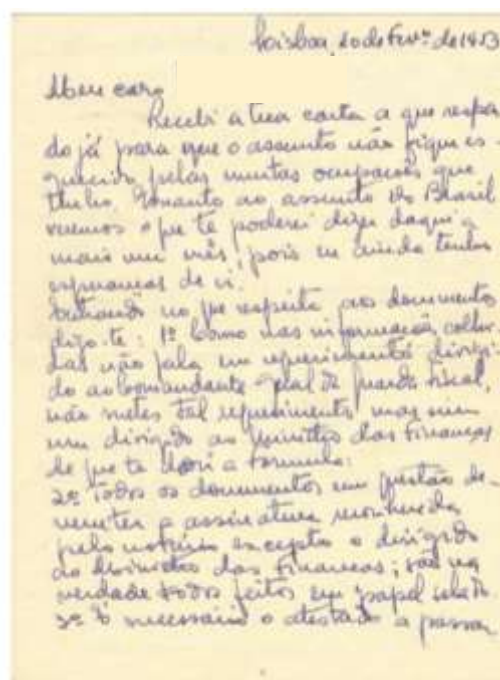


Figura 4 - Arquivo da Família Oliveira, (aluno nº 13), 10 de fevereiro de 1953

¹³⁹ IDEM, p. 62

¹⁴⁰ IDEM, p. 61

Como pretendíamos analisar para cada uma das cartas a saudação, o assunto e a despedida, vejamos as conclusões a que este grupo alcançou através da análise da referida carta.

Analisemos o parâmetro referente à saudação¹⁴¹:

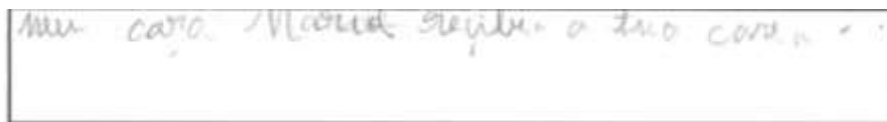


Figura 5 - Registo da saudação, carta n.º1

Passamos a transcrever o que grupo escreveu:

“Meu caro Mário, recebi a tua carta.”

Esta saudação demonstra que há uma espécie de carinho entre as pessoas que se estão a corresponder por este meio. Segundo os alunos o assunto retratava uma conversa entre dois amigos que pretendiam emigrar para o Brasil.

Analisemos o parâmetro referente ao assunto:

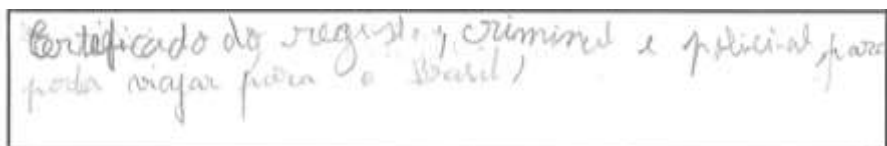


Figura 6 - Registo do assunto, carta n.º1

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Certificado de registo criminal e policial para poder viajar para o Brasil”.

¹⁴¹ Para o mesmo período, consultar o trabalho da Historiadora ALBULQUERQUE, Ana Sílvia – *Escritas da Mobilidade em Contextos Familiares, o.c.*

Embora, a conclusão do assunto deste grupo seja um pouco vaga, aquilo que escreveram foi o que retiveram durante a leitura da carta. É interessante verificar que os alunos conseguiram tirar a essência da realidade da carta, uma vez que foi aquilo que o remetente disse, em linhas gerais, ao destinatário.

Analisemos o parâmetro referente à despedida:

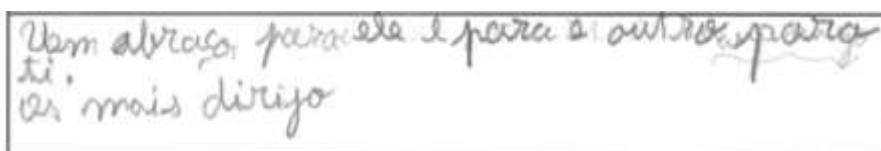


Figura 7 - Registo da despedida, carta n.º1

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Um abraço para ele e outro para ti. Os mais dirijo”

Tal como aconteceu na saudação, também a despedida mostra um laço de amizade entre os dois interlocutores. Há, ainda, referência a um outro homem que não nos permite saber quem é, possivelmente um outro amigo.

Ao segundo grupo foi entregue a carta com a data de 1967. Numa primeira instância o grupo reparou que não havia nenhuma referência, no que respeita ao local de emissão do remetente.

Em seguimento disto, procederam à transcrição da carta. Ao contrário do que acontecera com o grupo anterior, os elementos deste demonstraram mais dificuldades.



Figura 8 - Arquivo da Família Cunha, (aluno nº 15), 1 de dezembro de 1967

Estas deveram-se, essencialmente, ao facto de os alunos não conseguirem decifrar algumas palavras queixando-se da caligrafia.

Para colmatar esta situação tivemos uma especial atenção durante a transcrição da carta com os alunos, uma vez que pretendíamos que tudo o que fosse registado correspondesse com a carta original.

Por sua vez, durante a análise dos parâmetros pretendidos o grupo conseguiu ultrapassar as dificuldades e passaram a concretizar um trabalho mais autónomo.

Passemos, então a analisar o parâmetro referente à saudação:

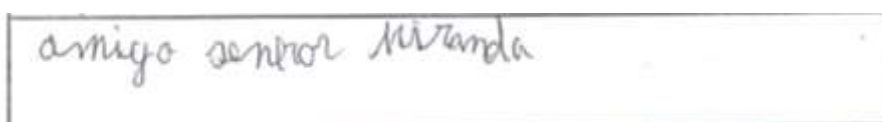
A rectangular box containing the handwritten text "amigo senhor miranda" in cursive script.

Figura 9 - Registo da saudação, carta n.º2

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Amigo Senhor Miranda”

Tal como aconteceu na análise da carta anterior, esta também apresenta uma relação de amizade entre o remetente e o destinatário, embora o tratamento seja um pouco mais cordial.

Analisaremos o parâmetro referente ao assunto:

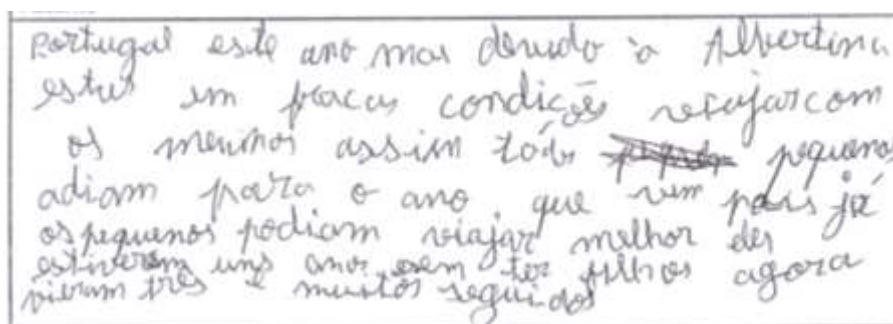
A rectangular box containing handwritten text in cursive script. The text discusses Portugal and Albertina, mentioning conditions and travel plans. The text is somewhat difficult to read due to the cursive style and some overlapping words.

Figura 10 - Registo do assunto, carta n.º2

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“(...) devido à Albertina estar em fracas condições de viajar com os meninos assim tão pequenos, deviam adiar para o ano. Assim, os pequenos já podiam viajar melhor. Eles estiveram uns anos sem ter filhos e agora vieram três e muito seguidos”.

Quando analisamos o assunto desta carta, apercebemo-nos que o grupo não referiu determinados aspetos importantes que estão presentes na carta, nomeadamente o facto de o remetente se referir ao casamento do seu filho e à vida de outras pessoas da freguesia com as quais ainda mantinha contacto.

Analisaremos o parâmetro referente à despedida:

A rectangular box containing the handwritten text "Sou este seu amigo" in a cursive script.

Figura 11 - Registo da despedida, carta n.º2

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Sou este seu amigo”

A despedida demonstra uma vez mais que há um cuidado de linguagem para com o destinatário, no entanto, evidencia novamente a relação que têm entre si e a sua consideração.

O terceiro grupo ficou responsável pela análise da carta mais recente, dado que nos remete para o ano de 1989. Apesar de se tratar de uma carta muito recente, consideramos que seria interessante analisar com o intuito de verificar as semelhanças que tem em relação às mais antigas. A transcrição da carta por este grupo decorreu muito bem, o facto de a carta não ser extensa e da caligrafia ser perceptível, facilitou o trabalho.



Figura 12 - Arquivo da Família Lima, (aluno nº 3), 19 de dezembro de 1989

Vejamos, então, a análise que os alunos fizeram da carta. Começemos por analisar a saudação:

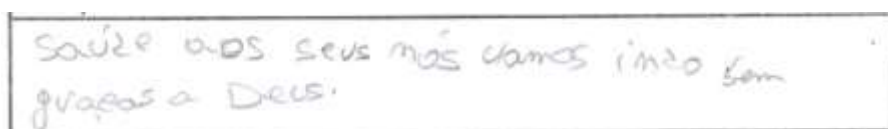


Figura 13 - Registo da saudação, carta n.º3

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Saúde aos seus, nós vamos indo bem graças a Deus”.

Quando uma carta se inicia desta forma conseguimos concluir que há uma preocupação para com as pessoas da família do destinatário. A referência à religião, neste caso ao Cristianismo, remete-nos para a importância de Deus na vida das pessoas.

Muitas pessoas acreditavam que se a vida lhes corresse bem era devido à força divina, caso a vida não seguisse o rumo desejado estavam a sofrer um castigo de Deus.

Analisaremos o parâmetro referente ao assunto:

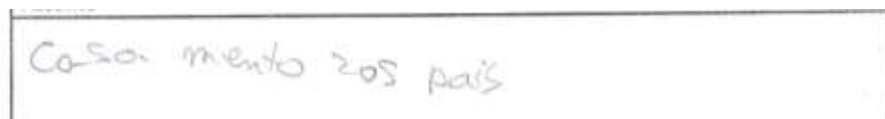
A rectangular box containing the handwritten text "Casamento aos pais" in a cursive script.

Figura 14 - Registo do assunto, carta n.º3

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Casamento dos pais”

Tal como fora referido anteriormente, a extensão da carta é curta o que fez com que o seu teor também o fosse. Quando procedemos à sua leitura apercebemo-nos que o remetente agradece o convite de casamento e pelo facto de o destinatário ter contribuído para as despesas. E ainda, faz referência à vida dos seus filhos.

Analisaremos o parâmetro referente à despedida:

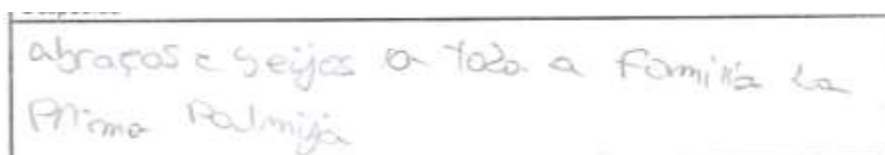
A rectangular box containing the handwritten text "Abraços e beijos a toda a família da Prima Ralmija" in a cursive script.

Figura 15 - Registo da despedida, carta n.º3

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

“Abraços e beijos a toda a família”

Já tínhamos referido que havia uma preocupação do remetente para com o destinatário quando procedemos à análise da saudação. Porém, só nos apercebemos que há uma relação familiar no final da carta.

É interessante verificar que cada um dos grupos teve uma abordagem diferente de cada carta. Apesar de os elementos do grupo serem bastante heterogéneos, escolha concretizada por conveniência para a presente investigação, verificamos que o primeiro grupo conseguiu apresentar mais rigor na análise da carta. O segundo e terceiro grupos conseguiram igualmente concretizar uma análise correta, mas o facto de nem sempre os alunos concretizarem uma análise interpretativa a nível do português fez com que não considerassem determinados aspetos importantes. Contudo, todos os grupos conseguiram analisar as memórias escritas de acordo com o que foi discutido e verbalizado ao longo das sessões do clube. A transcrição foi uma fase do tratamento das memórias escritas que os alunos apreciaram bastante. Para além disto, é de realçar que os alunos ficaram muito mais entusiasmados aquando da análise dos documentos familiares, uma vez que se sentiram parte integrante da História. Era notório a participação ativa e entusiástica de todos, visto que o que estava a ser estudado fazia parte da vida de um dos seus colegas e isso deixou-os mais curiosos e interessados.

Alunos: As cartas que analisamos estão todas em bom estado, mas já são antigas!

Investigadora: Quem guardou estas cartas, durante tantos anos, teve o cuidado de as pôr num local seco e seguro.

Alunos: Alguns elementos das nossas famílias tinham cartas, mas estragaram-se e não pudemos trazer.

Investigadora: Por isso devemos guardar as cartas com cuidado. Lembrem-se que todas as cartas da nossa família são memórias de um passado que também foi nosso e que fazem parte da História.

Alunos: Devemos preservar as memórias escritas.

Com a análise das cartas a questão da preservação suscitou um momento de diálogo. Sem dúvida que a preservação de documentos históricos é fulcral para uma análise futura sobre um passado mais longínquo ou mais recente. Desta forma, pretendemos transmitir aos nossos alunos a mensagem de que os suportes escritos, como cartas e postais, desde que sejam representativos de um momento familiar importante devem ser conservados, apesar de apresentarem um suporte muito frágil¹⁴².

¹⁴² LEAL, Maria J.; PEREIRA, Miriam – *Arquivo e Historiografia: Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, p.25

O facto de lhes termos proporcionado o contacto direto com as memórias fez com que pensassem na importância da preservação.

4.5 Quinta Sessão

A última sessão do clube teve uma particularidade interessante. Terminado o trabalho exaustivo de análise das cartas, os alunos, dando continuidade o seu trabalho em grupo, tiveram a possibilidade de fazer uma comparação entre as diversas cartas até então exploradas. Um dos objetivos do nosso estudo está centralizado no encontro de semelhanças ou diferenças de cada um dos parâmetros analisados:

- data e local de emissão;
- saudação;
- assunto;
- despedida.

No final deste momento, os alunos ficaram surpreendidos, pois concluíram que vários aspetos são idênticos entre cartas do mesmo período e cartas mais recentes como foi o caso das memórias dos seus familiares.

Alunos: Os parâmetros que analisamos são semelhantes em quase todas as cartas.

Investigadora: Muito bem. Qual é a temática que sobressai em todos os registos?

Alunos: A emigração.

Investigadora: Como podemos relacionar a emigração com os movimentos migratórios da população na época dos Descobrimentos?

Alunos: Na época dos descobrimentos os portugueses emigraram para o Brasil à procura de riquezas naturais. Provavelmente também queriam melhorar as condições de vida.

Investigadora: Muito bem! As novas terras descobertas trouxeram novas esperanças ao povo português que tinham a perspetiva de enriquecer. Tal como acontece com as pessoas que escreveram nestas cartas.

Alunos: O mesmo acontece nas memórias escritas...

É notória a comparação que os alunos concretizavam face aos conhecimentos adquiridos na sala de aula e no Clube de História. Destacamos, assim, a mobilização de aprendizagens históricas para a construção de um pensamento que se pretende crítico. À medida que os alunos concretizam esta tipologia de comparação sentem que a análise dos documentos os auxilia na compreensão da História, uma vez que tudo se encontra relacionado. Assim, tal como acontecera com estudos realizados anteriormente o ensino da História quando acompanhado pela análise de documentos históricos possibilita ao aluno a manipulação de dados, comparando-os, apreciando-os e formulando hipóteses¹⁴³ que funcionaram como uma comparação com os conteúdos preconizados pelo currículo.

No que respeita ao parâmetro data e local de emissão, os alunos concluíram que todas as cartas provenientes do trabalho desenvolvido no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo foram escritas no continente Americano, com especial incidência na ex-colónia portuguesa - o Brasil. A data de emissão contempla os anos de 1914-1915 e 1917-1918. Estabelecendo uma comparação entre as cartas com as memórias familiares dos alunos, concluímos que apesar de o destinatário estar e permanecer em Portugal tinha o desejo de viajar para o Brasil. A utilização da carta como meio de comunicação possibilitou aos alunos concluir que quem embarcou tem a intenção de reforçar os laços familiares e de completar o seu núcleo familiar na nova terra¹⁴⁴.

O parâmetro saudação merece uma atenção especial, uma vez que apesar de terem sido analisadas tantas cartas é possível verificar que o modo como o remetente saudava o destinatário é idêntico em várias cartas. Vejamos as conclusões dos alunos:

¹⁴³ MOREIRA, Maria – *As Fontes Históricas propostas no Manual*, o.c., p. 43

¹⁴⁴ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. o.c., p.

Aspetos idênticos	Aspetos distintos
<p>Minha querida esposa Querida esposa Estimo que estejas de boa saúde e louva a Deus. Estimo que tenhas saú- de e louva a Deus. Estimo que estejas de perfeita feliz saúde e louva a Deus. Minha querida esposa do coração. Minha querida</p>	<p>Minha querida mãe Querida esposa saúde e felicidade é o coração que desejo. Recebi a tua carta que eu estimo ver tudo o que me dizes</p>

Na nossa opinião penso que estas saudações eram úteis para as cartas que as pessoas escrevem.

Figura 16 - Registo de comparação, Saudação

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

Aspetos idênticos	Aspetos distintos
<p>“Minha querida esposa” “Querida esposa” “Estimo que tenhas saúde e louva a Deus” “Estimo que estejas de perfeita e feliz saúde e louva a Deus” “Minha querida esposa do coração. Minha querida”</p>	<p>“Minha querida mãe” “Querida esposa saúde e felicidade é o coração que desejo” “Recebi a tua carta que eu estimo ver tudo o que me dizes”</p>

“Na nossa opinião estas saudações eram úteis nas cartas para as pessoas que escreveram.”

Tabela 11 - Transcrição do registo de comparação, Saudação

A saudação é uma referência muito importante em qualquer carta, uma vez que permite ao investigador compreender qual o tipo de relação que se estabelece entre o remetente e o destinatário. Cada indivíduo que escreveu cada uma destas cartas tinha uma grande cumplicidade com o remetente, por isso recorriam a um tratamento mais

carinhoso. Não podemos deixar de referir que muitas destas cartas foram escritas por maridos afastados da família, por isso davam bastante valor à “transmissão de gestos de ternura e carinho”¹⁴⁵, com o intuito de assegurar em terras portuguesas o que consideravam ser seu. Quando analisamos neste quadro os aspetos idênticos, ou seja, elementos que são referenciados em várias cartas, há um apreço significativo para com o destinatário. Denota-se o facto de ser uma carta familiar, especialmente para as esposas, daí o carinho apresentado. Uma vez mais, há uma referência a Deus considerado com um guia de todo o percurso da família. Vejamos nos aspetos distintos, que há apenas uma carta que se destina à mãe. Contudo, de uma forma geral há uma grande preocupação para com o destinatário desejando sempre saúde, pois nesta altura a falta de cuidados médicos fazia com que as mortes fossem uma constante. Ao compararmos este parâmetro com as memórias familiares dos alunos apercebemo-nos que segue o mesmo tipo de apreço e preocupação entre o remetente e o destinatário, afinal falamos de famílias.

Quando lemos um documento histórico, independentemente da tipologia que apresente, tem sempre um assunto implícito. À medida que os alunos iam analisando as cartas aperceberam-se de algo surpreendente. Ora vejamos:

Aspetos idênticos	Aspetos distintos
Viagem Convite Saudades	Desejar Saúde Cuidados Paternais

Figura 17 - Registo de comparação, Assunto

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

Aspetos idênticos	Aspetos distintos
“Viagem” “Convites” “Saudades”	“Desejar Saúde” “Cuidados Paternais”

Tabela 12 - Transcrição do registo de comparação, Assunto

¹⁴⁵ IDEM, p.71

Temos vindo a enunciar que esta investigação se sustenta em documentos históricos que retratam uma época emigratória da população portuguesa. Assim, a viagem é um assunto transversal a todas as cartas cuja preocupação é evidenciada por parte do destinatário para que a preparação da viagem corra conforme o combinado¹⁴⁶. De um modo geral, o homem pedia à esposa para ingressar numa viagem que fosse ao seu encontro, por isso estes documentos são muitas vezes designados de “cartas de chamada”¹⁴⁷ onde o emigrante convidava toda a família para ir para a sua companhia. Como complemento do assunto da viagem verificamos que era frequente a referência a convites e à saudade. As famílias estavam afastadas durante anos para alcançar melhores condições de vida, vendendo todos os seus bens para comprar o ingresso da viagem de barco. Os elementos que não são referenciados em todas as cartas, mas que não deixam de ter a sua preponderância para este estudo encontram-se uma vez mais relacionados com preocupações paternas para com os filhos que estão afastados dos pais e o facto de a saúde ser algo que está inerente a qualquer inquietação paternal. Podemos concluir que 95% das cartas analisadas tinham como assunto a emigração (viagem) e a preocupação para com a família desejando incessantemente tê-los consigo naquele lugar que consideravam uma oportunidade única que em Portugal era impensável. Quando analisamos as memórias familiares escritas verificamos que em duas delas se fala da viagem de alguém que pretende partir de Portugal para outro local, tendo em vista uma vida melhor.

As cartas da emigração demonstram o contacto satisfatório do destinatário em manter proximidade com a família e amigos, partilhando cumplicidades, ideias, novidades, estados de saúde e transmitindo os seus cumprimentos aos seus entes queridos¹⁴⁸. Para além disto, a emigração era encarada como um “cenário idílico e próximo do paraíso”¹⁴⁹, muito melhor do que Portugal ou qualquer outra terra.

Centremo-nos no último parâmetro analisado, mas não menos preponderante que os restantes, a despedida. O modo como nos despedidos de alguém à semelhança do que acontece com a saudação permite-nos concluir a relação existente entre o remetente e o destinatário. A despedida era encarada com um momento recheado de

¹⁴⁶ IDEM, p. 70

¹⁴⁷ IDEM, p. 127

¹⁴⁸ IDEM, *Ibidem*

¹⁴⁹ IDEM, p. 94

um sentimento profundo de quem estava num país longínquo e necessitava de recuperar o seu lar novamente¹⁵⁰. Vejamos o que os alunos analisaram:

Aspetos idênticos	Aspetos distintos
<p>Beijos e abraços Muitas saudades Adeus até qualquer dia</p>	<p>ps Não te chateo Adoro-te Amo-te m Porém fé em deus Eu sou quem sabes beijos aos meus gentis meninos.</p>

Figura 18 - Registo de comparação, Despedida

Passamos a transcrever o que o grupo escreveu:

Aspetos idênticos	Aspetos distintos
<p>“Beijos e abraços” “Muitas saudades” “Adeus e até qualquer dia”</p>	<p>“Não te chateio mais” “Adoro-te” “Amo-te” “Porém fé em deus” “Eu sou quem sabes” “Beijos aos meus gentis meninos”</p>

Tabela 13 - Transcrição do registo de comparação, Despedida

O modo de despedida entre familiares remete-nos para os beijos e os abraços que evidenciam ternura e intimidade, por isso em qualquer registo familiar essa despedida é especial, mesmo que seja numa carta. Quando estamos longe das pessoas

¹⁵⁰ IDEM, p. 95

de quem gostamos as saudades são o sentimento mais difícil de lidar, daí que a referência a esse sentimento seja uma constante. Consequentemente, a alusão à esperança de reunir a família, novamente, é inevitável. Estas são referências que em todas as cartas são evidenciadas constantemente. No entanto, é interessante verificar que em determinadas cartas há referência a sentimentos de amor e de amizade muito fortes, não sendo necessário evidenciar o grau de parentesco de quem escreve. Ao compararmos as despedidas apresentadas com as das memórias escritas podemos concluir que há o mesmo sentimento de carinho para com as pessoas que recebem a carta, são amigos ou familiares que requerem respeito e que merecem as atenções do remetente.

A construção destas conclusões e descobertas por parte dos alunos foram bastante interessantes, uma vez que conseguiram autonomamente construir o seu pensamento histórico face à importância dos documentos para o estudo da História, assim como à preponderância da sua preservação. O facto de se sentirem parte integrante na construção da aprendizagem em torno da História e Geografia de Portugal pode vir a ser um fator de mudança, positiva, na opinião que tinham sobre a disciplina.

É importante referir que a análise das cartas nunca pretendeu “dar voz a correspondências de grandes autores ou personagens, pelo contrário (...), gente desconhecida, homens que comunicavam com a família”¹⁵¹ que nos deixaram pequenas relíquias sobre as suas vivências e que do outro lado do Atlântico ajudaram a construir a História de Portugal como a conhecemos hoje. Nestas fontes históricas podemos analisar o ato da escrita, ainda que seja muito simples e ingressar na teia de relações familiares podendo determinar “um modo de ser e de estar na vida, uma cultura”¹⁵².

Alunos: Se as cartas não estivessem preservadas não conseguíamos fazer conclusões acerca da História de Portugal.

Os minutos finais desta sessão foram destinados a um registo escrito por todos os alunos em que evidenciavam o seu apreço relativamente à análise, preservação dos documentos históricos e à sua preponderância do ponto de vista histórico, decorridos

¹⁵¹ IDEM, p. 68

¹⁵² IDEM, p. 128

em todas as sessões do “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Para a sua concretização entregamos a cada aluno uma folha em branco, vejamos algumas das suas considerações.

Aluno A:

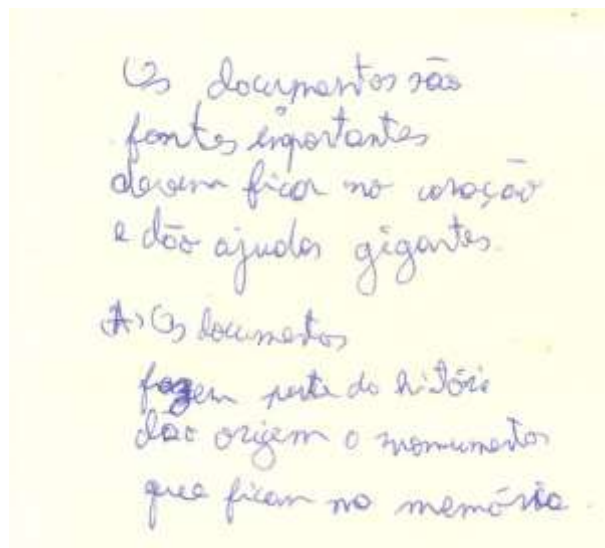


Figura 19 - Apreciação do Aluno A

Passamos a transcrever o que o aluno A escreveu:

“Os documentos são

Fontes importantes

Devem ficar no coração

E dão ajuda aos gigantes

Os documentos

Fazem parte da história

Dão origem a monumentos

Que ficam na memória.”

Quando questionamos o aluno A sobre o significado da sua apreciação escrita em verso, o aluno referiu que os documentos históricos podem ser memórias que ficam no nosso coração, principalmente as da nossa família. É notória a influência que os versos deste aluno têm sobre as aprendizagens concretizadas durante a participação no Clube de História. Uma palavra que consideramos pertinente foi “gigantes”, e quando perguntamos ao aluno qual o seu objetivo ao colocar ali a palavra ele referenciou que se referia aos historiadores portugueses.

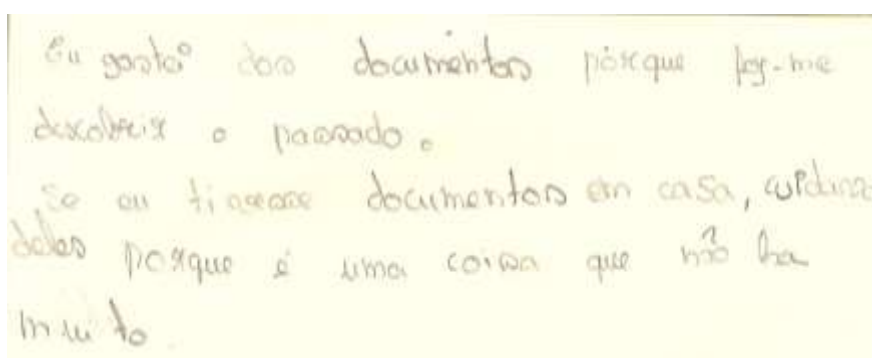
Aluno B:

Figura 20 - Apreciação do Aluno B

Passamos a transcrever o que o aluno B escreveu:

“Eu gostei dos documentos, porque fizeram-me descobrir o passado.

Se eu tivesse documentos em casa, cuidava deles, porque é uma coisa que não há muito.”

A apreciação deste aluno vai ao encontro da importância da preservação. Verifica-se que há um sentimento de sensibilidade que nos remete para o cuidado que se deve ter com documentos históricos. Para além disto, o aluno B conseguiu ter a perceção que os documentos históricos são raros, com especial atenção para as memórias familiares, por isso devemos preservá-las com o máximo de carinho.

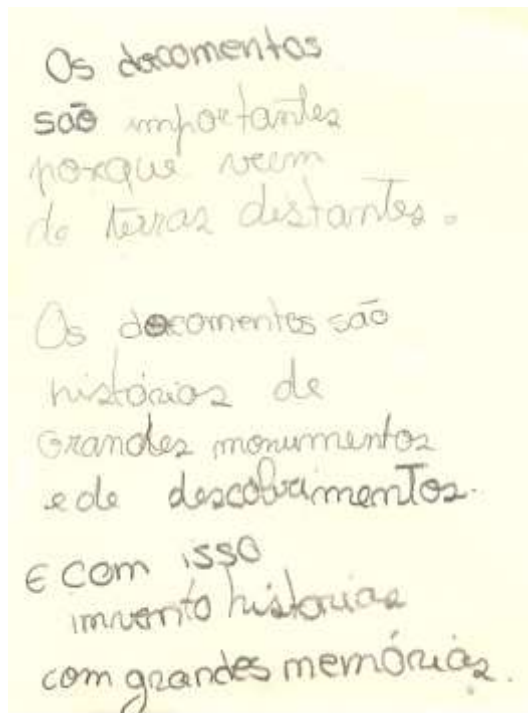
Aluno C:

Figura 21 - Apreciação do Aluno C

Passamos a transcrever o que o aluno C escreveu:

“Os documentos

São importantes

Por que vêm

De terras distantes.

Os documentos são

Histórias de

Grandes monumentos

E de descobrimentos

E com isso

Escrevo histórias

Com grandes memórias.”

O poema do aluno C resume com muita originalidade a aprendizagem efetuada face à pertinência do uso de documentos para a aprendizagem da História. Não lhe escapou nenhum pormenor, o facto de ter referido que os documentos vêm “de terras

distantes” remete-nos para a análise das cartas de emigração provenientes do AGC de Viana do Castelo. À semelhança do aluno A que compara os documentos a monumentos, mas refere a palavra “descobrimientos” que implica uma ligação direta com os conteúdos lecionados na disciplina de HGP. Os dois últimos versos do poema são um resumo das memórias familiares, uma vez que eles escreviam um momento da história da sua vida e foi assim que nos deixaram grandes memórias, que atualmente podemos estudar, percebendo melhor o nosso passado.

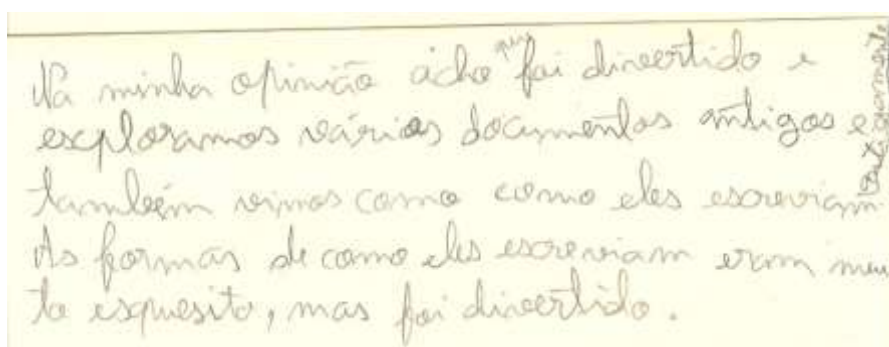
Aluno D:

Figura 22 - Apreciação do Aluno D

Passamos a transcrever o que o aluno D escreveu:

“Na minha opinião acho que foi divertido e exploramos vários documentos antigos e também vimos como eles escreviam antigamente. As formas como eles escreviam eram muito esquisitas, mas foi divertido.”

O comentário do aluno D centrou-se mais no ato da transcrição das memórias familiares. Vários foram os alunos que apreciaram o ato de transcrição devido ao contacto com diversas caligrafias e o modo como a língua portuguesa era na época.

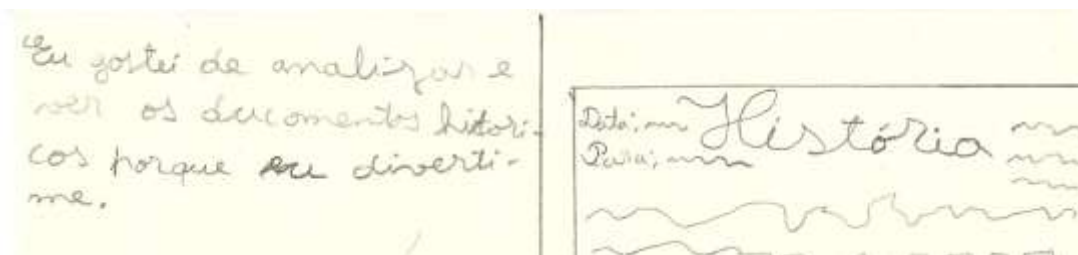
Aluno E:

Figura 23 - Apreciação do Aluno E

Passamos a transcrever o que o aluno E escreveu:

“Eu gostei de analisar e ver os documentos históricos, porque me diverti.”

O aluno E escreveu um comentário curto, mas que teve um significado enorme para nós. Apesar da construção do conhecimento histórico ser o aspeto fulcral na aprendizagem em HGP, não podemos deixar de parte as atividades com as quais os alunos possam desenvolver esse conhecimento. O facto de o aluno se ter divertido ao analisar os documentos históricos possibilita-nos analisar que o trabalho desenvolvido foi bem-sucedido, dado que se entusiasmou e motivou. Falamos, pois, de uma diversão com implicações positivas para a sua aprendizagem e para uma apreciação positiva face à disciplina.

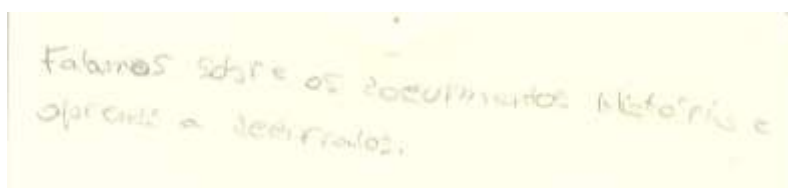
Aluno F:

Figura 24 -Apreciação do Aluno F

Passamos a transcrever o que o aluno F escreveu:

“Falamos sobre documentos históricos e aprendi a decifrá-los.”

Quando questionámos este aluno sobre o que considerava ser decifrar um documento, respondeu-nos que decifrar é analisar e formular conclusões sobre os relatos escritos. É interessante verificar que a análise em torno dos documentos resultou numa perceção dos seus relatos e da importância para a História. Decifrar implica interpretar e foi exatamente o que fizemos no nosso clube.

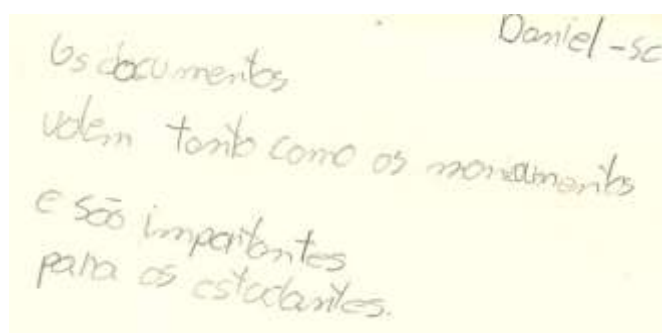
Aluno G:

Figura 25 - Apreciação do Aluno G

Passamos a transcrever o que o aluno G escreveu:

“Os documentos

Valem tanto como os monumentos

E são importantes

Para os estudantes.”

O aluno H elaborou uma quadra que nos remete para a importância dos documentos para os alunos. Em diálogo com o aluno verificamos que esta importância se encontra relacionada com o facto de o ajudar a compreender melhor a História e a sentir-se membro da mesma.

As palavras de cada aluno levam-nos a crer que os conhecimentos foram devidamente mobilizados entre o Clube de História e a sala de aula. Os comentários apresentados são muito interessantes e é gratificante verificar que os alunos, a partir da análise de documentos históricos, foram capazes de construir conhecimentos valorizando a sua importância para a compreensão da História e da sua preservação.

Ao fazermos um balanço das palavras escritas por todos os alunos, podemos constatar que três deles, o aluno A, o aluno C e o aluno G incluem nos seus poemas a importância dos documentos. Há, contudo, nos restantes comentários pormenores interessantes, nomeadamente os momentos de transcrição e de contacto com os documentos originais. Verificamos que conseguiram mobilizar conhecimentos ao longo de todo o processo o que torna o nosso trabalho mais enriquecedor e pertinente.

5. As Entrevistas

A recolha de dados para o presente estudo culminou com a realização de entrevistas a determinados alunos, com o intuito de usufruir de algumas respostas dos alunos para sustentar as conclusões deste relatório, dado que devem ser o mais rigorosas possíveis.

Concretizar entrevistas implica discorrer um pouco sobre a História oral. À semelhança da memória escrita, a cultura oral visa a preservação dos acontecimentos que são fruto da memorização do indivíduo quando possibilita a entrada da História na sua vida¹⁵³. Esta tipologia pode remeter para uma História contada de formas distintas, mas que apesar das várias adaptações a moral que se pretende transmitir é sempre idêntica em todas as versões. A História oral afirma a identidade de um povo, por isso à semelhança da memória escrita necessita de ser preservada, uma vez que faz parte do património cultural de um país. À medida que realizamos as entrevistas apercebemos que os alunos recorrerem a ela para evidenciar os seus conhecimentos resultantes da análise da memória escrita. Todo o tipo de memórias são um contributo essencial para a História, é através delas que podemos “investigar novas questões, formular novas hipóteses e chegar a novos resultados”¹⁵⁴.

Atualmente, a História Oral é cada vez mais aceite pelos historiadores. A invenção do gravador foi essencial para a atribuição desta importância, por isso nas

¹⁵³ ALVES, Elizeth – *Artes de dizer a Pedra Arrependida: Tradição Oral em Natividade*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Letras – Literatura e Crítica Literária, 2011, p. 102 [consultado em 22-01-2015] Disponível na Internet:

http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1069

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Luísa – *A História Oral em Portugal*. Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa: Maria D. Guerreiro, n.º 63, 2010, p. 152 [consultado em 22-01-2015] Disponível na Internet:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf>

entrevistas aos alunos recorreremos a esta metodologia. O registo áudio e/ou vídeo fez com que a História Oral possibilitasse o reconhecimento da pessoa comum como um objeto de análise interessante e construtivo, bem como possibilitou o recurso a abertura de novos campos históricos que abarquem a História do Quotidiano¹⁵⁵.

No momento em que nos propusemos a concretizar entrevistas pensamos que o nosso trabalho enquanto professores/investigadores não se reduz ao domínio cognitivo apenas. É claro que as entrevistas funcionaram como um meio de perceber se o pensamento dos alunos face à problemática estudada se tinha alterado ou estagnado. Perante esta situação, o nosso papel ultrapassou a cognição e encaramos um novo papel de facilitador da aprendizagem, aplicando uma pedagogia eficaz, que através do trabalho de grupo verifique quais as aprendizagens dos alunos, nunca deixando de parte o seu equilíbrio psicológico e afetivo¹⁵⁶. Para além disto, interrogamo-nos sobre o sentido e a pertinência desta decisão em matéria educativa e chegamos à conclusão que esta metodologia seria a mais adequada para findar a análise de dados. Neste sentido, durante a realização das entrevistas procuramos criar um ambiente de descontração para que os alunos não sentissem qualquer tipo de pressão durante a colocação das questões, assim como aquando das suas respostas.

As entrevistas foram realizadas após a última sessão do momento “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. O facto de terem sido concretizadas num horário distinto ao do clube fez com que tivéssemos de seleccionar oito alunos para responderem a determinadas questões que são fulcrais para este estudo. Cada entrevista foi concretizada com dois alunos em simultâneo para facilitar o processo e para evitar que os alunos se sentissem intimados, uma vez que pretendíamos respostas consistentes e sinceras.

Passamos, então, à análise de cada uma das entrevistas. Esta análise segue uma metodologia de estudo em que é apresentada cada pergunta individualmente seguida, da análise das respostas dos alunos à mesma para que sejam formular algumas conjecturas.

¹⁵⁵ BARROS, José – *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*, o.c., p. 63

¹⁵⁶ NÓVOA, António – *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 2.ª ed. 1995, p. 100

A primeira questão colocada aos alunos é aquele pela qual se iniciou toda esta investigação - “O que é um documento histórico?”. As repostas dos alunos foram variadas, passamos a transcrevê-las:

Aluno A: Um documento histórico que já foi escrito há muitos anos.

Aluno B: É antigo.

Aluno C: É algo antigo.

Aluno E: Um documento histórico pode ser uma carta endereçada a qualquer pessoa e não apenas a um rei.

Aluno F: É um documento que já foi escrito há muitos anos.

Aluno G: São recordações de um momento da História.

Aluno H: É uma carta.

Aluno G: Cartas que podem ser familiares.

Ao analisarmos as respostas dos alunos verificamos que ao contrário dos resultados que obtivemos durante o inquérito por questionário, em que grande parte dos inquiridos consideravam que um documento histórico se referia apenas a uma carta a um rei. Embora alguns inquiridos já tivessem considerado que um documento histórico pode ser uma carta/postal antigo. Colocando uma vez mais esta questão, a hipótese de um documento histórico ser apenas uma carta a um rei é esquecida e passamos a ter respostas mais consistentes, nomeadamente, a resposta do aluno G quando enuncia que um documento histórico “*São recordações de um momento da História*”. É interessante verificar que ao longo das atividades do Clube de História os alunos conseguiram construir o seu pensamento histórico adotando um conceito mais alargado. O facto de considerarem que as memórias escritas podem ser utilizadas como documentos históricos, pois fazem parte de uma história familiar que foi em determinadas situações preponderante para a construção da História de Portugal, tal como a conhecemos, atualmente.

Em seguimento desta questão, julgamos que seria interessante questionar os alunos com a seguinte interrogação – “Um documento histórico tem como destinatário único o rei?”. Passamos a transcrever as respostas dos alunos:

Aluno A e B: Não.

Aluno B: Pode ser uma carta em que os casais comunicavam. São correspondências entre familiares.

Aluno D: Podem ser um meio de comunicação entre familiares.

Aluno E e F: Um documento histórico representa um momento importante da História.

Aluno G e H: Não.

Como verificamos anteriormente, os alunos conseguiram perspetivar novas formas de encarar um documento histórico, colocando de parte todos os pressupostos em que um documento histórico é um documento real. Os documentos são escritos de pessoas para pessoas, independentemente do grupo social em que se insere. É uma escrita de compromissos entre quem viajou para terras de Vera Cruz e para quem permaneceu em casa¹⁵⁷.

Quando questionados – “Ao longo das sessões do Clube de História o que sentiram quando contactavam com os documentos?” – os alunos responderam de formas distintas. Passamos a transcrever as suas respostas:

Aluno B: Foi divertido. Gostei muito dos momentos de transcrição das cartas.

Aluno A: Gostei, mas nem sempre foi fácil perceber a caligrafia do remetente.

Aluno D: Ao longo das sessões o meu gosto pela disciplina de História e Geografia de Portugal aumentou. Gostei mais dos conteúdos e tivemos a oportunidade de explorar cartas.

Aluno C: Eu também comecei a gostar mais da disciplina.

Aluno E e F: Gostamos muito, nunca tínhamos contactado com documentos.

Aluno F: Foi como se a nossa família fizesse parte da História de Portugal.

Aluno G: Parecia que entramos na História do passado português, porque a nossa família esteve lá.

No momento em que informamos os alunos que ao longo do Clube de História as atividades eram sustentadas na análise de documentos históricos, apuramos que não

¹⁵⁷ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. o.c., p. 191

estavam devidamente confortáveis com esta situação. Foram escassas as vezes que os documentos foram analisados junto da turma, por isso é que os alunos E e F referiram que não tiveram contacto com os documentos. De uma forma geral, todos os alunos gostaram de participar nas sessões do Clube de História, algo que nos deixou bastante satisfeitos, este novo apreço face pela disciplina. Importa referir, que nenhum aluno obteve nota negativa na ficha de avaliação, por nós aplicada. De notar que a atitude na sala de aula se modificou aquando da apresentação de um documento histórico. Os alunos ficaram mais interessados, motivados e recetivos à História. Como já referimos quando a aprendizagem tem significado para os alunos, estes envolvem-se e interessam-se mais pelos conteúdos. Daí que seja essencial transportar para o ambiente escolar novas atividades que assentem num “processo progressivo de inferência sobre o passado, a partir das suas fontes”¹⁵⁸.

Pensamos que o resultado disto se encontra relacionado com a análise das memórias familiares escritas. Para os alunos as pessoas importantes são as da sua família.

Com esta investigação visamos, sempre, que o contacto com fontes históricas preconizasse uma melhoria da compreensão histórica, neste sentido surgiu a questão – “Serão os documentos familiares importantes para a compreensão da História e Geografia de Portugal?”. Ora vejamos o que os alunos responderam. Passamos a transcrever:

Aluno A: Sim, pois temos o contacto com documentos que retratam a sociedade de uma determinada época.

Aluno B: Permitem-nos conhecer um pouco mais determinados acontecimentos, bem como o local para o qual os portugueses tinham emigrado.

Aluno C: Sim.

Aluno D: Sim, pois podemos conhecer melhor os costumes familiares e contactar com diferentes tipos de caligrafia.

Aluno E e F: Sim.

¹⁵⁸ BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6.º ano de escolaridade*, o.c., p. 256

Aluno H: Sim, porque nos possibilitam saber mais sobre situações ocorridas no passado e compará-las com o presente.

Aluno G: Podemos encontrar informações importantes sobre a História e Geografia de Portugal, que não vêm no manual escolar.

Quando colocamos esta questão no inquérito por questionário ficamos surpreendidos pelo facto de os alunos terem considerado que ao analisarmos documentos históricos podemos encontrar semelhanças entre o passado e o presente. Agora quando lemos as respostas à mesma questão verificamos que alguns alunos mantêm essa ideia o que é ótimo, assim como o facto de considerarem que as informações que retiramos das cartas podem ser tão importantes para a compreensão da História como as do manual escolar. É interessante apurar que consideram que através da análise de documentos conhecemos mais sobre uma determinada época e os acontecimentos que a marcaram. Não podemos deixar de referir que o contacto com diferentes tipos de caligrafia entusiasmou bastante os alunos. Confirmamos que ao contrário do que aconteceu no inquérito por questionário os alunos interrogados deixaram de referir que os documentos possibilitam o conhecimento de personalidades históricas importantes, com especial inclinação para a realeza. Aperceberam-se, sim, que cada um quer o remetente quer o destinatário são igualmente importantes independentemente o seu estatuto na sociedade.

A questão seguinte encontra-se relacionada com uma premissa essencial para quem trabalha com documentos históricos – “Consideram importante preservar os documentos históricos familiares e as suas memórias?”. Passamos a transcrever as respostas dos alunos:

Aluno A: Sim, dado que possibilita uma leitura mais fluída do que está escrito, facilitando a sua compreensão.

Aluno B: Eu considero importante também, porque podemos analisar a tipologia de papel utilizada. A preservação possibilita que façamos comparações.

Aluno D: É importante porque esses documentos são únicos, não há outro igual e podem ser muito úteis para a compreensão de um determinado período da História.

Aluno C: Devemos ter cuidado com o modo como tratamos os documentos para que não se estraguem.

Aluno E: Devem claro. Através da sua análise ficamos a conhecer melhor a nossa família.

Aluno F: É importante, pois assim temos contacto com descrições do passado histórico.

Aluno G: É importante preservar os documentos para que um dia quando formos mais velhos possamos voltar a ler e analisar a História de forma diferente.

Aluno H: Se não preservamos os documentos estamos a deitar recordações ao lixo e a perdê-las para sempre e não haverá um registo igual novamente.

A primeira vez que interrogamos os alunos sobre o facto da preservação de documentos históricos serem importantes verificamos que todos responderam que sim, mas que nenhum aluno conseguiu explicar devidamente o motivo. Quando tornamos a questioná-los com a mesma questão obtivemos respostas que no nosso ponto de vista são o resultado de um trabalho bem conseguido. Quando lemos as respostas aqui apresentadas torna-se evidente que consideraram o facto de o documento, quer ele seja uma carta ou uma memória familiar, ser um documento único e como tal deve ser preservado para que no futuro possa ser alvo de análise. Só quando são salvaguardados é que os historiados podem fazer um estudo intensivo sobre a realidade retratada. É estimulante averiguar que os documentos históricos são recordações e as recordações não podem ser deitadas ao lixo, são importantes para a família e para a História. Desta forma, podemos concluir que os alunos, no término das sessões do Clube de História, ficaram um pouco mais sensibilizados com a importância da preservação de um documento que será uma interpretação do passado, útil para a compreensão do presente e do futuro.

A última questão da entrevista encontra-se relacionada com uma apreciação dos alunos face à participação no “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”. Passamos a transcrever as respostas dos alunos:

Aluno A: Adorei.

Aluno B: Sim.

Aluno C e D: Sim.

Aluno E: Sim.

Aluno F: Eu gostei especialmente de analisar o assunto de cada uma das cartas.

Aluno G: Eu gostei muito do processo de leitura e da transcrição dos documentos familiares.

Aluno H: A atividade que eu mais gostei de realizar no Clube de História foi a transcrição das cartas, em que pudemos ver os diferentes tipos de caligrafia e o papel que eles utilizavam para escrever as suas memórias.

Investigadora: Muito obrigada pela vossa participação.

Como resposta a esta questão foi visível que os alunos apreciaram a participação no Clube de História. Pretendíamos que as suas repostas fossem sinceras e pensamos que o conseguimos. À medida que as atividades foram realizadas verificamos que o gosto dos alunos incidiu mais na atividade de transcrição das cartas das memórias familiares. Algo que suscitou a nossa atenção encontra-se relacionado com os alunos terem referido que gostaram de analisar o assunto de cada carta, dado que se pretendia que se apercebessem que a emigração (viagem) é o assunto primordial entre o remetente e o destinatário.

É muito positivo verificar que, pelas respostas dos alunos, as sessões do clube foram interessantes, motivantes e recheadas de conhecimento. Foi um momento bem aproveitado no qual os alunos foram intervenientes ativos, criaram e construíram conhecimento histórico, que foi repercutido nas suas atitudes para com a História dentro e fora da sala de aula.

6. Palestra – Clube de História “Fontes Históricas e Memórias”

No momento em que o nosso trio pedagógico terminou a lecionação nas áreas disciplinares que lhe dizia respeito, sendo que a nossa era História e Geografia de Portugal, consideramos que seria interessante apresentar aos EE o trabalho que desenvolvemos no âmbito das nossas investigações com os seus educandos. O professor Cooperante de HGP considerou que este momento de partilha era de extrema importância para aproximar os pais da escola.

Para além disto, por sugestão do Professor Doutor Henrique Rodrigues, esta palestra era primordial para podermos agradecer pessoalmente aos EE pelo facto de terem disponibilizado as suas memórias escritas que sustentam este relatório.

Numa fase inicial elaboramos uma informação para os Encarregados de Educação, dando conta da ocorrência da atividade, que fora aprovada pela Direção da Escola e pela Direção de Turma.

A palestra ocorreu no dia 11 de junho do ano passado na biblioteca da escola e teve a duração de cerca de sessenta minutos. Ao longo da palestra cada elemento do trio interveio apresentando o trabalho que havia desenvolvido. Quando chegou ao momento de apresentar as tarefas no âmbito do Clube de História – “Fontes Históricas e Memórias”, procuramos explicar aos pais que o objetivo ao longo de toda a investigação era sensibilizar os alunos para a importância dos documentos históricos e para a sua preservação. Consequentemente, fomos elucidando os EE de que as atividades desenvolvidas tiveram como espaços de excelência a sala de aula e o clube de história, sendo que no primeiro apenas foi considerada uma aula para a exploração da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I. No momento em que nos centramos na exploração das cartas de emigração e das memórias familiares, no âmbito do Clube de História, foi apresentado todo o processo de análise a que os seus educandos foram sujeitos. Para tal, elaborámos um painel interativo com as viagens das cartas, tendo em vista um regresso ao passado migratório de Portugal, tendo com principal destino o Brasil.

No final agradecemos de todo o coração a disponibilidade dos EE por terem confiado em nós as suas memórias escritas que foram essenciais para esta investigação, bem como pela sua presença. Um especial obrigado foi deixado aos alunos, pois sem eles nada disto teria sido possível. E ainda, gratulámos todos os professores que acompanharam a turma e que prestaram toda a sua assistência ao longo do processo, com especial atenção para o Professor Cooperante.

Em jeito de balanço, o Professor Cooperante e a Direção de Turma, numa avaliação oral de carácter informal, transmitiram a sua satisfação, considerando que este tipo de atividades aproximam os pais da escola contribuindo para o bem-estar dos alunos. Desta forma, é primordial que todos os sistemas ecológicos em que a criança se

desenvolve sejam o resultado de interações complexas¹⁵⁹, de modo a contribuir para um futuro melhor das nossas crianças e conseqüentemente para o de toda a comunidade.

7. Conclusão

Este capítulo não poderia terminar sem tecer algumas considerações sobre o modo como o estudo foi desenvolvido junto da turma. Em vários momentos da investigação procedemos a avaliações que visavam verificar se a implementação das atividades e os materiais selecionados para as mesmas eram adequados aos alunos em investigação, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão histórica. Os métodos de recolha de dados, para além do inquérito por investigação e das entrevistas semiestruturadas, basearam-se, sobretudo, na observação direta da investigadora. No final das sessões do “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” concretizávamos um diário de bordo, com o objetivo de registar o processo de desenvolvimento dos alunos, bem como as dificuldades sentidas pelos mesmos e as conclusões que iam formulando durante a análise das fontes históricas.

Consideramos que a metodologia escolhida foi uma mais-valia para a aprendizagem dos alunos ao nível do pensamento histórico, ou seja, no desenvolvimento da perceção de que as fontes históricas são um contributo importante para a sua compreensão, ao passo que a sua preservação é uma premissa para que a sua análise possa ser concretizada. Os resultados que fomos registando possibilitaram-nos verificar que os alunos modificaram a sua atitude face à importância das fontes históricas, sendo que esse era um dos nossos objetivos. Pretendíamos que a estrutura cognitiva do aluno se desenvolvesse em torno da importância das fontes, de forma a perspetivar que estas são representações de uma sociedade passada, que demonstram o que pensavam ou sentiam. Por isso, o aluno deve ser “capaz de fazer diferenciações, abstrações que o permitam fazer a leitura das distintas temporalidades”¹⁶⁰ a que cada fonte o pode submeter.

¹⁵⁹ TAVARES, José – *Dimensão pessoal e interpessoal na formação*. Aveiro: Cadernos Cidine, 1992, p. 52

¹⁶⁰ XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico, a canção como mediador*, o.c., p. 1111

Pudemos constatar que de uma forma geral, os alunos conseguem através da oralidade expressar melhor as suas ideias ao nível da compreensão histórica do que por escrito. Por isso, decidimos desde de início que durante as aulas e as sessões do clube os alunos seriam os principais intervenientes. Para tal, as situações de diálogo foram constantes, daí que muitas das conclusões formuladas pelos alunos ocorressem durante estes momentos de partilha de ideias e opiniões. Foi surpreendente ouvir certas respostas dos alunos, pois demonstravam efetivamente uma construção da aprendizagem em torno da História.

A concretização de uma investigação que assente nestes pressupostos exige do investigador uma rigorosa e criteriosa seleção das atividades e das fontes históricas a utilizar. A verdade é que algo que nos condicionou bastante foi o fator tempo. O facto de as sessões do Clube de História serem apenas de quarenta e cinco minutos condicionou o desenvolvimento de certas tarefas. Preocupamo-nos, sempre, em que essas tivessem repercussões na aprendizagem dos alunos, por isso optamos por reduzir o seu número e concretizamos aquelas que se revelariam mais pertinentes para o desenvolvimento do pensamento histórico e para a investigação. Desta forma, apostamos sempre em situações que promovessem o conhecimento e a compreensão histórica em torno da análise de fontes históricas.

Os resultados deste estudo não são passíveis de serem generalizados, uma vez que pretendíamos conhecer quais as conceções dos alunos sobre as fontes históricas e de que forma se alteraram no final da concretização de todo o processo. A implementação de várias estratégias e o recurso a fontes históricas variadas, planificadas e escolhidas criteriosamente, possibilitaram o desenvolvimento de um pensamento histórico que se pretende crítico e rigoroso. Desta forma, pretendemos que os nossos alunos percebam qual a importância destes documentos para a compreensão histórica e a pertinência da sua preservação para a concretização dos mais variados estudos.

Terminamos esta conclusão com uma frase de March Bloch que resume a pertinência das fontes históricas para a História, “tudo o que o homem diz ou escreve,

tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”¹⁶¹, e por isso pode ser passível de investigação como a que concretizamos.

¹⁶¹ BLOCH, Marc – *Introdução à História, o.c.*, p. 18

Capítulo IV

Conclusões Finais

“A História sempre exerceu sobre os homens um irresistível fascínio.”¹⁶²

1. Nota Introdutória

Neste capítulo procuramos dar respostas às cinco questões fundamentais desta investigação. Só se pode dar por terminado um trabalho de investigação quando as suas respostas orientadoras são devidamente esclarecidas, pois são o que nos permitem desenvolver todo o processo.

As respostas que apresentamos encontram-se devidamente fundamentadas e vão ao encontro da análise de dados concretizada.

O capítulo culmina com uma pequena reflexão acerca das limitações do relatório, conjugada com algumas sugestões de futuras investigações no âmbito da temática desta investigação.

2. Conclusões do estudo

Durante a regência no segundo ciclo do Ensino Básico desenvolvemos um estudo cujo principal objetivo era compreender qual a importância que os alunos atribuem às fontes históricas e memórias na construção e compreensão do conhecimento histórico e à sua preservação, atendendo a uma perspetiva de sensibilização em torno destes dois parâmetros. Tendo em consideração o objetivo subjacente ao estudo, as questões orientadoras delineadas, a literatura revista e análise dos dados contribuíram para a construção de algumas conclusões. Assim, na perspetiva de que este capítulo pretende ser objetivo, procuramos ser diretos nas respostas a cada questão orientadora da investigação.

Estimular o gosto pela História deve ser o pressuposto de todo o professor. Uma aula de História em que os alunos absorvem apenas as conclusões condicionam o

¹⁶² MATTOSO, José – *A Escrita da História – Teoria e métodos*. Imprensa Universitária, n.º 67. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 19

pensamento crítico histórico do aluno¹⁶³. Por isso, é crucial incluir na sala de aula uma multiplicidade de recursos que tornem as aulas mais interessantes, motivadoras, criativas e apelativas. Quando falamos de recursos temos, evidentemente, que enunciar a quantidade de fontes históricas que se encontram disponíveis em arquivos e bibliotecas ou nos repositórios na Internet.

Para grande parte dos conteúdos históricos, são várias as fontes a que o professor de História pode recorrer para planificar as suas atividades letivas. Muitas dessas fontes podem ser memórias familiares que o professor ou um historiador teve oportunidade de estudar e verificado que são pertinentes para a compreensão de um determinado tema, com o intuito de aproximar os alunos do ensino e da História. O importante é que cada fonte seja cuidadosamente selecionada e que vão ao encontro das dúvidas que os estudantes possam apresentar durante a sua análise, para que a informação não seja excessiva¹⁶⁴.

No inquérito que aplicamos, perguntávamos aos alunos, o que consideravam ser um documento histórico, sendo que 44,4 % responderam ser uma carta régia, enquanto 27,8% selecionaram a opção carta/postal e os restantes 27,8 % consideraram ambas as opções. Nas entrevistas todos os inquiridos deixaram de parte a opção de um documento histórico ser uma exclusividade do rei e enunciam que podem ser cartas/postais antigos, considerando-os como recordações de um passado histórico. Confrontando os dados percebemos que os resultados são coerentes, dado que numa primeira fase estavam desprovidos da realização de qualquer atividade, os alunos assumiram que um documento histórico correspondia de alguma forma a uma carta de foral, fruto das escassas leituras no manual escolar. As respostas obtidas na entrevista possibilitam verificar que houve uma construção do pensamento histórico alargando a conceção de documento histórico. Ainda nesta vertente, indagamos sobre a importância dos documentos históricos para a compreensão da HGP. Os alunos optaram pela seleção de várias opções sendo que as mais significativas encontram-se relacionadas com o conhecimento de personagens da História importantes e o encontro de semelhanças

¹⁶³ BARTON, Keith – *Ideias das crianças acerca da mudança através dos tempos: Resultados de investigações nos Estados Unidos e na Irlanda do Norte*. Atas das I Jornadas Internacionais da Educação Histórica. Braga: CEEP, Universidade do Minho, 2001, p. 55-68

¹⁶⁴ BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *De pequenino se aprende a pensar – formar opinião da aula de História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2000, p. 27

entre o passado e o futuro. A escolha da última opção deixou-nos bastante surpreendidos. No entanto, quando entrevistados foram sujeitos, novamente, a esta questão e verificamos que os estudantes mantêm as suas ideias. E ainda, começaram a refletir sobre a importância da população para a construção da História, compreendendo que esta não se constrói apenas com personalidades socialmente destacadas. Independentemente, da figura que se esconde por trás do remetente e do destinatário o importante são os ritmos da comunicação repletos de “carência de afetos, (...) tempo dedicado à família, as saudades”¹⁶⁵.

No momento em que implementamos os questionários verificamos que todos os inquiridos já se haviam familiarizado com documentos históricos na escola, contudo, apenas uma aluna tinha tido a oportunidade de contactar com estas relíquias históricas num arquivo.

Ao longo das atividades do “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias” e, posteriormente, nas entrevistas verificou-se que os alunos apreciaram o contacto com dos documentos históricos, evidenciando um crescente gosto pela disciplina de História e Geografia de Portugal. Denotou-se que os estudantes modificaram a sua atitude face à História, mostrando-se mais motivados e recetivos, provavelmente, fruto da análise das memórias familiares escritas, dado que chegaram a enunciar “(...) *entramos na História do passado português*”. Desta forma, os alunos sentiram-se parte integrante da História do passado que lhes facilita a compreensão da História do presente, pois a História não se concretiza pela comemoração do passado, mas sim pela interpretação do presente¹⁶⁶.

No que toca à atitude que os alunos tiveram quando manusearam documentos sobre a História da família os resultados revelaram-se bastante interessantes. Na aplicação do inquérito a questão que colocamos em torno dos documentos sobre o espaço doméstico assentou no facto de possuírem cartas escritas nos arquivos das suas famílias e obtivemos sim como resposta. Posteriormente, durante as entrevistas pretendíamos saber de que forma é que os alunos encaram o estudo em torno dessas memórias. Importa salientar que a partir do momento em que os alunos iniciaram a

¹⁶⁵ RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra, o.c.*, p. 67

¹⁶⁶ MATTOSO, José – *A Escrita da História – Teoria e métodos, o.c.*, p. 22

análise dos documentos familiares as suas atitudes modificaram, no sentido da atenção e curiosidade sobre o passado da sua família. Se no começo desta investigação os alunos não compreenderam bem o motivo pelo qual utilizaríamos memórias familiares para compreender a História, no final deste processo os resultados foram bem distintos. Assim, os alunos para além de terem gostado de contactar com fontes existentes no lar, também conseguiram perspetivar o modo como estas são preponderantes para a compreensão da HGP.

Tendo em consideração as declarações dos estudantes inferimos que a partir das memórias familiares podemos extrair informação sobre uma sociedade de uma determinada época, representam uma série de acontecimentos como a emigração, no âmbito deste estudo, que são passíveis de comparar com o presente, e ainda, contêm informações que vão além daquelas que o manual escolar contempla. Podemos concluir que os alunos apreenderam qual a importância da exploração de memórias escritas, fruto de um arquivo familiar, visto que o seu conteúdo é repleto de informação relevante para a compreensão da História onde explicita a “existência do Homem no tempo”¹⁶⁷.

Ao longo da investigação referimos, em vários momentos, que falar de fontes históricas implica a ação de preservar. Sensibilizar um público-alvo requer a transmissão de uma mensagem direta e com uma intuição bem definida, tal como a preservação das fontes históricas. Em todas as sessões do Clube de História dialogamos com os alunos sobre a importância da conservação e verificamos que houve uma mudança de postura face a esta problemática. No entanto, devemos sublinhar que o momento que sensibilizou mais os alunos ocorreu aquando da análise das memórias familiares, uma vez que contactaram diretamente com documentos autênticos e aperceberam-se quão frágeis as folhas são, e bastando um pequeno descuido para se estragarem e, desta forma, perdermos o seu conteúdo. Os alunos nas entrevistas referiram que a preservação de um determinado documento possibilita a compreensão de um determinado período da História. Enunciaram, também, que os documentos são únicos e o seu conteúdo está carregado de recordações que não devem ser descartadas, porque “*não haverá um registo igual novamente*”. As conclusões evidenciadas pelos

¹⁶⁷ IDEM, p. 17

estudantes e o modo como encararam este quesito da preservação no seu quotidiano fez com que pensassem de forma diferente face às memórias escritas familiares indicando que a sua conservação é de extrema importância para a perceção da nossa História. Preservar a memória é um ato facilitador, tal como, o seu livre acesso em qualquer momento e qualquer lugar¹⁶⁸.

Elaborar uma investigação como a que apresentamos não seria possível sem o trabalho que desenvolvemos na licenciatura no AGC de Viana do Castelo. O arquivo é o lugar por excelência de onde fluem as principais artérias da História. Contactar com fontes privadas possibilitou-nos entrar no mundo íntimo de cada família e perceber de que forma cada uma dessas famílias se interligavam no tempo e no espaço histórico. Por sua vez, transpor para o processo de ensino-aprendizagem estas fontes históricas foi, neste estudo, uma mais-valia para a aprendizagem dos alunos. À medida que cada leitor concretizava a análise das cartas de emigração sentiam uma aproximação à História e compreendiam a mensagem que o remetente pretendia transmitir, mensagem esta que os auxiliou a compreender os movimentos migratórios do início do século XX para Terras de Vera Cruz.

A obtenção destas respostas fazem-nos acreditar que as práticas implementadas foram bem-sucedidas. As deduções que apresentamos estão sustentadas nos diálogos que mantivemos durante as sessões do Clube de História, no questionário e nas entrevistas implementadas, aos quais, os alunos deram respostas mostrando o nível de evolução do pensamento histórico. De facto, em determinadas sessões do Clube os alunos participavam tão ativamente que nem sempre foi fácil conter o excesso de informação resultado de um grande entusiasmo. Neste momento, temos consciência que lecionar História em torno de fontes históricas despertam o interesse dos alunos, dado que se sentem parte integrante da História.

Atendendo às conclusões que apresentamos neste capítulo, arriscamo-nos a dizer que em idades mais jovens o recurso de fontes históricas no ensino da História é uma estratégia que estimula a motivação e curiosidade dos alunos. Através da sua análise, o professor promove o gosto pela História e sensibiliza-os para a problemática em torno da preservação. O contacto com documentos históricos possibilita aos alunos

¹⁶⁸ SOUSA, Roseline; OLIVEIRA, Bernardina; SOUSA, Marckson – *Reflexões Sobre a*, o.c., p. 1

contactar com uma realidade do passado e fazer comparações com os acontecimentos mais recentes que não podem ser analisados isoladamente dos seus antecedentes¹⁶⁹. Instigar memórias familiares possibilitam ao aluno integrar-se na História de uma forma um pouco mais íntima e, paralelamente, aumentar o apreço dos alunos para com a disciplina de História e Geografia de Portugal.

A História apresenta-se de acordo com vários cenários de um passado que é fruto do nosso presente e que nos dá pistas sobre um futuro próximo. A transmissão de conhecimentos históricos deve contemplar o uso de múltiplos recursos coesos que estimulem a aprendizagem dos alunos. As fontes históricas “destinadas à informação dos leitores, continuam a ser preciosíssimas ao investigador”¹⁷⁰ e para o professor são relíquias na transmissão dos conhecimentos. Por isso, a História deve fazer com que os portugueses renovem o seu orgulho pelo passado de uma nação progressista que estreitou os laços com vários povos da terra¹⁷¹.

3. Limitações e perspectivas de remediação

Qualquer trabalho de investigação apresenta, de uma forma geral, fragilidades. Por isso, as linhas finais deste trabalho são dedicadas à identificação de aspetos que poderiam ser melhorados. Quando a estrutura metodológica de um estudo de investigação-ação não é representativa, faz com que os resultados não possam ser generalizados, e por fim, restringe-se ao contexto em que a investigação se desenvolve¹⁷², pelo que este relatório não foge a este quadro.

Mas, no que respeita a esta metodologia, são várias as vantagens que sustentam este estudo. As vantagens comportam vários pressupostos pelo facto de a investigação ser realizada pelo professor e alunos no contexto educativo, consistir numa observação direta do trabalho que os alunos vão realizando, ser motivadora e participante onde o professor e aluno se envolvem no mesmo pressuposto e por avaliar constantemente a

¹⁶⁹ MATTOSO, José – *A Escrita da História – Teoria e métodos*, o.c., p. 75

¹⁷⁰ BLOCH, Marc – *Introdução à História*, o.c., p. 58

¹⁷¹ SERRÃO, Joaquim V. – *História de Portugal – Estado Pátria e Nação*. 5.ª ed., Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo. 1995, p. 12

¹⁷² SOUSA, Alberto – *Investigação em educação*. o.c., p, 99

ação e o resultado, facilitando alterações, não esquecendo que o objetivo de aprendizagem vem sempre em primeiro lugar¹⁷³.

Uma limitação que condicionou bastante o trabalho foi o tempo. A problemática do tempo foi sentida desde o início do semestre, pois o período para recolha de dados, implementar atividades e reger em quatro áreas científicas distintas era diminuto. Preparar a prática pedagógica exige a construção de um trabalho coeso e corretamente científico, que contempla uma série de recursos que se pretendem sustentáveis e eficazes. Paralelamente a investigação carece da construção de atividades, inquéritos e análise dos resultados oferecidos pelos quesitos. Conjugar tudo não foi tarefa fácil, uma vez que nem sempre pensamos em tudo, apesar de fazermos o nosso melhor para que o sucesso não seja posto em causa.

A decisão de alargar a amostra do estudo para alunos do sexto ano de escolaridade foi importante para perspetivar e elaborar conjeturas. Porém, nenhum resultado obtido pode ser generalizado, visto que a realização de qualquer uma destas atividades numa outra turma pode espelhar resultados diferentes. A elaboração de uma investigação tem, em algumas situações, de ser realizada num espaço extra sala de aula devido à impossibilidade do currículo alterar os conteúdos que contempla. Para além disto, recorrer a uma investigação que aborda uma metodologia mista é uma limitação, na medida em que o método quantitativo apesar de extenso possibilita a sua generalização, mas não a sua compreensão, enquanto o método qualitativo proporciona a compreensão, mas não a generalização¹⁷⁴.

Importa, ainda, sublinhar que a sobrecarga à qual os alunos estão sujeitos quando nos recebem, pois é uma importante limitação. Três professoras estagiárias a elaborar investigações em áreas científicas diferentes faz com que os alunos se desdobrem pela integração de diversas atividades, inquéritos e entrevistas. Tudo isto consome o seu tempo e modifica as suas rotinas de estudo, por isso nunca pudemos esquecer o esforço que todos fizeram para atender aos nossos pedidos e exigências.

A investigação apresentada pode ser um meio de elaboração de estudos futuros, procurando novas conclusões. A conjugação da História com as fontes históricas é uma

¹⁷³ IDEM, *Ibidem*

¹⁷⁴ SILVA, Pedro – *Etnografia e Educação: Reflexões a Propósito de uma Pesquisa Sociológica*. Porto: ProfEdições, Lda., 2003, p. 46-47

temática que merece atenção de vários estudos, com o intuito de contribuir para a introdução de novas práticas e novas ideias no processo de ensino-aprendizagem. A criação de um momento semanal em que os alunos são sujeitos a várias atividades em torno de fontes históricas inicialmente da sua freguesia e mais tarde da sua cidade levando-os a visitar o arquivo, é uma intervenção que pode nascer com este trabalho. Para além disto, a exploração de memórias escritas familiares podem ser realizadas num clube onde os Encarregados de Educação participem ativamente com os seus educandos, onde poderão analisar memórias de um passado familiar que lhes é comum. Assim, deixamos aqui a nossa contribuição para dar continuidade a este projeto, dando aos alunos a oportunidade de se aproximarem mais da História.

PARTE III - REFLEXÃO GLOBAL SOBRE A PES I E A PES II

Reflexão Global

“Enquanto há vida, há esperança”¹⁷⁵

1. Nota Introdutória

Finalizado um itinerário que se evidenciou longo é chegado o momento de refletir sobre o trabalho que desenvolvemos numa tentativa de perspetivar o seu contributo para o futuro.

Este percurso foi concretizado, sobretudo, durante um ano de prática pedagógica que se repartiu em dois momentos. No primeiro semestre entrevistamos no primeiro ciclo (PES I) ao longo de doze semanas intensas que nos prepararam profissionalmente para o segundo ciclo (PES II) que exigia a mesma motivação e empenho.

A terceira e última parte deste relatório contempla uma reflexão sobre todo o percurso concretizado durante o ano letivo 2013/2014. Contudo, não poderíamos deixar de fazer referência à licenciatura e ao primeiro ano curricular do mestrado, pois constituíram as bases fundamentais para concluir com êxito a Prática Pedagógica.

2. A última reflexão

Há cinco anos atrás iniciei o meu percurso académico, com a convicção que a minha vocação profissional passava por esta área. Neste momento sinto mais do que nunca que a minha escolha foi acertada e não podia estar mais orgulhosa disso. Desde muito cedo que o papel do professor me fascinava pelo facto de poder transmitir conhecimento aos alunos. Foi algo que despertou sempre o meu interesse, o ato da partilha. Neste sentido, centrar-me-ei sobre esta trajetória marcada por momentos marcantes em ambos os sentidos.

¹⁷⁵ HAWKING, STEPHEN – *Stephen Hawking fala sobre suicídio assistido*. [consultado em 23-01-2015] Disponível na Internet: <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/stephen-hawking-fala-sobre-suicidio-assistido-9995116>

Ao ingressar na licenciatura fui transportada para as mais diversas situações de aprendizagem proporcionadas por cada uma das unidades curriculares que frequentei. Cada momento de aprendizagem foi um ponto de partida para um futuro profissional que se avizinhava próximo, nomeadamente a intervenção pedagógica na UC de Iniciação à Prática Profissional. Contudo, o papel de um estudante de uma licenciatura nas salas de aula é diminuto e não apresenta o mesmo grau de exigência do que aquele que um mestrando tem. O meu olhar sobre a licenciatura assenta sobretudo no conhecimento que adquiri, na metodologia e nas estratégias de aprendizagem que me proporcionaram o sucesso e a capacidade crítica de que querer transpor estes ensinamentos para a minha sala de aula.

A entrada no mestrado foi, inicialmente, uma surpresa, porque fomos transportados para um nível de exigência ao qual nunca tínhamos sido submetidos. Apesar disto, senti que o meu papel enquanto aluna representa uma enorme importância no meu futuro profissional e que se até então já me tinha esforçado ao máximo, agora teria de me esforçar o dobro. O primeiro ano de mestrado é fundamental para o ingresso na prática pedagógica, uma vez que nos são transmitidas as competências essenciais que os alunos têm de adquirir ao longo do primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico. Todas as expectativas corresponderam ao que eu esperava e tudo pareceu fazer sentido. As Didáticas proporcionaram-nos uma partilha de materiais, estratégias e metodologias que tinham o intuito ser aplicadas na prática, envolvendo a preparação de aulas e o processo de planificação. Foi um ano repleto de aprendizagem, que evidenciou o papel do aluno na sua plenitude. Sabia que o ano seguinte seria diferente e esse pensamento motivava-me, porque finalmente ia “ser professora”.

Se alguma vez eu tinha considerado o primeiro ano de mestrado intenso, o segundo não teve comparação. A exigência, a intensidade e o esforço foram intensificados o que me deixou bastante insegura, ansiosa e, por vezes, completamente perdida. Associado a tudo isto a minha curiosidade em instigar e criar novas atividades criativas e a minha vontade em querer fazer mais e melhor, fizeram com que fosse um ano levado ao extremo. Muitas vezes, pensei que não seria capaz de levar este desafio até ao fim, mas quando me apercebi que ia trabalhar com aquela turma que nos recebeu tão bem e de forma tão carinhosa, tudo se tornou mais fácil.

A Prática de Ensino Supervisionada I, foi desenvolvida junto de uma turma do primeiro ano de escolaridade composta por vinte e um alunos, numa escola do concelho de Viana do Castelo. Ao longo de quinze semanas acompanhamos a turma no processo de ensino-aprendizagem, sendo que as três semanas iniciais foram destinadas à observação do contexto educativo. A observação “desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem”¹⁷⁶ uma vez que é nesta fase inicial que nos inspiramos e motivamos para a construção de uma mudança no contexto escolar. O processo observativo possibilitou-nos conhecer a professora cooperante e compreender quais as suas metodologias, bem como o modo como conduzia o ambiente educativo vivido na sala de aula. Estes momentos iniciais possibilitaram-nos a criação de laços com os alunos que foram cruciais para a lecionação das aulas, pois já nos conhecíamos mutuamente. Sem dúvida, que o sucesso de ambas as partes está dependente das relações que se estabelecem no contexto educativo.

Quando observamos os alunos na sala de aula apercebemo-nos que há uma fixação no professor, no que respeita às suas atitudes e às suas palavras. É visível nas suas faces as expectativas que depositam no adulto que está à sua frente a transmitir-lhes conhecimento. Tudo isto, se deve a estratégias de motivação que captam a atenção e isso foi, com certeza, o maior desafio ao longo da prática pedagógica. O processo de planificar uma aula exige selecionar estratégias de aprendizagem que sejam criativas e motivadoras para os alunos e nem sempre se apresenta como uma tarefa simples. Após várias semanas de implementação pensamos que é impossível diversificar mais as estratégias de motivação e criatividade, até que em qualquer momento do dia surge algo e decidimos pôr em prática. É incrível ver que um aluno realiza as atividades pelo prazer de aprender e não por mera obrigação. O sucesso do aluno passa pela escolha de estratégias adequadas, pela motivação, pelo acompanhamento e pelo feedback.

Perante isto, procurei promover momentos entusiasmantes de aprendizagem para os alunos, através da diversificação de tarefas. Contudo, tive sempre muito cuidado em acompanhar os alunos que demonstravam mais dificuldades para que não

¹⁷⁶ REIS, Pedro - *Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente*. Lisboa: Ministério da Educação, Conselho Científico para a Avaliação dos Professores, 2011, p. 11 [consultado em 21-01-2015] Disponível na internet: http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_2-Observacao.pdf

desmotivassem da aprendizagem, tendo sempre atividades extras caso fosse necessário.

A planificação de quatro áreas disciplinares – Matemática, Português, Estudo do Meio e Expressões (Dramática, Físico-Motora e Plástica) – distintas, mas transversais, exigiu a planificação de um trabalho diversificado apostando em novas estratégias de transmissão de conhecimento. Inovar, foi para mim, a palavra de ordem, por isso, procurei sempre estimular o conhecimento através da aplicação de novas rotinas, de jogos, de obras de Literatura Infanto-Juvenil e de textos da minha autoria para introduzir uma nova temática e/ou conteúdo.

Os professores da ESEVC foram incansáveis no acompanhamento e no apoio, nos conselhos e nas críticas que iam tecendo acerca do nosso percurso. Recordo que me incentivaram sempre a valorizar o trabalho dos nossos alunos, através do reforço positivo. O reforço dever ser sistemático para facilitar o desenvolvimento de todas as competências fundamentais às suas aprendizagens, de forma a desenvolver a autoestima e a promoção da autorregulação das aprendizagens¹⁷⁷. Sempre que transmitimos ao aluno o seu sucesso no trabalho que concretizou torna-se visível a felicidade com que encara o elogio. Estes momentos evidenciam a importância do professor na sala de aula, pois para além do conhecimento científico é necessário ter uma postura correta e incentivadora. Algo que se deve ter em atenção é a transmissão de um reforço equitativo para com a turma, de modo a que todos os alunos se sintam importantes no processo de ensino-aprendizagem.

Este ciclo de estudos implementa um regime de monodocência, em que um só professor leciona todas as áreas contempladas no currículo, o que nos possibilita uma bagagem alargada ao nível do conhecimento científico em todas essas áreas. Lecionar quatro áreas exige um processo de organização bem estruturado, uma vez que a teoria nem sempre se enquadra fielmente na prática e, por vezes, é necessário ajustar as estratégias, pois todos os alunos são diferentes e todos os dias somos confrontados com factos novos. Consequentemente, o professor deve possibilitar um desenvolvimento

¹⁷⁷ NOGUEIRA, Ana – *O feedback no processo de autorregulação das aprendizagens em Matemática*. Departamento de Didáticas e Tecnologia Educativa. Aveiro: Universidade de Aveiro. 2009, p. 196 [consultado em 25-05-20150] Disponível na Internet: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1409/1/2010000386.pdf>

global e harmonioso do indivíduo, onde seja possível descobrir novas aptidões, interesses e capacidades que “proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão individual e social”¹⁷⁸. Algo com que sempre me preocupei relaciona-se com o facto de estabelecer uma ligação de interdisciplinaridade entre todas as áreas para proporcionar aos alunos um ensino integrado, uma vez que possibilita, de acordo com Piaget, “um intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias disciplinas (...) como resultado de um enriquecimento recíproco”¹⁷⁹.

Quando terminei a prática pedagógica na PES I refleti sobre as áreas que me deram mais prazer a lecionar e conclui que foram o Português e o Estudo do Meio Social. Lecionar Português revelou-se numa agradável surpresa que se transformou num desafio constante. O facto de a turma, em que me encontrava a estagiar, ser do primeiro ano de escolaridade exige da disciplina de Português uma atenção redobrada. Sempre que planificava para Português sentia uma necessidade crescente de apelar ao meu sentido de criatividade, com o intuito de cativar os alunos para a aprendizagem de uma nova palavra. A leção desta disciplina carece de um cuidado em relação à comunicação oral e à escrita, por isso procurei incentivar os alunos a expressar-se oralmente de forma correta, assim como na escrita tendo em consideração os erros ortográficos, a incoerência e a incoesão frásica. Não posso deixar de referir que, na área do Português, a Literatura Infanto-Juvenil foi algo que me tocou particularmente. O prazer de proporcionar momentos de leitura, fez-me viajar com eles e entrar num mundo que apenas os livros nos proporcionam. As atividades de pré-leitura, leitura e pós-leitura gozaram de resultados fascinantes, onde os alunos tinham a oportunidade de extrapolar toda a sua imaginação como crianças que são. Há quem diga que se a pessoa que lê tem prazer pela leitura transmite essa mensagem para os indivíduos que a estão a escutar. Pessoalmente, ler para um público é algo que me enche o coração e espero ter conduzido os alunos ao prazer pelo ato de ler e pela aprendizagem que esse ato nos proporciona. Desta forma, espero que um dia cada aluno tenha “vontade de

¹⁷⁸ EDUCAÇÃO, Ministério da – *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico 2.º Ciclo, o.c.*, p, 13

¹⁷⁹ Cit. por Adriana Pinto e Barata Marques – *A interdisciplinaridade em sala de aula, no 1.º ciclo do ensino básico*. Faro: Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve. 2012, p. 22 [consultado em 26-01-2015] Disponível na Internet:

<http://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3164/1/Relat%C3%B3rio%20Final%20PES.pdf>

querer ler como experiência voluntária e mantenha viva essa atitude ao longo de todo o percurso escolar e para além dele”¹⁸⁰.

No que se refere a Estudo do Meio Social foi uma área na qual me senti bastante segura e à vontade. A área científica de Estudo do Meio suscita, de uma forma geral, bastante curiosidade e interesse aos alunos, leva-os a refletir e a questionar-se sobre o que se passa à sua volta. À semelhança do Português, lecionar esta área foi também um desafio, pois estava constantemente a ser interrogada acerca dos mais variados temas do quotidiano. Os alunos nesta faixa etária são curiosos por natureza e isso faz com que as aulas se revelem mais dinâmicas e repletas de transmissão de conhecimento. Algo que condicionou a exploração de novos conteúdos e/ou a intensificação de outros foi resultante do facto do currículo preconizar um tempo semanal escasso para lecionar esta área disciplinar. Recordo, agora, que muitas das aulas em que lecionei Estudo do Meio Social recorri a obras de Literatura Infanto-Juvenil ou a textos da minha autoria, como forma de introduzir os conteúdos, com o intuito de motivar os alunos para a aprendizagem, e na prática resultou. Todos estes momentos fazem com que a prática pedagógica se revele especial e tão imprevisível, através da qual devemos conseguir educar alunos responsáveis “perante o ambiente, a sociedade e cultura em que se insere, compreendendo, gradualmente, o seu papel de agentes dinâmicos nas transformações da realidade que os cerca”¹⁸¹.

Gostaria de apontar que apesar de na PES II ter desenvolvido a investigação na disciplina de História e Geografia de Portugal, na PES I não me foi proporcionado lecionar conteúdos em torno da História, uma vez que o currículo no 1.º ano de escolaridade não preconiza tal abordagem, centrando-se mais em conteúdos relacionados com a vida em sociedade e o comportamento cívico.

No que concerne à área das Expressões, todas as semanas, obrigatoriamente, tínhamos de planificar uma aula de Expressão Físico-Motora, enquanto uma outra hora se destinava a uma outra Expressão à nossa escolha. Em diálogo com o meu par pedagógico decidimos que o mais adequado para a aprendizagem dos alunos seria lecionar alternadamente a Expressão Plástica, Dramática e Musical. De entre todas as

¹⁸⁰ SILVA, Fátima; VIEGAS, Filomena; DUARTE, Isabel; VELOSO, João – *Guião de Implementação do Programa de Português do Ensino Básico - Oral*. Lisboa: Ministério da Educação, Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2011.

¹⁸¹ EDUCAÇÃO, Ministério da – *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico 2.º Ciclo, o.c.*, p. 10

Expressões a que gostei mais de intervir foi a Expressão Físico-Motora, uma vez que os alunos mostram-nos um pouco mais daquilo que são quando saem do contexto da sala de aula. A energia que nos transmitem é fabulosa e naqueles momentos eram crianças alegres e participativas numa aula que englobava sobretudo jogos que desenvolvessem a sua motricidade. Sem dúvida, que a prática desta área apresenta uma importância extrema na atividade corporal dos alunos, pois a falta dela pode no futuro traduzir-se “em carências frequentemente irremediáveis”¹⁸², bem como na capacidade cognitiva no que respeita à abstração das outras áreas disciplinares.

Por fim, a área disciplinar Matemática surpreendeu-me bastante pela positiva. Quando lecionei esta área apercebi-me, de imediato, que os alunos se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento na aprendizagem. Diagnosticar as dificuldades dos alunos é um ponto de partida para auxiliar os alunos na sua superação. Ao longo da minha prática sempre que um aluno evidenciava uma dificuldade, que poderia ser comum aos restantes colegas, interrompia o desenvolvimento da tarefa para que o aluno discutisse a sua dúvida com a turma. Pretendendo, assim, que os restantes colegas fossem capazes de auxiliar o aluno enunciando uma resolução que considerassem adequada. Estes momentos proporcionaram a transmissão de um conhecimento matemático coletivo, em que todos são importantes no processo de aprendizagem. Identificar o erro e dizer que está mal não chega é necessário auxiliar o aluno a encontrar a resposta correta sem a “dar de bandeja”, por isso é que é tão importante “manter um ambiente de questionamento permanente entre o professor e os alunos”¹⁸³.

Após o término da PES I, considero que foi este ambiente de ajuda e de cooperação que possibilitou aos alunos um desenvolvimento integral, onde se estabeleceu uma profunda relação pedagógica. Acompanhar a evolução dos alunos foi muito positivo e gratificante neste percurso, especialmente verificar que quando eu e o meu par pedagógico entramos na sala como duas professoras desconhecidas os alunos não conseguiam ler e quando saímos liam fluentemente. Para mim, participar na evolução da aprendizagem da leitura teve um significado muito especial.

¹⁸² IDEM, p. 35

¹⁸³ PIMENTEL, Teresa [et al.]. *Matemática nos Primeiros Anos – Tarefas e Desafios para a Sala de Aula*, o.c., p. 33

Um outro aspeto que gostaria de salientar encontrasse relacionado com o trabalho colaborativo entre os elementos do par pedagógico, que possibilitou a troca de ideias e a construção de um trabalho coeso e coerente. Resultado desse trabalho foram as planificações que apresentam um papel importantíssimo em ambas as práticas pedagógicas, uma vez que são documentos orientadores que nos auxiliam na lecionação de cada aula, como se nos indicasse a direção a seguir e a meta a alcançar¹⁸⁴. Associado a tudo isto, a reflexão foi um dos momentos áureos de toda prática, uma vez que preconiza a troca de experiências e de partilha entre os pares¹⁸⁵. Realizar reflexões orais e escritas de todas as aulas, nem sempre foi um processo pacífico, pois implica uma retrospectiva pessoal do trabalho que desenvolvemos junto dos nossos alunos. Contudo, foi através destes momentos de meditação que possibilitou melhorar a cada semana e perspetivar qual a professora que eu pretendia ser no futuro, adquirindo uma maior consciencialização pessoal do que é ser professor e de que forma as práticas podem e devem ser questionadas¹⁸⁶.

Terminado o primeiro semestre deu-se por finalizada a prática pedagógica no 1.º ciclo do Ensino Básico. O meu corpo sentia um cansaço imenso, mas o tempo de preparação para a PES II já escasseava, e esse sentimento foi ultrapassado. Com uma nova prática “à porta” apercebemo-nos que a metodologia do segundo ciclo seria concretizada nos mesmos moldes da anterior.

A chegada a uma nova escola não poderia ter sido melhor. Quero e devo referenciar o modo afetuoso como nos receberam na Escola Básica Integrada de Fragoso, todos os docentes e não docentes prontificaram-se a auxiliar-nos durante este percurso. Uma nova etapa estava prestes a começar e a apreensão tendia a voltar, assim como a incerteza, mas não me deixei abater e canalizei o meu tempo no trabalho. O percurso neste ciclo iniciou-se com uma reunião em que cada trio pedagógico ficou a conhecer os Professores Cooperantes de unidade disciplinar em que ia lecionar, e

¹⁸⁴ ZABALZA, Miguel – *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola – A escola como cenário de operações didáticas*. Porto: Edições ASA. 1994, p. 2

¹⁸⁵ NÓVOA, António – *Matrizes Curriculares*. TV Escola – O canal da educação, 2001 [consultado em 26-01-2015]

Disponível na internet: http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=59

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Isolina; SERRAZINA, Lurdes – *A reflexão e o professor como investigador – Grupo de Trabalho em Investigação, Refletir e investigar sobre a prática profissional*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática, 2002, p. 12

também os prazos de entrega de todo o material respeitante a cada aula. Além disto, foram-nos fornecidas algumas informações sobre as características dos alunos que constituíam a turma com que viríamos a trabalhar.

A PES II decorreu ao longo de doze semanas, sendo que as primeiras três semanas corresponderam a um período de observação e as restantes de intervenção pedagógica. A metodologia de organização, neste ciclo, implicou que o trio se dividisse pelas quatro áreas disciplinar da seguinte forma: nas primeiras três semanas o primeiro elemento leciona Matemática, o segundo Português e o terceiro História e Geografia de Portugal e Ciências Naturais. Findas as três semanas, o trio trocava de área disciplinar e integrava na lecionação de uma outra disciplina. O período de estágio só terminava quando o trio tivesse a experiência de lecionar em todas as áreas disciplinares. Sendo que a última área a lecionar era naquela em que a investigação se baseava.

A organização da PES II exigiu do grupo pedagógico uma nova organização, se até então todo o trabalho era concretizado em uníssono, desde a planificação até à elaboração dos recursos digitais ou manipulados, agora o trabalho era mais individualista. É claro que procuramos sempre trocar ideias e partilhar opiniões sobre o trabalho de cada elemento do grupo, mas o facto de planificarmos áreas disciplinares distintas impossibilita a construção de um trabalho em grupo através da distribuição de tarefas. No meio de tanta correria o trabalho individual foi inevitável, no entanto, tenho de valorizar o modo como o meu trio pedagógico se relacionou durante este período, pois estávamos sempre a par do que cada um se encontrava a trabalhar de forma a criar um trabalho inovador onde pudéssemos introduzir algo novo¹⁸⁷ e interessante onde a troca de opiniões foi essencial. Saliento, também, a interajuda que concretizamos na realização das investigações, sobretudo no processo de recolha de dados.

A observação foi, para mim, um momento crucial durante o segundo ciclo. Nem sempre apresentamos uma postura correta, talvez pela falta de experiência, e a observação possibilita-nos perceber o modo como um professor controla o ambiente da sala de aula que vai muito além da transmissão do conhecimento. Observar implica estar atento ao modo como o Professor Cooperante conduz a aula, a postura que adota, que estratégias usa e quais os materiais a que recorre para por em prática as atividades.

¹⁸⁷ NÓVOA, António – *Profissão Professor, o.c., p. 131*

Como já referi anteriormente, o período de observação possibilitou-me conhecer melhor os alunos, criando laços de afetividade que foram um excelente ponto de partida para a intervenção. A cada aula de observação verifiquei que a metodologia é distinta do primeiro ciclo, sobretudo do primeiro ano de escolaridade, uma vez que em todas as aulas se abre a lição e escreve-se o sumário. Seguindo-se uma breve revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior antes de iniciar conteúdos novos. Trabalhar com quatro professores distintos, revelou-se interessante, uma vez que todos são diferentes e o modo como trabalham mostrou-se diversificado, as suas ideias e metodologias foram bastante díspares. Felizmente, os POC deixaram-nos sempre à vontade para encarar os alunos como se fossem nossos e de implementar as atividades que tínhamos planeado. É claro que a relação de proximidade que estabelecemos com os alunos facilitou a intervenção pedagógica. Contudo, três semanas passam a voar e o tempo de regência surgia. A minha experiência no segundo ciclo foi diferente, uma vez que a experiência do primeiro ciclo já me havia deixado mais à vontade e tinha já adotada outra postura.

Uma reflexão sobre as PES II implica necessariamente refletir sobre o trabalho de investigação. O ponto de partida ocorreu no momento em que os mestrados foram distribuídos pelas áreas de interesse. O meu trabalho foi repleto de esforço, dedicação e na premissa de querer aprender mais, associado a uma volumosa carga de planificações, preparação de aulas, correção de fichas de avaliação e reflexões, ainda foi necessário reservar espaço para pensar no trabalho de investigação e iniciar a sua planificação. Confesso que no início do segundo semestre a carga de trabalho me deixou preocupada, pois tínhamos um longo caminho a percorrer. O apoio do Professor Doutor Henrique Rodrigues foi incondicional e essencial para ajudar a combater uma certa ingenuidade de quem se encontra a fazer algo pela primeira vez.

Iniciar uma investigação na prática pedagógica exige de cada mestrando uma grande capacidade de abstração e organização. Recolher dados enquanto se lecionam aulas não é tarefa fácil, daí que a metodologia adotada por todos os mestrados consistiu na recolha de dados dentro da sala de aula, mas também fora dela. Em momentos devidamente pensados e autorizados pela direção de turma e Encarregados de Educação dos alunos, tal como o “Clube de História – Fontes Históricas e Memórias”.

A sobrecarga de trabalho faz-nos, por vezes, tomar decisões apressadas que não são devidamente ponderadas, mas que fazem parte de um processo.

Quanto às demais áreas disciplinares posso afirmar que me realizaram plenamente. A disciplina de Matemática revelou-se bastante interessante, apesar da minha insegurança inicial. A sala de aula de Matemática é extremamente motivante para o professor, devido às constantes questões que os alunos colocam e isso foi um verdadeiro desafio que me entusiasmou. Na disciplina de Português, à semelhança do primeiro ciclo, teve uma vertente muito significativa para mim, uma vez que me foi dada a oportunidade de lecionar uma temática que aprecio e ainda poder explorar uma obra de Literatura Infanto-Juvenil. Planificar e lecionar todas as aulas deu-me bastante prazer, uma vez que os alunos se mantiveram sempre entusiasmados, evidenciando atenção e motivação. Por fim, lecionar Ciências Naturais contribuiu para avivar a minha criatividade e a capacidade de despertar a curiosidade dos alunos, pois é uma área que eles apreciam bastante. Procurei sempre transportar para a sala de aula atividades estimulantes ao conhecimento dos alunos, tornando as aulas dinâmicas nunca descartando a importância de uma educação para a cidadania.

Não posso deixar de referenciar a experiência de lecionar História e Geografia de Portugal. Foi, sem dúvida, das melhores experiências que vivenciei ao longo da prática pedagógica. Lecionar uma disciplina que nos cativa pessoalmente faz com que esse sentimento transpareça para os alunos. Saber que ao longo da aula ia transmitindo aos alunos conhecimento histórico e que essa aprendizagem seria mobilizada nas atividades que sustentam esta investigação, apraz-me dizer que não me podia ter sentido mais gratificada. Contudo, nem sempre foi fácil captar a atenção dos alunos, pois é uma disciplina que desperta algumas incertezas, mas penso que em algum momento deste percurso todos alteraram a sua conceção da História.

Prestes a terminar a reflexão, gostaria de enunciar alguns dos momentos que mais me marcaram ao longo desta experiência. Refletir no final de cada aula exigiu que eu pensasse na minha atuação na sala de aula de uma outra forma. A cada aula queria superar e a reflexão foi uma grande auxílio, pois permitiu-me verificar o que eu podia fazer diferente e aquilo que deveria manter para crescer enquanto professora. Junto dos Professores Supervisores cada comentário redigido ou exposto nunca foi alvo de julgamento, mas sim de uma introspeção sobre o que havíamos realizado e o que

poderia ser melhorado, numa tentativa de nos encorajar a fazer mais e melhor. No final de cada reflexão sentia-me “mais leve”, pois tinha tido a oportunidade de partilhar o que sentia com alguém que já tinha experienciado a mesma situação e que pretendia que o seu mestrando fizesse um bom trabalho. A partilha de sentimentos e de experiências possibilitou-me aperfeiçoar os meus instrumentos e técnicas pedagógicas que eram constantemente interrogadas, com o intuito de verificar qual o seu “sentido e pertinência (...) em matéria educativa”¹⁸⁸. Um bom profissional não aplica somente as ideias deve interrogar-se sobre elas.

Em suma, toda a experiência que me foi proporcionada é bastante gratificante, dado que exige de nós responsabilidade, capacidade crítica e experiência. Muitas foram as dificuldades, muitas foram as dúvidas e as incertezas, mas como diz o ditado popular “quem corre por gosto não cansa”. Sei, neste momento, que quero enveredar pelo caminho da Educação, porque a escola contribui para a formação de cidadãos e para uma sociedade melhor e, conseqüentemente, para a construção de um mundo melhor. Assim, a escola deve fazer “prevaler princípios de organização claros, abertos, flexíveis, nas relações entre as pessoas, na relação da escola com o conhecimento e na conceção da forma de a situar no mundo”¹⁸⁹.

Recordo, agora, com um grande sorriso no rosto todos os momentos que vivenciei e fico com um sentimento de saudade para com os meus alunos e os momentos que partilhamos. Senti-me, verdadeiramente, realizada a nível pessoal e académico. Porém, sei que a minha formação não termina aqui, pois a formação de um professor é um “*continuum* entre a formação inicial e a formação contínua”¹⁹⁰ com o objetivo de atingir o desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Todos os momentos fizeram-me ter a certeza que me sinto perfeitamente realizada dentro da sala de aula e, apesar de todas as vicissitudes, considero que ser professor é muito mais do que uma profissão, é uma missão, que espero desempenhar com empenho e dedicação.

¹⁸⁸ IDEM, p. 76

¹⁸⁹ IDEM, p. 190

¹⁹⁰ PEREIRA, Manuel; VIEIRA, Cristina – *Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa*. Saber (e) Educar 11. Porto: ESE de Paula Frassinetti, 2006, p. 119 [Consult. 26-01-2015] Disponível na internet: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/14/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf?sequence=2

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Ana Sílvia – *Escritas da Mobilidade em Contextos Familiares, Análise de Correspondência de emigração no primeiro quartel de novecentos*. In RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. Viana do Castelo: Fundação da Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste, 2013.

ALMEIDA, João F.; PINTO, José M. – *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ALVES, Elizeth – *Artes de dizer a Pedra Arrependada: Tradição Oral em Natividade*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Letras – Literatura e Crítica Literária, 2011. [consultado em 22-01-2015] Disponível na Internet:

http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1069

ARELLANO, Miguel – *Preservação de documentos digitais*. Revista Ciência da Informação. Brasília, 2004. [consultado em 13-01-2015] Disponível na internet:

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>

BARCA, Isabel. – *Educação Histórica: Uma nova área de investigação*. Revista da Faculdade de Letras do Porto, História, Vol. 2. Porto, 2001. [consultado em 18-01-2015] Disponível na internet: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2305.pdf>

BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6.º ano de escolaridade*. Revista Portuguesa de Educação, Vol. 14. Braga, 2001. [consultado em 25-11-2014] Disponível na internet:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/563/1/14IsabelBarca.pdf>

BARCA, Isabel; GAGO, Marília – *De pequenino se aprende a pensar – formar opinião da aula de História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Associação de Professores de História, 2000.

BARROS, José – *História, Espaço e Tempo – interações necessárias*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, n.º 36, 2006. [consultado em 17-01-2015] Disponível na Internet: http://www.academia.edu/10884949/Hist%C3%B3ria_esp%C3%A7o_e_tempo_intera%C3%A7%C3%B5es_necess%C3%A1rias

BARROS, José – *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*, 2009. [consultado em 15-01-2015] Disponível na Internet: http://www.revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf

BARTON, Keith – *Ideias das crianças acerca da mudança através dos tempos: Resultados de investigações nos Estados Unidos e na Irlanda do Norte*. Atas das I Jornadas Internacionais da Educação Histórica. Braga: CEEP, Universidade do Minho, 2001.

BARTON, Keith – *O que podem os jovens fazer com a História? Contributo do ensino da História para a cidadania*. IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2003.

BEIRÃO, José J. - *Fragoso um couto em terras de Neiva*. Viana do Castelo, Edição de Autor, 2002.

BLOCH, Marc – *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

BOAVIDA, Ana M. [et al.]. *A Experiência Matemática no Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008.

BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari – *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

CAETANO, Maria Paula; ÁGUAS, Neves – *A Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

CAIMI, Flávia – *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n.º 28, 2008.

Disponível na Internet:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751>

COOPER, Hilary – *The Teaching of History*. Londres: David Fulton, 1992.

EDITORA, Dicionários – *Dicionário Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2014.

FELGUEIRAS, Margarida – *O Ensino da História: que História ensinar?*. Revista Portuguesa de Educação. Braga: Universidade do Minho, Vol. 1, 1988. [consultado em 15-01-2015]

Disponível na internet:

<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56803/2/87827.pdf>

FERREIRA, Carlos – *Espaço e Tempo: Implicações no Ensino de História*. ANPUH – XIII Simpósio Nacional de História. Londres, 2005. [consultado em 25-01-2015] Disponível na Internet:

<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0177.pdf>

GLEZER, Raquel – *A noção do tempo e o Ensino da História*. LPH – Revista de História. Vol. 2, n.º 1, 1991. [consultado em 20-01-2015] Disponível na Internet:

http://www.cefetsp.br/edu/eso/fausto/tempo_historia.pdf

GLEZER, Raquel – *Tempo & História – Variável Constante*. IEA/USP Estudos Avançados, 1991. [consultado em 20-01-2015] Disponível na Internet:

http://www.cefetsp.br/edu/eso/fausto/tempo_historia.pdf

HAWKING, STEPHEN – *Stephen Hawking fala sobre suicídio assistido*. [consultado em 23-01-2015] Disponível na Internet:

<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/stephen-hawking-fala-sobre-suicidio-assistido-9995116>

LEAL, Maria J.; PEREIRA, Miriam – *Arquivo e Historiografia: Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

MARTINS, Isabel P. [et al.] - *Educação em Ciências e Ensino Experimental: Formação de Professores*. 2.ª ed. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007.

MARROU, Henri-Irénée – *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Editora Aster, 1976.

MATTOSO, José – *A Escrita da História – Teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MATTOSO, José – *A Função Social da História no Mundo de Hoje*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1999.

MINISTÉRIO, Educação da – *Currículo Nacional – Competências Essenciais*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, s.d.

MINISTÉRIO, Educação da – *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal – 2.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2013.

MINISTÉRIO, Educação da – *Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2013.

MINISTÉRIO, da Educação – *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico 2.º Ciclo*. Vol. I. Lisboa: Departamento da Educação Básica, s.d.

MINISTÉRIO, da Educação – *Programa de Matemática para o Ensino Básico*. Lisboa: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2013.

MINISTÉRIO, da Educação – *Programa de Português do Ensino Básico*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2009.

MOREIRA, Maria – *As Fontes Históricas propostas no Manual e a Construção do Conhecimento histórico*. Braga: Universidade do Minho, 2004. [consultado em 17-01-2015] Disponível na Internet:
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2631/1/tese.pdf>

NIZA, Ivone; SEGURA, Joaquim; MOTA, Irene – *Guião de Implementação do Programa de Português no Ensino Básico: Escrita*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2011.

NOGUEIRA, Ana – *O feedback no processo de autorregulação das aprendizagens em Matemática* – Departamento de Didáticas e Tecnologia Educativa. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009. [consultado em 25-05-2015] Disponível na Internet:
<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1409/1/2010000386.pdf>

NÓVOA, António – *Matrizes Curriculares*. TV Escola – O canal da educação, 2001. Disponível na internet:
http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=59

NÓVOA, António – *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 2.ª ed., 1995.

NÓVOA, António – *Tempos da escola no espaço Portugal – Brasil – Moçambique: Dez digressões sobre um Programa de Investigação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001. [consultado em 20-01-2015] Disponível na Internet:
<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/novoa.pdf>

NÓVOA, António – *Vida de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque. *Municipalismo e sociedade do Porto, de Pombal às invasões francesas*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2009.

OLIVEIRA, Luísa – *A História Oral em Portugal*. Revista Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa: Maria D. Guerreiro, n.º 63, 2010. [consultado em 22-01-2015] Disponível na Internet:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf>

OLIVEIRA, Isolina; SERRAZINA, Lurdes – *A reflexão e o professor como investigador – Grupo de Trabalho em Investigação, Refletir e investigar sobre a prática profissional*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática, 2002.

PAPALIA, Diana E.; OLDS, Sally Wendoks; FELDMAN, Ruth Duskin – *O Mundo da Criança*. 8ª ed. Amadora: McGraw-Hill de Portugal, Lda, 2001.

PEREIRA, Manuel; VIEIRA, Cristina – *Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa*. Saber (e) Educar 11. Porto: ESE de Paula Frassinetti, 2006. [consultado em 26-01-2015] Disponível na internet:

http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/14/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf?sequence=2

PIMENTEL, Teresa [et al.]. *Matemática nos Primeiros Anos – Tarefas e Desafios para a Sala de Aula*. Lisboa: Texto Editores, 2010.

PINTO, Adriana; MARQUES, Barata - *A interdisciplinaridade em sala de aula, no 1.º ciclo do ensino básico*. Faro: Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, 2012. Disponível na Internet:

<http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3164/1/Relat%C3%B3rio%20Final%20PES.pdf>

POBLET, Maria – *A dimensão espaço-temporal em Fernand Brandel: Aportes Teóricos para a Geografia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

[consultado em 24-01-2015] Disponível na Internet:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8P3N8A/marimar_dis_final.pdf?sequence=1

REIS, Pedro - *Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente*. Lisboa: Ministério da Educação, Conselho Científico para a Avaliação dos Professores, 2011.

[consultado em 21-01-2015]

Disponível na internet:

http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_2-Observacao.pdf

RIBEIRO, Cândida F. – *O acesso à informação nos Arquivos – Parte I*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História: Um Conjunto de Experiências*, [Viana do Castelo]: 1986.

RODRIGUES, Henrique – *O papel formativo da História*. [Viana do Castelo]: 1986.

RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto – (editores) *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. Viana do Castelo: Fundação da Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste, 2013.

SERRÃO, Joaquim V. – *História de Portugal – Estado Pátria e Nação*. 5.ª ed., Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1995.

SILVA, Fátima; VIEGAS, Filomena; DUARTE, Isabel; VELOSO, João – *Guião de Implementação do Programa de Português do Ensino Básico - Oral*. Lisboa: Ministério da Educação, Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2011.

SILVA, Pedro – *Etnografia e Educação: Reflexões a Propósito de uma Pesquisa Sociológica*. Porto: ProfEdições, Lda., 2003.

SIM-SIM, Inês – *O Ensino da Leitura: A Compreensão de Textos*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2007. [consultado em 10-11-2014]
Disponível na internet:

http://area.dgidc.min-edu.pt/gramatica/ensino_leitura_compreensao_textos.pdf

SOLÉ, Maria G. – *A história no 1.º Ciclo do Ensino Básico: a Conceção do Tempo e a Compreensão Histórica das Crianças e os Contextos para o seu Desenvolvimento*. Braga: Universidade do Minho, 2009. [consultado em 08-01-2015]

Disponível na internet:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10153/1/TESE.pdf>

SOUSA, Alberto – *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte, 2.ª ed, 2009.

SOUSA, Roseline; OLIVEIRA, Bernardina; SOUSA, Marckson – *Reflexões Sobre a Digitalização de Documentos e Utilização de Documentos Digitais na Preservação da Memória Histórica* – Conference on Technology, Culture and Memory – CTCM Strategies for preservation and Information access. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2011. [consultado em 13-01-2015] Disponível na internet:

http://www.liber.ufpe.br/ctcm/anais/anais_ctcm/40_reflexoes_digitaliza.pdf

TAVARES, José – *Dimensão pessoal e interpessoal na formação*. Aveiro: Cadernos Cidine, 1992.

TAVARES, Luísa – *As fontes escritas como recurso didático: uma experiência do PIBID História UFRJ*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013. [consultado em 21-01-2015] Disponível na internet:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364939086_ARQUIVO_ASFONT ESESCRITASCOMORECURSODIDATICO_LuisaTavares.pdf

XAVIER, Érica – *O uso de fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador*. Antíteses. Vol. 3, n.º 6. Paraná: Universidade Estadual Londrina, 2010. [consultado em 17-01-2015] Disponível na Internet: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/5062/7069>

XAVIER, Érica – *Ensino e História: O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico*. Paraná: Universidade Estadual Londrina, 2004. [consultado em 05-01-2015] Disponível na internet: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ensino_e_historia_o_uso_das_fontes_historicas_como_ferramentas_na_producao_de_conhecimento_historico.pdf

ZABALZA, Miguel – *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola – A escola como cenário de operações didáticas*. Porto: Edições ASA, 1994.

ANEXOS

Anexo 1 – Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação

Trabalho de Investigação



Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso

Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação

Exmo. (a) Sr. (a) Encarregado (a) de Educação

Nós, Luísa Rodrigues, Mariana Freitas e Sara Sá, mestrandas do 2.º ano do curso de Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, pretendemos realizar um trabalho de investigação, no âmbito da tese de mestrado que tem por objetivo abordar uma temática nas seguintes áreas disciplinares: Matemática, História e Geografia de Portugal e Português, respetivamente.

A investigação, propriamente dita, teve início no decorrer do 2.º período através de observação participante. Contudo, para que possa levar a cabo este projeto, será imprescindível a colaboração dos alunos.

Neste sentido, vimos por este meio solicitar a V. Exa. a sua autorização para aplicar um questionário, bem como proceder à recolha dos testes realizados pelo seu educando no âmbito das disciplinas referenciadas, procedimentos necessários para a recolha de informação relevante para o estudo em causa.

Salvuarda-se que todos os dados recolhidos têm inteira garantia de confidencialidade, estando garantido a privacidade e o anonimato dos participantes.

Manifestamos a nossa inteira disponibilidade para prestar qualquer esclarecimento que considere necessário.

Na expectativa de uma resposta favorável, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos.

Fragoso, 28 de abril de 2014.

A diretora de turma

As professoras estagiárias

Autorização

Eu, _____, Encarregado(a) de Educação do (a) aluno(a) _____, n.º _____, turma _____, autorizo/ não autorizo a implementação do questionário ao meu educando bem como à recolha dos testes realizados no âmbito da disciplina de H.G.P.

Anexo 2 – Inquérito por questionário

Aplicado à turma da Investigação



Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso

Ano Letivo: 2013/14

História e Geografia de Portugal | 5.º ano

Questionário

O presente questionário destina-se à elaboração de um relatório final de curso, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada II, inserida no Mestrado em ensino do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Todas as respostas dadas têm garantia de confidencialidade. Este questionário encontra-se dividido em três partes: uma primeira relativa aos hábitos de estudo da turma, uma segunda alusiva à área disciplinar de História e Geografia de Portugal e, uma terceira, em torno da temática do referido relatório final.

Parte I

1 - Dados pessoais do aluno

Nome: _____

Ano de escolaridade: 5.º ano

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Sexo: Feminino Masculino

Naturalidade:

Concelho _____

Freguesia _____

Lugar/Rua _____

Residência:

Concelho _____

Freguesia _____

Lugar/Rua _____

Tia								
Avós maternos								
Avó paternos								
Outros								

3 – Vida Escolar

Gostas da escola?

Sim

Não

Se sim, porquê? (Assinala no máxima duas opções)

Gosto de estar com os meus colegas

Gosto dos professores

Gosto de estudar e aprender

Outro

Qual? _____

Se não, porquê? (Assinala no máxima duas opções)

Gosto de estar com os meus colegas

Gosto dos professores

Gosto de estudar e aprender

Outro

Qual? _____

Frequência no ensino pré-escolar:

Sim Não

Se não, com quem estiveste?

Pai e/ou mãe

Irmãos

Avós maternos

Avós paternos

Padrinhos

Tios

Outros:

Quem? _____

Repetências:

Sim Não

Em que anos?

1°	2°	3°
4°	5°	

Tiveste apoio pedagógico?

Sim Não

Se sim, a que disciplinas?

4.º ANO

Português Estudo do Meio

Matemática Expressões

5.º ANO

Português Educação Física

Matemática Educação Visual

Ciências da Natureza Educação Moral Religiosa e Católica

História e Geografia de Portugal Inglês

Como te deslocas para a escola?

Carro

A pé

Autocarro

Outro Qual? _____

4 – Hábitos de estudo e de leitura

Estudas:

Diariamente	
2 vezes por semana	
1 vez por semana	
Na véspera dos testes	
Raramente	
Nunca	

Tens alguém que te auxilie a estudar?

Sim

Não

Se sim, quem? _____

Local de estudo:

Na escola

Em casa de amigos

Em casa: Quarto

Cozinha

Sala

Outro Qual? _____

Costumas conversar em casa sobre a escola?

Todos os dias	
Ao fim de semana	
Quando tens testes	
Quanto tens boas notas	
Quando o teste corre mal	
Quando recebes o teste	
Só no fim do período	

Costumas ler outros livros e/ou jornais, que não o manual?

Sim

Não

Se sim, onde lês?

Biblioteca Municipal Biblioteca da Escola Biblioteca Ambulante
Casa Outro Qual? _____

Se sim, que jornais lês?

Na tua casa tens livros?

Sim

Não

Se sim, quantos livros possuis? (**Assinala apenas uma opção**)

Mais de 10 Mais de 50 Mais de 100 Mais de 500

4 – O uso das novas tecnologias

Na tua casa tens computador?

Sim

Não

Se sim, para quê?

Navegar na Internet

Pesquisa

Conversar com os colegas

Jogar

Outro Qual? _____

Participas em alguma rede social?

Sim

Não

Se sim, em qual(ais)?

Facebook

Twitter

Skype

Instagram

Outro Qual? _____

Parte II

Gostas da disciplina de História e Geografia de Portugal?

Sim

Não

Qual o motivo?

	Sim	Não
Descubro temas de interesse atual		
Valorizo o que aconteceu no passado		
Conheço personagens históricas importantes		

Conheço o quotidiano dos Homens da História		
Consigo encontrar semelhanças entre o passado e o presente		
Gosto de batalhas e das suas descrições		
A História faz-me pensar		
Gosto de ter contacto com fontes antigas		
Outro: Qual? _____		

Qual é a tua noção de tempo? (Assinala no máximo duas opções)

- Tempo que uma pessoa demora a fazer uma determinada atividade
- Tempo corresponde às horas, dias, meses, anos, séculos
- Tempo que varia consoante a atividade realizada
- Tempo corresponde às regras de uma sociedade
- Tempo corresponde à cronologia
- Tempo corresponde à passagem e medição do tempo

Qual é a tua noção de espaço? (Assinala no máximo duas opções)

- Movimento do Homem no espaço geográfico
- Compreende mudança, pois o espaço vai-se alterando com o tempo
- Modificações naturais que ocorrem no espaço geográfico
- Compreende a conceção de tempo

Que temas da disciplina de História e Geografia de Portugal têm mais interesse para ti? (Assinala apenas uma opção)

4.º ANO

- O passado do meio local
- O passado nacional
- O contacto entre a terra e o mar
- Os aglomerados populacionais
- Portugal na Europa e no Mundo

5.º ANO

- A Península Ibérica: Localização e quadro natural
- As primeiras comunidades humanas da Península Ibérica
- Os Romanos na Península Ibérica
- Os Muçulmanos na Península Ibérica
- Portugal nos séculos XIII e XIV
- Portugal nos séculos XV e XVI
- Portugal: da União Ibérica à restauração da independência

Parte III

O que é para ti um documento histórico?

- Uma carta de um rei
- Uma carta aos pais
- Um jornal
- Uma igreja
- As alminhas
- Uma ponte
- Uma carta/postal antigo

Consideras que os documentos, que escolheste anteriormente, são importante para a compreensão da História?

Sim

Não

Qual o motivo?

	Sim	Não
Conheço o passado da humanidade		
Conheço as descrições de uma determinada época		
Conheço personagens históricas importantes		
Conheço o quotidiano dos Homens da História		
Consigo encontrar semelhanças entre o passado e o presente		
Consigo pensar no futuro de forma diferente		
Outro: Qual? _____		

Já contactaste com algum documento histórico?

Sim

Não

Se sim, onde? (Assinala apenas uma opção)

Escola

Biblioteca

Casa

Arquivo

Café Outro Qual? _____

Se sim, em que suportes? (Assinala apenas uma opção)

Manuais Escolares

Livros

Revistas

Pergaminhos

Papel

E-mail

Jornais

Outro Qual? _____

Os teus avós têm documentos de quando eram novos?

Sim

Não

Se sim, de que tipo? **(Assinala apenas uma opção)**

Cartas

Postais

Livros

Jornais

Outro Qual? _____

Tens documentos históricos em casa?

Sim

Não

Se sim, de que tipo? **(Assinala apenas uma opção)**

Cartas

Postais

Recortes de jornais / revistas

Outro Qual? _____

Se pudesses ser historiador por alguns dias onde contactasses com documentos histórico:

Gostava de descobrir: _____

Gostava de estudar o século: _____

Gostava de ler uma carta que falasse sobre: _____

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo 3 – Inquérito por Questionário

Extensão do Inquérito



Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso

Ano Letivo: 2013/14

História e Geografia de Portugal | 6.º ano

Questionário

O presente questionário destina-se à elaboração de um relatório final de curso, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada II, inserida no Mestrado em ensino do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Todas as respostas dadas têm garantia de confidencialidade. Este questionário encontra-se dividido em três partes: uma primeira relativa aos hábitos de estudo da turma, uma segunda alusiva à área disciplinar de História e Geografia de Portugal e, uma terceira, em torno da temática do referido relatório final.

Parte I

1 - Dados pessoais do aluno

Nome: _____

Ano de escolaridade: 6.º ano

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Sexo: Feminino

Masculino

Parte II

Gostas da disciplina de História e Geografia de Portugal?

Sim

Não

Qual o motivo?

	Sim	Não
Descubro temas de interesse atual		
Valorizo o que aconteceu no passado		
Conheço personagens históricas importantes		
Conheço o quotidiano dos Homens da História		
Consigo encontrar semelhanças entre o passado e o presente		
Gosto de batalhas e das suas descrições		
A História faz-me pensar		
Gosto de ter contacto com fontes antigas		
Outro: Qual? _____		

Qual é a tua noção de tempo? (Assinala no máximo duas opções)

- Tempo que uma pessoa demora a fazer uma determinada atividade
- Tempo corresponde às horas, dias, meses, anos, séculos
- Tempo que varia consoante a atividade realizada
- Tempo corresponde às regras de uma sociedade
- Tempo corresponde à cronologia
- Tempo corresponde à passagem e medição do tempo

Qual é a tua noção de espaço? (Assinala no máximo duas opções)

- Movimento do Homem no espaço geográfico
- Compreende mudança, pois o espaço vai-se alterando com o tempo
- Modificações naturais que ocorrem no espaço geográfico
- Compreende a conceção de tempo

Que temas da disciplina de História e Geografia de Portugal têm mais interesse para ti? (Assinala apenas uma opção)

4.º ANO

- O passado do meio local
- O passado nacional
- O contacto entre a terra e o mar
- Os aglomerados populacionais
- Portugal na Europa e no Mundo

5.º ANO

- A Península Ibérica: Localização e quadro natural
- As primeiras comunidades humanas da Península Ibérica
- Os Romanos na Península Ibérica
- Os Muçulmanos na Península Ibérica
- Portugal nos séculos XIII e XIV
- Portugal nos séculos XV e XVI
- Portugal: da União Ibérica à restauração da independência

6.º ANO

- O império português, o poder absoluto, a sociedade de ordens e a arte no século XVIII
- A Revolução Francesa de 1789 e seus reflexos em Portugal
- Portugal na segunda metade do século XIX
- Da Revolução Republicana de 1910 à Ditadura Militar de 1926
- O Estado Novo (1933-1974)
- O 25 de Abril de 1974 e o regime democrático
- Espaços em que Portugal se Integra
- A População Portuguesa
- Os lugares onde vivemos
- Atividades que desenvolvemos
- O mundo mais perto de nós
- Lazer e Património

Parte III

O que é para ti um documento histórico?

- Uma carta de um rei
- Uma carta aos pais
- Um jornal
- Uma igreja
- As alminhas
- Uma ponte
- Uma carta/postal antigo

Consideras que os documentos, que escolheste anteriormente, são importantes para a compreensão da História?

Sim

Não

Qual o motivo?

	Sim	Não
Conheço o passado da humanidade		
Conheço as descrições de uma determinada época		
Conheço personagens históricas importantes		
Conheço o quotidiano dos Homens da História		
Consigo encontrar semelhanças entre o passado e o presente		
Consigo pensar no futuro de forma diferente		
Outro: Qual? _____		

Já contactaste com algum documento histórico?

Sim

Não

Se sim, onde? (Assinala apenas uma opção)

Escola

Biblioteca

Casa

Arquivo

Café

Outro Qual? _____

Se sim, em que suportes? (Assinala apenas uma opção)

Manuais Escolares

Livros

Revistas

Pergaminhos

Papel

E-mail

Jornais

Outro Qual? _____

Os teus avós têm documentos de quando eram novos?

Sim

Não

Se sim, de que tipo? (Assinala apenas uma opção)

Cartas

Postais

Livros

Jornais

Outro Qual? _____

Tens documentos históricos em casa?

Sim

Não

Se sim, de que tipo? (**Assinala apenas uma opção**)

Cartas

Postais

Recortes de jornais / revistas

Outro Qual? _____

Se pudesses ser historiador por alguns dias onde contactasses com documentos histórico:

Gostava de descobrir: _____

Gostava de estudar o século: _____

Gostava de ler uma carta que falasse sobre: _____

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo 4 – Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação

Clube de História “Fontes Históricas e Memórias”



Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso

Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação

Exmo. (a) Sr. (a) Encarregado (a) de Educação,

Eu, Mariana Freitas, encontro-me a desenvolver atividades no Clube de História no âmbito da área disciplina de História e Geografia de Portugal. As atividades desenvolvidas têm o objetivo de sensibilizar o seu educando para a preservação de documentos familiares. Neste sentido, venho por este solicitar a V. Exa. a sua autorização para fotocopiar textos históricos (cartas ou postais de guerra ou emigração, com mais de trinta anos) que façam parte do passado histórico da sua família. Esses textos serão digitalizados e transcritos pelo seu educando, sendo devolvidos a V. Exa. antes de terminarem as aulas.

Salvaguarda-se que todos os dados recolhidos têm inteira garantia de confidencialidade, estando garantido a privacidade.

Manifesto a minha inteira disponibilidade para prestar qualquer esclarecimento que considere necessário.

Na expectativa de uma resposta favorável, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Fragoso, 8 de maio de 2014.

A diretora de turma

A professora estagiária

Autorização

Eu, _____, Encarregado(a) de Educação do (a) aluno(a) _____, n.º _____, turma _____, autorizo/ não autorizo a cópia/digitalização de textos históricos âmbito da disciplina de História e Geografia de Portugal.

Anexo 5 – Guião da Entrevista Semiestruturada

1. O que é um documento histórico?

2. Um documento histórico tem como destinatário único o rei?

3. Ao longo das sessões do Clube de História o que sentiram quando contactavam com os documentos?

4. Serão os documentos familiares importantes para a compreensão da História e Geografia de Portugal?

5. Consideram importante preservar os documentos históricos familiares e as suas memórias?

6. Gostaram de participar no Clube de História – Fontes Históricas e Memórias?

Anexo 6 – Suporte Escrito de Análise das Fontes Históricas



Clube de História – Fontes Históricas e Memórias

A minha reflexão

O quê?

Quem?

Onde?

Quando?

O documento histórico

Resumo

Data de emissão: ____/____/____

Local de emissão

Saudação

Assunto

Despedida

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo 7 – Declaração de autorização do nome da Instituição



Declaração de autorização do nome da Instituição

Ex. ^{mo} Senhor Diretor,

Eu Mariana Freitas e -----, estudantes da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, encontramos-nos a desenvolver a Prática Pedagógica no contexto de ensino da História e Geografia de Portugal nas turmas 5.º - e 5.º -, sob a orientação na presente escola do Docente ----- . Vimos por este meio pedir autorização para utilizar o nome do Agrupamento no nosso relatório.

Atentamente,

(Viana do Castelo, ___/___/____)